100 centenário Paulo Setúbal

Paulo Setúbal

NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA



editora nacional

NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA

CAPA

Osvaldo S. Sequetin

Paulo Setúbal

NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA

CONTOS HISTÓRICOS

6ª edição





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Setúbal, Paulo, 1893-1937.
Nos bastidores da história : contos históricos / Paulo Setúbal. – 6. ed. – São Paulo : Ed. Nacional, 1993.

"Edição comemorativa dos 100 anos de Paulo Setúbal."

1. Brasil – História – Ficção 2. Contos brasileiros I. Título.

93-1125 CDD-869.93081

Índices para catálogo sistemático:

1. Contos históricos : Literatura brasileira
869.93081

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

DISTRIBUIÇÃO E PROMOÇÃO

Rua Joli, 294
03016-020 São Paulo, SP

1993
Impresso no Brasil

As páginas que seguem são a coletânea de várias colaborações em jornal. Tinham elas o destino certo de morrer soterradas nas coleções. Não sonhavam, jàmais, viver um dia a vida do livro.

Mas os editores, como é notório, são raça insaciável. Nada há que os contente. Andam todos os dias atrás do escritor, famintos por originais. É um pedir livros sem cessar. É um atropelar o romancista sem dó. Que fazer? A gente, para se ver livre deles, corre às coisas velhas, cata-as, ajunta-as, e com um uff! *entrega-as aliviado às mãos dos tais.*

Eis a razão deste livro. Se acaso, leitor, você não gostar dele, não culpe a mim: culpe à COMPANHIA EDITORA NACIONAL.

Aquilo é uma praga!

São Paulo — 928.

PAULO SETÚBAL.

NA REVOLUÇÃO DE 1842

17 de maio de 1842. · A cidade de Sorocaba amanhecera em alvoroço. Há tropas pelas ruas. Rufos de tambores. Clarins. Repicam todos os campanários. O sino grande da cadeia toca a rebate.

Que é?

O povo acorre com ânsia. Vem tudo, burburinhando, ver o que há. A Câmara está reunida. Grande sessão extraordinária. Preside-a o velho José Joaquim Lacerda. Andam por ali, fardados, os oficiais da guarda. Muitos vereadores. Todas as autoridades civis no recinto. Populares atulham corredores e saguões. Que formigar de gente!

José Joaquim Lacerda ergue-se. Na estranha assembléia, diante do povo, com a assustadora aprovação dos militares, exclama:

— "Senhores! D. Pedro II, imperador constitucional do Brasil, é hoje dominado por certa facção política que vai levando o Império às bordas do abismo. Ainda mais: essa facção está reduzindo a província de S. Paulo ao mesmo estado mísero das províncias do Ceará e da Paraíba. Isto, senhores, graças à administração tirânica desse procônsul que vem, em nome daquela facção, oprimindo e escravizando a nossa terra (1).

(1) Referência ao Costa Carvalho, barão de Monte Alegre, presidente da Província, alvo de todos os ódios.

"Deante dos factos, que são notorios, eu alvitro, como medida de salvação publica, que colloquemos novo presidente á testa dos negocios da Provincia. Este presidente governará S. Paulo até que o augusto Soberano, livre da facção que o coage, escolha outro ministerio da confiança nacional".

Silêncio fundo. A multidão ouve, com espanto, as palavras do velho. Aquilo é gravíssimo. José Joaquim Lacerda continua:

— Senhores! Eu proponho que, por unanimidade, aclamemos presidente da nossa província o coronel Rafael Tobias de Aguiar.

Levanta os braços no ar. E com retumbância:

— Viva o presidente Rafael Tobias de Aguiar!

Os conjurados — vereadores, militares, autoridades, gente de prol, todos, com um brado só:

— Viva Rafael Tobias de Aguiar!

José Joaquim Lacerda nomeia, a seguir, a comissão que deve ir buscar o presidente aclamado.

Tobias de Aguiar, há dias já, instalara-se em Sorocaba. O celebrado político mora ao lado. Mora na casa de D. Gertrudes Eufrosina do Amaral.

A comissão sai. Torna em breve com o Coronel Tobias. Ao vê-lo, erguem-se todos. Reboam palmas. Vivas frenéticos.

José Joaquim Lacerda, na presidência, defere ao chefe destemeroso o juramento de honra. Tobias, sobre os santos Evangelhos, jura. José Joaquim Lacerda, com o ritual do estilo, empossa-o no cargo de presidente.

O revolucionário lança então, solenemente, naquela sessão histórica da Câmara de Sorocaba, o seu manifesto à nação:

— "Paulistas! Os fidelíssimos sorocabanos acabam de levantar a voz: escolheram-me para presidente da província. Estou eu aqui para debelar essa hidra de trinta cabeças que vem devorando o país. Estou eu aqui para libertar a província desse procônsul que vem postergando as leis mais sagradas, Paulistas..."

Continua, flamante, a proclamação incendiária. A assembléia aclama-o. Rompem os sinos. A tropa faz a salva de 18 tiros.

Rafael Tobias de Aguiar é, desde esse instante, o presidente ilegal de S. Paulo. É ele, com o seu alto prestígio, o chefe da rebelião paulista de 1842.

* * *

Por que a rebelião?

O primeiro ministério da maioridade fora liberal. Tinha, no seu seio, três nomes, pelo menos, nacionalmente simpáticos: Antônio Carlos, Martim Francisco, Limpo de Abreu.

Esse ministério, com desgosto da nação, pôs-se a politicar rasteiramente. Empenhou-se, de corpo e alma, em eleger uma Câmara sua. Eleger deputados visceralmente liberais. Fez, para isso, coisas de pasmar: removeu juízes, suspendeu funcionários, demitiu chefes de polícia, deitou abaixo catorze presidentes de Província!

Uma derrubada em regra. Avolumaram-se, no país inteiro, descontentamentos vermelhos. Houve celeumas bravas. O ministério impopularizou-se integralmente.

Eis que surge, nos vaivéns políticos, este caso pequeno: a retirada do comandante das armas do Rio Grande do Sul. Aureliano Coutinho é pela medida. Os outros ministros, não. D. Pedro, diante da divergência, aproveita o ensejo para desfazer-se do ministério. Demite-o.

Saem os liberais do poder. Mas saem tranqüilos. Saem com essa risonha segurança de quem tem, para o próximo ano, a Câmara nas mãos.

Os Conservadores, subindo ao poder, não começam por vinganças reacionárias. Nada de violências. Tratam apenas, nesse fim de legislatura, de conseguir ainda duas leis: a reforma do processo criminal e a criação do Conselho d'Estado. Conseguem-nas.

Contra essas duas leis batem-se furiosamente os liberais. Transformam-nas em tela da oposição. Jamais a reforma do processo criminal! Jamais o Conselho d'Estado! Querem os oposicionistas, a toda a força, que o governo protele a promulgação delas até a abertura do parlamento:

— Empossada a nova Câmara, apregoavam os liberais, as duas leis imediatamente derrogadas!

Mas o governo não cede. No Rio, à vista disso, trama-se a revolução. Teófilo Ottoni e Limpo de Abreu fundam o centro político que urde e insufla o levante. São duas as províncias minadas pelos revolucionários: S. Paulo e Minas. E os emissários da

corte, infatigavelmente, começam a trançar pelas duas terras rebeladas.

* * *

Rafael Tobias de Aguiar era, pela segunda vez, presidente de S. Paulo. Político, fora ele sempre liberal. Liberal vermelho. Liberal dos mais exaltados.

Quando caiu o gabinete dos seus correligionários, Rafael Tobias quis demissionar-se. O ministério, por intermédio de amigos, susteve-lhe o gesto. E o presidente ficou.

Os conservadores, porém, não aceitaram, de cara alegre, a estada do liberal no poder. Houve na província grita desabalada. Os situacionistas, junto ao ministério, moveram céus e terra. Clamaram. Protestaram. Exigiram. Foi preciso atendê-los. O ministério não teve por onde sair: demitiu o presidente Tobias.

Infelizmente, não foi só. O governo, por essas alturas, promulgou as duas leis detestadas, que tinham sido a causa primária da reação.

Fez mais: dissolveu a Câmara que os liberais haviam eleito!

Aquelas medidas, bem se vê, desencadearam tempestades. Atiçaram fúrias. Acutilaram.

A idéia do levante, desde então, engrossou temerosamente. Corporificou-se. Em S. Paulo, mais do que em nenhuma parte, cresceu ela para a realização.

Rafael Tobias encabeçou o movimento. Entendeu-se com Itu, com Itapetininga, com Porto Feliz, com Campinas. Aprestou tudo.

Demitido, Rafael passara o poder ao vice-presidente Alvim. Este não agradou aos conservadores. Teve que passá-lo ao padre Pires da Motta. Este permaneceu três meses no poder. Teve, por sua vez, que passá-lo ao Costa Carvalho, barão de Monte-Alegre. Costa Carvalho era político altamente partidário. Trabalhava desmascaradamente pelos parceiros. Tornou-se com isso, está claro, o alvo dos ódios liberais. Era, na expressão favorita dos insurgentes, **"o proconsul que vinha escravisando a provincia..."**

O movimento fora tramado abertamente. Tramado com desassombro. Costa Carvalho, senhor do plano, pôde, com facilidade, sustá-lo na capital. Mas não pôde sustá-lo no interior. Eis porque, naquela manhã de maio de 1842, estalara, em Sorocaba, o grito revolucionário.

* * *

Seriam nove horas da noite. Na casa de D. Gertrudes Eufrosina, em torno de Rafael Tobias, estão reunidos os companheiros. Lá está o Dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, secretário do governo rebelde. Lá está o velho José Joaquim Lacerda. Lá está o português Mascarenhas Camello. O Vicente Eufrásio. O Manuel Campolim.

Fervem os comentários em torno das notícias. As notícias são ruins. É verdade que Porto Feliz aderira com o Dr. João Viegas. É verdade que Itu igualmente aderira com Tristão Rangel. Mas é só.

Tatuí levantara-se pela causa imperial. Levantara-se e batera já, num pequeno encontro, a coluna que Rafael Tobias para lá mandara.

Não ficava aí, desgraçadamente. Campinas, por sua vez, erguera-se pela causa imperial. Jundiaí também.

Unido a isso, mais do que isso, aterrorizando, ecoara na Província a grande notícia: o barão de Caxias desembarcara em Santos! E Caxias vinha descendo serra abaixo, com o **Exército Pacificador**, a combater o Tobias!

Os revolucionários discutem. Vêm à tona probabilidades. Esperanças de socorros. Adesões.

Nisto, um oficial atravessa o salão. Aproxima-se de Tobias. E em voz baixa:

— Acaba de chegar aí um padre. Quer falar com urgência ao senhor.

— Padre?

— Sim, um padre de muletas, meio paralítico. Insiste em querer falar com urgência.

— Que entre!

O oficial torna. Cai rápido silêncio. Anseiam todos por ver quem é. Eis que a porta se abre de novo. O militar faz um gesto ao chegadiço:

— Entre!

O padre entra. Rafael Tobias, ao vê-lo, ergue-se bruscamente. Radioso, com um brado de alvoroço:

— Padre Feijó!

Era o Padre Diogo Feijó. Era o ex-regente do Império, já velho, de muletas, que vinha, impávido, alistar-se entre os revolucionários.

— Sou eu, coronel Tobias! Vim também combater a corja. Que grandíssimos canalhas!

Ali, abrindo-se os braços, o padre e o presidente abraçam-se com efusão.

* * *

Por aqueles dias ásperos, dias de sobressalto e angústia, estranho bando de viageiros cavalgava, aflitamente, a caminho de Sorocaba. Devia, pelos ares, ser gente de prol. Cavaleiros, pajens, escravos, duas liteiras.

No meio do bando, destacando-se, vinha uma senhora de aspecto arrogante. Era senhora outoniça, quarenta anos, mas ainda marcadamente formosa. Trajava elegantíssimo amazona azul-ferrete. Montava belo zaino de crinas encaracoladas. O cilhão era de veludo carmesim. Os estribos de prataria lavrada.

Estavam eles na altura de S. Roque. Haviam cavalgado às tontas por picadas brutas. Haviam errado o caminho mais duma vez. Estavam todos empoeirados. Tinham o ar cansado. Mas lá iam, persistentes, por caminhos ruins, vencendo estorvos, rumo da cidade rebelde.

É quase noite. De súbito, na curva da estrada, surge velha morada. Casarão chato de fazenda. A dama vira-se para um dos cavaleiros:

— Felício, vamos pedir pousada ali. Amanhã cedo continuamos a marcha...

— Tem razão, mãe. Já é quase noite. Vamos pedir pousada.

Enveredam-se pela mangueira. A dama e o moço saltam dos cavalos. Sobem a escada da varanda. O moço:

— Ó de casa!

Aparece à porta um homem. É o fazendeiro. Ao dar com a dama, o homem arregala dois olhos espantados:

— Oh, senhora Marquesa!

E ela:

— Viemos pedir-lhe pousada, senhor. Queira desculpar-nos. Mas é noite, e eu trago crianças na liteira.

— Com muita honra, senhora Marquesa! Com muita honra! Entre, minha senhora! Entre, faça o favor...

Quem era a estranha senhora? Quem era aquela dama, a Marquesa, que o fazendeiro recebera com tão borbulhantes deferências? Não é difícil adivinhar:

— Era a senhora Domitila de Castro, Marquesa de Santos.

A famosa paulista, com os filhos, seguia num atropelo para Sorocaba, postar-se destemerosa ao lado do presidente revolucionário.

* * *

Em 1829, romperam-se definitivamente os amores de D. Pedro I e da Marquesa de Santos. A paulista, que fora a mulher mais apoteosada do Brasil, veio instalar-se com pacateza na sua cidade natal.

S. Paulo recebeu-a com honrarias. Circundou-a de estrondosas homenagens a personalidade altíssima. A sociedadezinha da província, ainda deslumbrada, curvou-se diante da enlouquecedora da corte.

Alberto Rangel, entre muitas, dá estas curiosas notas mundanas:

"Nunca faltavam á Marqueza, pelo correr dos tempos, em S. Paulo, as mais lidimas e inilludiveis provas de apreço e admiração, passasse ella a pé, no seu banguê ou sege, ou assomasse ella nos camarotes dos theatros e nos salões da fidalguia local. **O tenente coronel Jordão mandava prestar as continencias, quando a tropa passava á vista da Domitila.** O barão de Iguape dellegava a filha, D. Veridiana, uma vez ou outra, para ir saudar tão illustre e prezada personagem..."

Em meio dos rapapés, havia, aqui e ali, vozes destoantes. Havia intransigentes, almas azedas, que não se conformavam em cortejá-la. Diziam, ao vê-la na cadeirinha dourada, com iras surdas:

— A moça do Imperador!

Pouca gente era assim.

Entre essa pouca gente estava o presidente da Província. Estava o Rafael Tobias. O político detestava a marquesa. Tinha-lhe antipatias profundas. Antipatias tão acentuadas que, para achincalhá-las, botou numa escrava fujona o nome de **Domitila.**

Mas o destino é sem entranhas. Mete os homens, por gracejo, nas arapucas mais ridículas.

A Domitila possuía feitiços embriagadores, seduções irresistíveis. Aquela mulher, não há dúvida, devia ter bruxarias infernais. Pois só assim é que se

explica a reviravolta miraculosa: um dia, com assombro de toda a gente, Rafael Tobias e a Marquesa de Santos principiaram a viver como marido e mulher! Estavam de cama e mesa.

Foi assim por anos.

Eis que arrebenta a revolução de 42. A Marquesa batalhou para que o Tobias não se envolvesse na rebelião. É a filha da Marquesa, a Condessa de Iguaçu, quem nô-lo conta:

"Eu ouvi Mamãe dizer muytas vezes: Tobias, esta revolução ha de nos dar muytos desgostos. Não se metta nella! Que tem o Feijó que perder? Nada! Mas você tem tudo"...

Rafael Tobias não ouviu a Marquesa. Meteu-se no movimento. A Domitila, contudo, não o abandonou. Mal sabe a mulher fatal dos perigos que corre o amante, não trepida: deixa S. Paulo, larga a sua casa, mete os filhinhos na liteira, pula para riba do zaino e, sem medir trabalhos, lá vai por léguas de caminhos bravos, sob as soalheiras tostantes de agosto, aconchegar o revolucionário com as quenturas do seu carinho!

Quem podia lá resistir a uma mulher assim?

* * *

As coisas iam rudemente desastrosas para os insurgentes. As tropas sublevadas foram batidas em S. Roque. Foram batidas em Jundiaí. Foram batidas em Campinas. Caxias com o seu exército despenhara-se de Santos a Sorocaba. Estava iminente a sufocação do movimento.

Rafael Tobias viu claro a situação desesperadora. Não havia meio de resistir.

O revolucionário, naquele momento pungente, o revolucionário, homem de coração, relanceou um olhar de angústia à companheira fiel. Era ela, não havia negar, a amiga certa, da hora incerta. Era ela a confortadora da sua desdita. Era ela a compartidora de seu leito. Era ela, mais que tudo, a mãe de seus filhos. Não, Rafael Tobias não podia deixá-la ao vilipêndio! Qual seria a sua sorte? Impossível prever. Por isso mesmo, no momento cruel, ele precisava soerguê-la. Ele precisava honrá-la com o seu nome.

O político tomou uma resolução afrontosa. Bela resolução de cavalheiro.

Nessa tarde, no oratório particular de D. Gertrudes, armaram às pressas um altar. Enfeitaram-no de rosas. Diante dele, quase em sigilo, desenrolou-se curiosa cena histórica.

D. Maria Isabel, Condessa de Iguaçu, última filha da Marquesa de Santos e de D. Pedro I, é quem relata aquele sucesso íntimo. Vem ele, com miudeza, nas "Memórias" da bastarda.

Sim, aquela desgraçadíssima filha de D. Pedro deixou, à sua amiga Emília, o manuscrito da sua vida. É horrendo como português, mas saboroso como nota humana. Começa assim, a modo de prefácio:

— "**Minha Amiga Emilia.** Pedes-me que te conte a minha historia, isto é, a minha vida. Vou te fazer a vontade. Vaes ver nella que cabe bem, á triste filha

bastarda de D. Pedro I, o dictado que diz: bem nascida, mal fadada.

M. Izabel".

E vem o título, romântico:

HISTÓRIA DA VIDA DA FILHA BASTARDA DO SR. D. PEDRO I

A Condessa de Iguaçu conta, naquelas desoladas páginas, o que, menina ainda, presenciara nessa grande tarde de Sorocaba:" Fale a bastarda com seu falar pitoresco:

— "Um dia vi que estavam preparando o altar da casa de D. Gertrudes. Perguntei á Mamãe porque é que estavam armando o altar. Ella me disse que era para um baptisado. É verdade que houve esse baptisado; mas não foi só. Antes eu vi sahir Mamãe muyto bem vestida do seu quarto; o Raphael Tobias tambem sahir muyto bem vestido, de casaca. Eu fiquei olhando, e assim a minha sobrinha Escholastica. Era cinco horas. Vimos Mamãe, o Tobias e o padre capellão da casa se dirigirem para o altar. Principiou a cerimonia. Eu vi então que Mamãe ia se casar..."

Sim, no oratório particular de D. Gertrudes, em Sorocaba, naqueles dias de perigo, dias procelosos de revolução, ante a tropa ameaçadora de Caxias, que vinha num arremesso sobre a cidade, o coronel Rafael Tobias de Aguiar, presidente rebelde da Província, casou-se com D. Domitila de Castro Canto e Mello, Marquesa de Santos, a mulher mais famosa do Brasil.

O ato foi extremamente singelo. Quase em segredo. No entanto, para bem acentuá-lo como episódio histórico, houve, naquela simplicidade, esta nota pictural: assistiu a ele o Regente Feijó. Teve assim a Marquesa de Santos como padrinho, mesmo num casamento de revolução, a figura culminante do padre formidável.

* * *

Dias depois, entrava Caxias em Sorocaba. Encontrou a cidade deserta. Tobias fugira. Os vereadores fugiram. Os militares fugiram. A tropa fugira.

Só não fugiu um homem. Um só! Foi o único que não se enfileirou na debandada: o padre Diogo Feijó.

Caxias não consentiu que os oficiais o prendessem. Tomou a si essa tarefa. Dirigiu-se, em pessoa, à casa do revoltoso.

Lá conta a História o diálogo dos dois homens.

Caxias:

— "Só o dever de soldado me impõe a dolorosa pena de prender o Senador Feijó, um dos chefes da revolução".

Feijó:

— "Estou às suas ordens, general. Mas olhe. O senhor é moço; aprenda, no que está vendo, o que é o mundo: ontem, no governo, eu nomeava o Sr. Lima e Silva major do corpo de permanentes; hoje, é o Sr. Lima e Silva, general, quem vem prender o velho Feijó, já moribundo"!

E entregou-se à prisão.

DONA CARLOTA JOAQUINA

Viu o Rio de Janeiro, em 1816, a solenidade mais estrepitosa que já se fizera no Brasil: a coroação de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. O famoso Rei bonacheirão, por famoso decreto, havia guindado a colônia às culminâncias de Reino. Nivelara o Brasil a Portugal. Por isso ao se coroarem, D. João VI e D. Carlota Joaquina tomaram o título de "Reis de Portugal, DO BRASIL e dos Algarves".

D. Carlota Joaquina, a espanhola de renome tristíssimo, foi, de fato, a primeira rainha do Brasil. Ainda mais: a primeira rainha européia que se coroou na América.

Ainda não se sentou em trono, nos tempos modernos, senhora tão desbragada de vida como a mulher de D. João VI. A reputação que ela deixou, largamente comprovada por depoimentos sérios, é mais do que comprometedora: é tremendamente negra. Como política, ferretoada por ambições desesperadoras, não fez outra coisa senão conspirar. Conspirou várias vezes, e, tenebrosamente, contra o marido. Conspirou, às escâncaras, com odienta tenacidade, contra o filho D. Pedro.

Foi-se-lhe o viver inteiro, sem descanso, trama de intrigas, sutil urdidura de revoltas, trevoso maquinar de perfídias.

Por curioso contraste, contraste sarcástico do destino, essa mulher masculinizada, que vivia da luta e

para a luta, foi casada com o homem mais parado, o tipo mais molengo, o mais **água morna** do seu tempo.

Debalde o sr. Oliveira Lima, com esforços ciclópicos, tentou fazer do pobre Rei fujão uma personalidade alta, de visão rasgada na coisa pública. A gente, ao estudar-lhe a figura, essa figura estagnada de burgues comilão, traz dos documentos a certeza de que ele foi, na vida, o que o povo chistosamente, coloridamente denomina: um **banana.** Não há, por isso, pincelada mais certa para fixar a pasmaceira daquele gordo bragança do que a trova das peixeiras de Lisboa:

Nós temos um Rei
Chamado João;
Faz o que lhe mandam,
Come o que lhe dão.

Que fazes, oh João?
"Faço o que me mandam,
Como o que me dão..."

D. Carlota Joaquina não se entendeu jamais com D. João VI. Foram desencontrados em tudo. Dois temperamentos que uivavam de estarem juntos. Nem sequer, para atrair o Rei, tinha a espanhola feitiços de mulher.

D. Carlota era horrenda! Todos os que a viram, sem exceção, deixaram dela um retrato amedrontador. A Duquesa de Abrantes, nos seus **Souvenirs d'une ambassade et d'un séjour en Espagne et en Portugal,** diz:

O RETRATO DA RAINHA

"Os olhos eram pequenos, desiguaes, duma expressão má e zombeteira. O nariz quasi sempre inchado e vermelho. A bocca, guarnecida de maus dentes, uns ennegrecidos, outros amarellos, dispostos obliquamente. A pelle, aspera e curtida. Para cumullo de feiura, tinha sempre espinhas em supuração. Os braços, que usava nús, eram chatos, ossudos e, acima de tudo, muito cabelludos..."

Esta mulher, assim feia, tinha quenturas eróticas no sangue. Febre de amar incendiou-a com labaredas furiosas. As suas aventuras andaram de boca em boca. Não foi só o fidalgo e fascinante Marquês de Marialva, como afirma Alberto Pimentel, o herói dos seus romances. As gulas amorosas da rainha desciam muitíssimo mais abaixo. Não há quem não saiba das ternuras grotescas da rainha para com o seu cocheiro, O SANTOS. Não há quem não saiba das suas estroinices com o caseiro da QUINTA DO RAMALHÃO.

Afirmam graves cronistas que o próprio D. Miguel não era filho de D. João VI. O sr. Faustino da Fonseca, no seu livro, EL-REI D. MIGUEL, recolheu as modas trocistas do tempo:

Miguel não é filho
D'el Rei D. João!
É filho do João dos Santos
Da quinta do Ramalhão.

D. CARLOTA E D. JOÃO VI

Nunca os reis sequer mascararam as suas antipatias recíprocas. Basta dizer que, em 1816, quando as tropas vindas de Portugal aquartelaram na Praia Grande, em Niterói, o casal foi passar uma temporada na cidadela.

D. João instalou-se na casa de Tomaz Soares; D. Carlota, na casa da esquina, junto ao Largo de S. Domingos.

A estação tornou-se de alta elegância. Os tafuis do Rio entupiram a Praia Grande. Havia toda a noite bailes de estrondo. Os oficiais portugueses eram freneticamente amados por donas e raparigas.

Todo o mundo, como se compreende, tinha os olhos cravados na corte. Os reis, porém, bem pouco se importavam com o público. Ostentavam eles, com acinte, abertamente, as suas incompatibilidades. O cronista brasileiro narra aquela vida de praia assim:

"D. Carlota ia á casa do marido pela manhan, com as filhas. Á tarde ia assistir aos exercicios da tropa. D. João tambem. Mas D. João ia numa carruagem; D. Carlota ia em outra. O Rei assistia aos exercicios sentado na sua sege; D. Carlota assistia-os de uma barraca. Ninguem nunca os via juntos".

Bem se imagina o que de cochichos não arrancava esse viver estranho! Ferviam as murmurações. Mas os dois mantinham inalteráveis essas friezas mútuas.

Em público, era assim. E na vida privada, então? Não se toleraram nunca. Eis o que diz a crônica:

VIDA ÍNTIMA

"D. Carlota, quando o marido estava de saude, não passava da ante camara, porque elle não a admittia ao pé de si. Porem, quando o Rei estava enfermo, entrava no quarto com as filhas. Mas isto na presença de todas as pessoas que lá se achavam. Nunca ninguem os viu a sós. Elle a aborrecia. Só jantaram juntos quando se casou o filho D. Pedro e quando houve as festas reaes do casamento da filha Maria Thereza. Em carruagem, tambem só andaram juntos no dia do casamento do filho e no dia das festas reaes, porque o protocollo os obrigava a ir juntos no coche real".

"Si D. Carlota adoecia, D. João não a visitava. Quando estiveram em Santa Cruz por occasião da molléstia do Rei, ella foi para a fazenda. Mas, ahi, dormia em um quarto separado, com as filhas. Viviam assim sem se ver, de quarto absollutamente separado, tanto na fazenda como na cidade".

D. CARLOTA E O BRASIL

Não teve ainda esta nossa pobre, inofensiva terra de papagaios detratora tão azeda e tão feroz como D. Carlota Joaquina.

Não deu ela um passo a favor do Brasil. Ao contrário! Opôs-se a tudo que fosse melhoramento "à terra dos mosquitos e dos carrapatos". Combateu, com cerradas intrigas, a elevação do Brasil a Reino.

Fez tudo quanto pôde para conservar a colônia sempre colônia. Desesperava de morar aqui. Doía-lhe fundamente o ter de suportar o desterro na América.

Quando a corte voltou para Lisboa, D. Carlota exultou. Foi fragorosa a alegria da rainha. Há frases suas que chegaram até nós. Marcam elas, bem frisante, o ódio da espanhola ingrata contra o país acolhedor que a recebeu no instante da desgraça. Do país que a agasalhou com ternuras e regozijos altos. Lá conta o velho Mello Moraes:

"D. Carlota Joaquina, no dia da partida, parecia andar endiabrada. Gritava no Paço: gritava em toda a parte. Dizia sem cessar:

— "Vou ficar cega quando chegar em Lisboa! Pudera! Vivi treze annos no escuro, só vendo negros. . ."

Ao chegar a Lisboa, afirmam todos, arremessou ao Tejo os sapatos que levava do Rio; e isto porque "não queria pisar em terra de brancos com sapatos que vinham de terra de negros!"

Espanhola de má língua! Esquecia-se que foi aqui, na terra dos negros, que ela se livrou da fúria de Bonaparte. Esquecia-se que, por se ter asilado aqui, foi que o marido conservou aquela trepidante coroa que lhe resvalava da cabeça. Isso mesmo apregoava o próprio Bonaparte, lá de Sta. Helena, quando exclamava:

— Aquele tratante, fugindo para o Brasil, foi o único que me escapou!

NA TERRA DOS NEGROS

Aqui, no entanto, na terra dos negros, a desregrada rainha viveu uma das suas mais escandalosas aventuras de amor. Não há memória do tempo que não relate a maluquice.

Foi o caso que D. Carlota se enamorou fortemente de certo rapagão, sólido e guapo, trinta anos, desempenado e galhardo como poucos.

Era Fernando Carneiro Leão.

Aquele mesmo que, com D. Pedro I, foi moço-de-câmara e conde S. José.

A rainha fez loucuras pelo moço. Mas Fernando Carneiro Leão era casado e tinha mulher ciumenta. A mulher, D. Gertrudes Pedra, enfureceu-se. Disse coisas tremendas contra D. Carlota. Não houve impropérios, por mais nus, que o ciúme não fizesse espumejar na boca da enganada. A rainha soube daquelas iras. O seu orgulho, evidentemente, não sofreu o ser assim violentamente ultrajada por uma mulherinha.

UM DIA...

Um dia, era a festa dos Ourives. D. Gertrudes vinha de carruagem para a sua câmara. Chegou. Apeou-se. Despediu o cocheiro. Ia subindo as escadas quando, das árvores, estrondou súbito disparo de trabuco. D. Gertrudes desabou no chão: o tiro varara-a de lado a lado.

Que foi? Que não foi? D. João ordenou ao desembargador Albano Fragoso uma devassa enérgica. Os beleguins saíram a farejar. Deram logo na pista. Foi preso o famoso capoeira Joaquim Inácio da Costa Orelha. Ouviram-se testemunhas. Correu a coisa muitíssimo arrochada. Afinal, depois de tudo deslindado, o desembargador foi procurar o Rei.

ORDENO QUE FALE

D. João fê-lo entrar. E logo:

— Que apurou, desembargador?

— Senhor! Como juiz, sei quem mandou matar a D. Gertrudes, mulher de Fernando Carneiro Leão. As peças do processo não deixam dúvida.

— Muito bem. Então?

— Como homem, Majestade, eu não sei!

D. João intrigou-se. Determinou:

— Ordeno que fale!

— Vossa Majestade ordena-me. Não tenho que discutir. Cumpro as ordens de V. Majestade: foi a Rainha, minha senhora quem mandou o mulato Corta-Orelha assassinar a D. Gertrudes. Vossa Majestade poderá constatá-lo neste processo...

Lá remata o cronista:

"D. João, aturdido com o que ouviu da bocca do desembargador José Albano Fragoso, disse ao juiz:

— "Convem que desappareça, para sempre, mais este escandallo de minha mulher".

Tomou do processo, leu-o e mandou queimar a papellada. Nunca mais se fallou em juizo deste cirme".

* * *

Eis aí pequena amostra da rainha anormal. Foi esta, por acerba ironia da história, a nossa primeira rainha. Ninguém, de tão alto, deu ainda exemplos mais desbragados. Não admira, pois, que ao depois surgisse na corte o caso da Marquesa de Santos...

D. MARIA I, A LOUCA

Não houve ainda, na história pitoresca de Portugal, página mais bufa, e, ao mesmo tempo, mais dolorosa do que a fuga de D. João VI para o Brasil. A corte e a fidalguia, em vinte e quatro horas, embarcaram atropeladas para a América. Foi, nessas escassas horas, um empacotar o cetro, um encaixotar a coroa, um entupir velhas arcas de oiros e pratas, um ajuntar as jóias e os móveis, meter tudo isso em ombros de negros, mandar às correrias para o cais de Belém, onde baloiçavam, impacientes, as fragatas inglesas.

Era noite. Chovia.

A multidão, sob o temporal, atulhava a praia. E vaiava garotamente os fujões. E gritava. E arremessava punhados negros de tijuco. D. Maria I, a louca, veio para o Brasil nessa hora pungente. Oliveira Martins, pintou, numa das suas páginas maiores, e mais candentes, o grotesco desse embarque. Lá remata:

"D. João e D. Pedro Carlos chegaram ao caes de carruagem, sós. Ninguem dava por elles. Cada qual cuidava de si e tratava de escapar. Dois soldados de pollicia levaram-n'os ao collo para o escaller. Depois, veiu noutro coche a princeza Carlota Joaquina, com os filhos. Por fim D. Maria I, a rainha, cuja loucura proferia com jüizo brados de desespero, altos gritos de raiva, debatendo-se, os olhos vermelhos de sangue, a bocca cheia de espuma. O protesto da louca era o

unico vislumbre de vida: pois o brio, a força, a dignidade portugueza acabavam alli nos labios ardentes de um rainha doida..."

Assim, no momento do pânico, ante o estrépito fragoroso das armas de Junot, partia para a América, aos berros, bracejando, aquela rainha louca, a primeira cabeça coroada que ia pisar terras brasileiras.

A LOUCURA

D. Maria I enlouquecera em 1792. Fora mulher altamente formosa. Mas que rainha inditosa! Despedaçaram-lhe a vida calamidades fulminantes. Duas, pela rudeza, desmoronaram-lhe a razão: a morte do marido, que ela amava com violência, e a morte do filho primogênito, D. José, o herdeiro do trono, que era a sua paixão, o comovido enternecimento da sua viuvez. Desde então, desde que se despregou, arrancada, do ataúde do filho, a rainha desgraçada não resistiu à dor. Endoideceu. E mesmo na loucura, dentro da desgraça arrasante, o destino não a poupou, escorraçou-a da pátria. Escorraçou-a sob vaias achincalhadoras!

A travessia exasperou-lhe ainda mais a demência. Durante a viagem, encarcerada no beliche, uivava coisas lúgubres. As mesmas coisas obsidentes:

— Vou para o inferno! Levam-me para o inferno! Olhem o diabo! Olhem o diabo!

Confrangedor o uivar da louca! Aquilo, na vastidão desolante das águas atlânticas, era como um punhal no coração dos que fugiam...

A VIDA NO PAÇO

A vida de D. Maria, no Brasil, não teve incidentes maiores. Que pode haver de curioso na vida de uma doida? Nada! Mas o cronista deixou-nos, com saborosa ingenuidade, as etiquetas protocolares que circundavam o viver íntimo da Rainha. Elas têm o pitoresco de uma reportagem viva nos corredores de S. Cristóvão. Já que os hábitos dos reis e príncipes (com o príncipe Carol à frente) interessam tanto a curiosidade pública, certamente há de também interessar a existência dessa nossa Rainha, que tanto tempo viveu louca no Brasil. Eis um trecho perdido na Crônica Geral:

— "A rainha D. Maria I acordava ás oito da manhan. As camareiras vestiam-na. Traziam-lhe o almoço. Depois do almoço, assentava-se no canapé. A maior parte das vezes deixava-se ahi ficar sem dizer uma unica palavra".

"Assim, sentada no canapé, esperava a visita de D. João e de D. Carlota Joaquina. (A rainha não gostava de D. Carlota). O filho ajoelhava-se para beijar-lhe a mão; mas a nora, muito orgulhosa, beijava-lhe a mão em pé. Perguntava-lhe simplesmente:

— Como passa Vossa Majestade?

Ao que a Rainha respondia:

— Mal.

"D. Carlota Joaquina assentava-se immediatamente. Não esperava que a rainha lh'o ordenasse, pois a sogra não o fazia nunca. Era costume de D. Maria I não mandar ninguem sentar-se em sua presença, nem mesmo as suas irmans".

"A conversação com a rainha era sobre chuva ou sol. Essa conversação não excedia de vinte minutos. D. Carlota, em seguida, retirava-se. Á noite lá não ia. E quando morava fora do Paço da cidade, só vinha cumprimentar a sogra nos dias de corte".

"As netas iam beijar as mãos da rainha pela manhan e á noite. Iam todas juntas. D. Maria I não dava uma só palavra ás netas. E só fallava:

— Que vêm fazer aqui estes cupidinhos?

Ou então:

— Para que trazem cá estas pequenas?

"Mas a rainha tinha inexplicáveis ternuras para com o príncipe D. Pedro. Quando este se ajoelhava para beijar-lhe as mãos, ella coçava-lhe a cabeça, esfregava-lhe os cabellos, e dizia muito doce:

— Para este ha de ser a minha coroa!"

OS PASSEIOS DA LOUCA

D. Maria I tinha velho hábito, que jamais abandonou: saía todas as tardes passear de carruagem. Car-

regavam-na em cadeirinha até a sege. Vinha ela vestida de seda negra, "chale de cor honesta", cabelos soltos nas costas. Ao sair, tapando o rosto com o leque, exclamava para a Joaninha, que ia ao lado:

— Vou para o inferno! Estou no inferno! Não quero que o diabo me veja...

Andava sempre numa carruagem muito dourada, com ricas pinturas na portinhola. Levava dois moços de estribeira, vários lacaios, todos vestidos como os de D. João. Levava mais dois cadetes batedores e um homem montado na garupa de um burro. Este homem segurava, no arção da sela, um "degrau" coberto de pano encarnado. Era costume, então, ir um homem com o "degrau" para as senhoras entrarem na carruagem ou montarem a cavalo. Nenhuma saía de sege que não levasse o seu degrau. Seguia-se o moço que carregava a frasqueira de água. Depois o criado particular. Finalmente o capitão da guarda.

Vinha em seguida uma "sege de boléia". Nela, um camarista. Este camarista foi, no começo, o velho marquês de Anjeja. Depois, no seu impedimento, o marquês de Belas que a acompanhou até o falecimento.

O passeio da Rainha era até a rua de São Cristóvão. Aí parava tudo. E, sem dizer palavra, o extravagante séquito não se movia até as Ave-Marias. Conta o cronista:

"Toda a gente que passava na rua, a pé, curvava o joelho. Se passava a cavallo ou de sege, apeava-se e curvava o joelho. D. João e os filhos, quando encontravam a rainha, apeavam-se e iam fallar-lhe à portinhol-

la. A rainha estendia a mão para elles beijarem; e ao filho murmurava:

— Vou para o inferno"

AS CAMAREIRAS

Tarefa terrível o ser camareira da louca! D. Maria, às vezes, enfurecia-se. Então, no Paço, era um Deus nos acuda! A doida bracejava, urrava, arremessava os pratos, dizia nomes horrendos, dava bofetadas nas camareiras. Muitas damas retiraram-se do serviço sob pretexto de doença. Mas era só pretexto. Não queriam elas expor-se às pancadas da rainha. Conservou-se fiel a D. Maria uma única camareira: D. Joana Rita de Lacerda. Era esta que a demente chamava afetuosamente de "**Joaninha**". D. Joana fazia-lhe companhia o dia todo; mas a dona da câmara, oficialmente, fora sempre a sua irmã, D. Margarida Sofia de Castello Branco, mãe de D. Francisca de Castello Branco, Viscondessa de Itaguaí, a grande amiga e confidente de D. Leopoldina.

D. Joana Rita teve mercês altíssimas. D. João VI agraciou-a com o título de **Baronesa** e depois com o de **Viscondessa do Real Agrado.** Como D. Joana não tivesse fortuna própria, mimoseou-a com bela fazenda de gado no Rio Grande do Sul.

Deu-lhe mais gorda tença no erário público. Depois da morte da louca, D. João VI ajuntou-lhe aos títulos de fidalguia as honras de "grandeza". Galanteou-a, ainda mais, com carruagens do Paço para o seu serviço. D. Carlota Joaquina, por embasbacante gentileza, galardoou-a também com a ordem de Santa Isabel.

20 DE MARÇO DE 1816

A 20 de março de 1816 morreu enfim a louca. Tinha pouco mais de oitenta anos. Meteram-na numa túnica de seda branca, envolveram-na no manto real, adornaram-na com os fitões de todas as suas ordens. Assim, enfeitada, expuseram-na durante três dias na sala mortuária, para que todo o mundo a visse. Encerraram-na, ao fim dos três dias, nos três caixões do estilo. Empurraram, sobre rolos, até o coche real, o riquíssimo esquife. Seguia-o, conforme a etiqueta, "a dama mais nova do Paço, com uma palmatoria na mão e uma vella de cera amarella na outra".

D. Maria I foi sepultada no convento da Ajuda. D. João VI decretou luto oficial o mais rigoroso: "Seis mezes de vestimenta de lan e outros seis mezes de seda. Nem mesmo nos dias de galla se tirou o lutto; e isto foi caso novo, pois o lutto dos reis, em dia de galla não tem logar".

* * *

Enfim, as coisas públicas tomaram rumo inédito. A revolução portuguesa forçou D. João VI a abandonar o país amado, onde comera, durante anos, pacatamente, os seus três franguinhos no almoço e os seus três franguinhos no jantar. Mas o filho piedoso não quis deixar a mãe na terra longínqua. Mandou equipar bela nau, forrou-a de negro, armou na câmara de honra eça grandiosa. Aí, entre vastos tocheiros, depositou o cadáver embalsamado da Rainha. Círios arde-

ram sem cessar. Grave bando de cortesãos velou aquele fúnebre retorno à pátria.

Lá estava, entre eles, muito solene, cabelos brancos, o velho Marquês de Belas, devotado camareiro, amigo certo da defunta. Lá estava, também, desolada e olheirosa, nos seus gorgorões pretos, a antiga "Joaninha", a senhora Viscondessa do Real Agrado. Eram, naquele enterro flutuante, as duas únicas dores vivas que seguiam o corpo da louca.

UMA AVENTURA DO IMPERADOR

Contam-se de D. Pedro I as aventuras mais picarescas.

O fundador do Império avulta aos olhos dos pósteros como príncipe de novela, sempre enredado em amores, perdidamente fascinado por todas as mulheres bonitas do seu tempo. Tão derramada andava a sua fama de milhafre que, no dizer do cônsul Gestas, era para as senhoras casadas, e formosas, arriscadíssima temeridade o freqüentarem o Paço.

D. Pedro cometia doidices sem conta. Não se contentava com as noitadas folionas ao lado da Ludovina, famosa atriz que enlouquecera a rapaziada guapa do tempo. Nem lhe bastavam os amores fáceis da Noemi ou da Saissait.

D. Pedro metia-se nas famílias. Teve o desplante de cortejar desabridamente a filha do armador João Ciríaco. Ia à casa do homem todos os dias. Enchia a moça de presentes. Transbordava-se num galantear afrontoso.

João Ciríaco era homem com quem não se brincava. Homem de grande brio. Muito cioso da reputação de sua casa. Certo dia, ao entrar o Imperador, convidou-o João Ciríaco para merendar. D. Pedro aceitou.

Foram-se para a sala de jantar. Na mesa, galantemente disposta, havia larga bandeja de frutas. Ao

lado, cravado com acinte, um punhal. A arma rebrilhava, chocante. D. Pedro reparou naquilo:

— Para que é esse punhal, João Ciríaco?

— Para espetar nele, majestade, quem tentar desonrar a minha casa.

O olhar do homem fuzilava. A sua voz tinha estranha tonalidade. D. Pedro compreendeu o aviso. Nunca mais apareceu em casa do João Ciríaco.

Mas a lição não bastou. Outras, e sérias, recebeu o Imperador naqueles curiosos nove anos de reinado. Diziam até — muitos cronistas o apregoam — que D. Pedro, pilhado numa aventura, levara tremendíssima roda-de-pau. Difícil acreditar-se que a coisa tenha chegado a extremo assim tão violento. Mas que fazer? É o que dizem os mexericos.

O caso deu-se com a Condessa de Belmonte. Não passa ele de tradição. Tradição que vem de longe, é verdade, mas sem nenhum documento digno em que se apoie.

Vou trasladá-lo para aqui, tal como o narram as más línguas.

* * *

D. Mariana Carlota Verna de Magalhães era a mulher daquele Verna de Magalhães, conde de Belmonte, que viera de Portugal com a fuga de D. João VI. Tiveram ambos, na corte do Rei bonacheirão, destaque brilhante. Verna de Magalhães pertencia àquela velha escola de cortesãos rigidamente protocolares. Não é de admirar, portanto, ter sido a etiqueta que o matasse.

Como? Muito simplesmente.

Rezava-se, certa vez, grande missa em ação de graças pelo restabelecimento de D. Pedro, já então Imperador. Verna de Magalhães ardia em febre. Mas o cortesão, ao saber da missa, não vacilou: ergueu-se, meteu a casaca de riço verde, espremeu o pescoço num colarinho de palmo, tocou-se para a igreja, pôs-se a assistir à missa. Estavam no momento mais grave. O Padre erguia o cálice. Todos ajoelhados. Todos numa severa compunção.

Eis que, de repente, estronda áspero baque. O povo alvoroça-se. Que foi? Isto: Verna de Magalhães desabara no lajedo. E desabara por quê? Fulminado por súbita apoplexia cerebral.

Está visto que D. Pedro, desde esse desastre, tomou sob a sua alta proteção a viúva do cortesão perfeito.

A senhora Verna de Magalhães, condessa de Belmonte, passou a ter na corte de D. Pedro I o mesmo relevo fúlgido que tivera na corte de D. João VI. Ora...

* * *

Acontecia que a condessa era linda. Lindíssima! Todos os contemporâneos trombeteiam a boniteza dela. Diziam, sem discrepar, que era a mulher mais fascinante da corte. O retrato que dela existe prova-o com brados largos. D. Mariana Carlota, não há dúvida, deslumbrava.

Tinha, para enlouquecer os homens, mais do que o ser bela, a fama de ser absolutamente séria.

D. Pedro cobiçou-a. Para D. Pedro, quando cobiçava uma mulher, não havia estorvos. A história com ele era sumária: ver e realizar.

Assim, em certo beija-mão, no Paço, o Imperador disse num cochicho para a condessa:

— Amanhã, pelas duas horas, Vossa Mercê trate de me esperar. Vou visitá-la. E vou só.

D. Mariana Carlota, muito surpresa:

— Imensa honra, Majestade!

No outro dia, seriam duas horas, estacou a sege imperial em frente à casa de D. Mariana. D. Pedro saltou. A lindíssima condessa recebeu, na **sala-de-fora**, o imperial visitante.

D. Pedro não teve panos quentes. Foi explicando logo ao que vinha. Disse a coisa com todas as letras. D. Mariana franziu o cenho:

— V. Majestade enganou-se! Eu não sou dessas...

A recusa era de somenos. D. Pedro não se perturbou. Ergueu-se. Avançou para a dama. E tentando enlaçá-la:

— Meu amor!

A condessa de Belmonte afastou-se, rápida.

— Majestade!

D. Pedro deu um passo. Ia agarrá-la. Nesse instante, escancarando a porta, surgem dois homens. Vêm armados de grossos porretes de caviúna. E...

Dizem que desandaram no Imperador uma sova de mestre!

Será certo? Não é de crer-se. O desfecho parece demasiadamente brutal. O verossímil é que a ousadia

de D. Pedro arrefecesse com a entrada dos dois homens. Parou aí, por certo.

Fato é, porém, que D. Pedro desapontou. Pôde ele gabar-se de haver vencido todas as mulheres que quis Mas não venceu uma: a condessa de Belmonte!

* * *

Qual foi o resultado dessa recusa? D. Mariana Carlota retirou-se do Paço. Começou a viver na sua chácara, arredada. Vivia sem amigos, ferida de morte pela desvalia imperial. Todos a evitavam. Verdadeiro desterro.

A condessa, no entanto, suportou com alegria o desfavor. Teve até orgulho da sua solidão. Rejubilava-se do seu ermo.

Ninguém mais na corte ouviu falar dela. A beleza espantosa, a grande beleza do primeiro Império, morreu para as galas e para vida.

Mas o mundo dá volta. Certo dia, sacudindo a corte, reboou a notícia aterradora: morreu a Imperatriz!

Deixava D. Leopoldina vários filhos pequeninos.

E, sobretudo, deixava uma criancinha de apenas um ano. Era um bebê delicioso, rechonchudo. Era o príncipe herdeiro.

D. Pedro, na sua desolação, correu os olhos pelas senhoras da corte. Tinha necessidade de colocar no Paço alguém que servisse de mãe àquele pequerrucho. Alguém que formasse o coração do futuro Imperador. Quem haveria de ser? Quem, naquela corte de costu-

mes fáceis, podia ter, pelas suas virtudes essa honra suprema?

D. Pedro não titubeou. Havia, capaz para posto tão dignificante, uma pessoa só: a condessa de Belmonte. O Imperador, em pessoa, foi buscá-la no seu exílio.

Instalou-a em São Cristóvão. Cobriu-a de honras. Entregou-lhe a formação do seu filho, o herdeiro do seu trono, o seu enlevo. D. Mariana Carlota tomou conta do príncipe. Foi a preceptora dele. Como educou o menino, como formou aquele coraçãozinho implume, aí está na história, para respondê-lo, o vulto soberanamente inconfundível de D. Pedro II. De tal preceptora, saiu tal pupilo. Não é preciso dizer mais.

* * *

Assim terminou a aventura do Imperador. E digam agora se D. Pedro I, mesmo nas estroinices, foi ou não um tipo simpático?

DONA AMÉLIA

I

Depreendo, pelas cartas que recebo, haver forte interesse por detalhes sobre a vida de D. Amélia, a ascendência da formosíssima Imperatriz, a vida dela no Brasil, os filhos que teve, o seu fim. Nada mais fácil do que satisfazer essas curiosidades. Aí vão, sem mais delongas, minudências a respeito da loura e fascinante Beauharnais, que sucedeu à D. Leopoldina no trono brasileiro.

Comecemos por dizer que D. Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Leuchtemberg era filha do príncipe Eugênio de Beauharnais e da princesa Augusta de Leuchtemberg, filha do Rei da Baviera. Quem era o príncipe Eugênio?

EUGÊNIO DE BEAUHARNAIS

Alexandre de Beauharnais, visconde de Beauharnais, general de brigada, deputado ao parlamento de França, casara-se na Martinica, onde nascera, com essa famosa, perturbante créole Josefina (nascida Josefina Tascher de la Pagerie) que mais tarde teria, no mundo, papel tão estridente e alto. Acusado, em 89, de ter contribuído para a capitulação de Mayence, foi o ge-

neral Alexandre condenado à forca pelo tribunal revolucionário. Executaram-no e confiscaram-lhe os bens.

Do seu casamento, porém, nasceram dois filhos: Eugênio e Hortênsia. Todo o mundo sabe a reviravolta miraculosa que ocorreu na vida romanesca da família Beauharnais: Napoleão Bonaparte casou-se com a viúva Josefina. Do imprevisto consórcio adveio para aquela pequena família a boa fortuna mais atordoante, mais fantástica, de que há lembrança na história moderna.

Napoleão, guindado às culminâncias de soberano máximo, distribuiu a amigos e parentes dignidades supremas. Para com Eugênio, o enteado, teve o Imperador ternuras desmarcadas. Levou-o na campanha da Itália. Fê-lo seu ajudante de campo na invasão do Egito. Nomeou-o general. Obrigou, por um **senatus-consultus,** a que o parlamento o reconhecesse como Príncipe de França. Concedeu-lhe a honra de **arquichanceler** do Império. Galardoou-o, depois da coroação, com o cargo altíssimo de Vice-Rei da Itália. Enfim, como prova de estima única, reconheceu a Eugênio, publicamente, solenemente, como seu filho adotivo e, portanto, sucessor eventual à coroa de França. Impossível liberalidades maiores. Eugênio Beauharnais teve tudo.

O CASAMENTO DE EUGÊNIO

Napoleão, que o amava com carinhos leais, não se contentou em fazê-lo culminar na vida pública: timbrou em arranjar-lhe casamento à altura dos seus títulos.

Eis porque, por ordem imperial, a diplomacia francesa negociou e ajustou as núpcias de Eugênio de Beauharnais com a princesa Augusta de Leuchtemberg, filha do Rei da Baviera.

Napoleão pôs extremos ternissimos nesse casamento. Diz A. Levy, no seu **Napoléon Intime:**

"A toda força, queria o Imperador que a esposa de Eugenio fosse feliz. Nesse intuito, elle, o homem tão rispido em questões de assiduidade no trabalho, elle mesmo põe-se a derogar os seus principios. E escreve a Eugenio:

"Mon fils, vous travaillez trop, votre vie est trop monotone. Cela est bon pour moi. Mais vous avez une jeune femme; que n'allez vous pas au théatre une seule fois par semaine en grande loge"?

O casal foi feliz. Um filho ia aparecer logo... Napoleão, mal soube que a princesa Augusta estava grávida, escreveu-lhe afetuosa carta, muito paternal, pedindo que lhe desse um homem:

"Ma fille! Ménagez-vous dans votre état actuel. Et tachez, surtout, de ne pas nous donner une fille..."

Apesar do pedido de Napoleão, lá apareceu, com grande desapontamento dos pais, loura meninazinha gordanchuda. Puseram-lhe o nome de Amélia Augusta.

Bonaparte, para consolar a mãe, escreveu a Eugênio, caçoando, do seu próprio punho:

— Auguste est-elle fachée de n'avoir pas eu un garçon? Dites-lui que, lorsqu'on commence par une fille, l'on a au moins douze enfants...

Não se entristecesse a princesa Augusta! Aquela pequenina criatura ia ter curioso destino: ela é quem deveria ser, um dia, a segunda imperatriz do Brasil.

D. PEDRO E D. AMÉLIA

Anda por aí, já muito sabida, a história do casamento de D. Amélia. Barbacena partiu como negociador. Metternich intrigou. D. Pedro levou inúmeras tábuas. Certo dia — uff! — o Pedra Branca, então ministro em Paris, conseguiu da princesa Augusta que consentisse no casamento da filha Amélia com o Imperador do Brasil. Apalavrou-se, ajustou-se, casou-se. Tudo num relâmpago!

Afinal, a 16 de outubro de 1829, a princesa Amélia, acompanhada de seu irmão, o Príncipe Augusto, desembarcou no Rio de Janeiro. Houve, no desembarque, pequenina cena sofrivelmente ridícula. Pelo menos, na época, cena muitíssimo comentada.

No arsenal de marinha, tirado a oito, faiscava o coche dourado do Paço. Deviam os esposos — D. Pedro, com a sua casaca verde, D. Amélia, com a grinalda de rendas — meter-se na linda carruagem para irem receber, na capela imperial, as bênçãos nupciais. Barbacena, porém, ao saltar da galeota, curvou-se diante de D. Pedro:

— Senhor! A princesa Augusta, mãe de Sua Majestade a Imperatriz D. Amélia, pediu-me, ainda em Munique, que só entregasse a V. Majestade a imperial esposa depois das bênçãos da igreja...

— A que vem isso, Marquês?

— É que, Majestade, tendo eu me comprometido a respeitar esse desejo da princesa-mãe, peço permissão a V. Majestade para, sozinho, acompanhar a nossa Imperatriz no coche nupcial.

D. Pedro, desapontado:

— Nesse caso, Marquês, entre!

Apontou-lhe o coche. Barbacena entrou. Sentou-se ao lado da esposa imperial. Assim, sem ser o padrinho, sem ser nada, Barbacena partiu flamante, alvo de todos os olhares, pela cidade afora, levando gloriosamente a Imperatriz para a igreja.

D. Pedro, o marido, esse veio atrás, murcho...

O ENXOVAL

Conta Mello Moraes:

"Tres dias depois da chegada da Imperatriz, a 19 de Outubro, dia de S. Pedro, houve beija-mão geral. Á tarde formou a tropa e fez as continencias do estilo. Á noite, foram Suas Magestades ao theatro assistir a um espectaculo de gala. No dia seguinte, pela manhan, partiram ambos para S. Christovam. Ahi abriram-se as malas da Imperatriz".

"O enxoval que trouxe a princeza Amelia foi bom. Mas estava muy longe do que trouxe para o Brasil a archiduqueza da Austria, D. Leopoldina".

"A princeza Amelia trouxe muytos brilhantes, sendo uns que lhe deu a sua mãe, outros que se compra-

ram em Inglaterra por ordem do Imperador. Tambem se disse que foi para Londres, do thesouro nacional, boa porção de pedras para se fazerem mimos, sendo incumbido dessa missão o Marquez de Barbacena. O Imperador mandou a D. Amelia a magnifica medalha que foi da ex-Imperatriz D. Leopoldina, a afogadeira, assim como um carissimo pingente de brilhantes. Só os brincos custaram em Londres sessenta contos de réis"!

D. AMÉLIA NO PAÇO

Sigamos, para evocar a vida de D. Amélia no Brasil, as minúcias que nos fornece aquele curioso bisbilhoteiro das intimidades de S. Cristóvão:

"A Imperatriz D. Amelia estudava as maneiras de captivar o marido; e isto ella conseguio bem, reduzindo-o francamente á escravidão".

"D. Amelia tratou de pôr D. Pedro em sitio, para não ouvir sinão o que ella lhe dissesse e o que lhe aconselhasse Barbacena. Começou prohibindo acesso até ao Imperador daquelles mesmos que, desde a infancia, tinham liberdade de entrar nos seus proprios aposentos. Para fallar-lhe era preciso esperar horas e horas".

Os novos criados do Imperador tratavam a todos com má cara. A Imperatriz não queria que o marido fosse servido pelos antigos camaristas e guarda-roupas. E dizia "que se vexava de ver homens de fardas tão bordadas servindo o Imperador..."

"Fez passar o serviço para os criados particulares. Mas o fim disso era outro: era separar o marido da gente com que tinha vivido até então".

DONA AMÉLIA E AS SENHORAS

"Senhoras que, pela sua posição na corte e até damas, que estavam acostumadas desde o tempo do Rei, a irem ao Paço todas as vezes que queriam, ficavam agora esperando na ante camara até que se lhes quizessem apparecer, ou, quando não, lhes mandavam agradecer a visita. Algumas distinctas senhoras foram mal recebidas pelo Imperador e pela Imperatriz. D. Pedro nem lhes fallava. Limitava-se a dar-lhes a mão a beijar com a viseira carregada. D. Amelia limitava-se a simples cumprimento de cabeça. Chegou o rigor no Paço de S. Christovam a serem os porteiros da canna os que determinavam se podiam, ou não, entrar as pessoas que desejavam cumprimentar a Suas Magestades".

"Espalhou-se a noticia de que a senhora que quizesse saudar a Imperatriz havia de escrever a uma tal baroneza, que veiu de Munich em companhia de D. Amelia, pedindo-lhe dia e hora para ter essa honra. Só depois de dois e tres dias é que tinha então a resposta desejada de poder cumprimentar a difficil Imperatriz do Brasil".

A MARQUESA DE AGUIAR

"A tal baroneza que viera de Munich era quem pegava na cauda da Imperatriz em dias de gala. Ás

vezes, por mera condescendencia, a baroneza chamava a nobilissima Marqueza de Aguiar, viuva de D. Fernando, Marquez de Aguiar e vice-Rei do Brasil. A Marqueza, senhora illustre, camareira-mor, dizia, com magua, quando a baroneza a convidava:

— Dê cá esse mantéo, que em outros tempos me era leve, mas hoje me é tão pesado de carregar. Eu lhe ajudarei...

E pegava na cauda".

PROTOCOLO SEVERÍSSIMO

Mello Moraes é francamente hostil a D. Amélia. As suas antipatias para com a Imperatriz ressaltam muito frisantes do seu depoimento. No entanto, para se fazer justiça, é preciso considerar melhor as coisas. A Beauharnais vinha de cortes faustosas, protocolares. Encontrou aqui um Paço desordenado. Paço onde toda a gente entrava. Onde o Imperador recebia sem o menor estilo. Tudo simples, chão. Quis D. Amélia dar a isto o ar de grande corte. Quis fazer valer, regiamente, a personalidade do Imperador. Para isso, mandou pôr em execução protocolos severíssimos, a que os fidalguinhos da época não estavam habituados. Encheu o Paço de criados estrangeiros. Trouxe da Baviera as suas açafatas, as suas retretas, os seus mestres-de-cerimônia, os seus cabeleireiros as suas damas, o seu confessor. Como não entendia o português, determinou que em S. Cristóvão só se falasse francês.

Daí, dessas medidas, do rigor da etiqueta, nasceu decerto essa evidente má vontade dos contemporâneos

para com aquela voluntariosa bonecazinha imperial, que governou o Brasil durante dois anos. D. Amélia, está claro, podia ser mais singela. Não o foi. Pretendeu, no Riozinho emosquitado do tempo, dar-se a complicações de majestade altíssima. Daí a sua impopularidade. Nem lhe perdoaram que, como boa francesa e, portanto, como dona-de-casa de mãos agarradas, D. Amélia tomasse contas severas das despesas da cozinha.

Lá comentavam, sem perder detalhe:

"Sendo ella tão moça, se intromettia nas coisas mais ridicullas do Paço, até nas despesas da ucharia. Causava admiração que essa senhora tão fina, e tão criança, se occupasse de ninharias proprias de gente de baixa condição social".

D. AMÉLIA E JOSÉ BONIFÁCIO

José Bonifácio voltara do exílio. Vivia na sua chácara de Botafogo, arredado dos homens, longe da política. D. Amélia, ao chegar, teve notícia do velho eminente que ali vivia, solitário. Quis conhecê-lo.

O Patriarca, um dia, apresentou-se no Paço. D. Pedro, em pessoa, conduziu o austero Andrada aos aposentos da Imperatriz. Aí, entre os soberanos e o paulista, desenrolou-se curiosa, chocante cena.

José Bonifácio, num discurso pequeno, mas muito vivo, de cores muito carregadas, pintou à Beauharnais o estado do Brasil. Pintou a completa separação do povo e do governo. As iras da opinião pública. Os

desacertos do trono. As facilidades de D. Pedro. Mil coisas! O Imperador não gostou. Interrompeu azedamente o ex-ministro:

— "Senhor Andrada! Vossa Exa. está desarrazoando. Isso são disparates"...

José Bonifácio, com autoridade:

— "Não me interrompa, senhor! Deixe-me dizer a verdade, porque ella interessa a Vossa Magestade e a seus filhos"!

E continuou o discurso.

D. AMÉLIA E A POLÍTICA

II

Durante apenas dois anos de reinado — 1829 a 1831 — que poderia ter feito D. Amélia na política do Brasil? Quase nada. O poderio dela cifrou-se, nesse par de anos, em nortear para um caminho mais moralizado o caráter boêmio do Imperador. D. Amélia venceu integralmente o marido. A sua formosura, apregoada com tubas altas por todos os contemporâneos, teve filtros venenosos, que amalucaram o coração enamorado do moço vulcânico.

Daí, desse predomínio, as suas vitórias. Vitórias frágeis, na aparência; mas, na realidade, dificílimas de serem conquistadas.

Assim, foi D. Amélia, de parceria com Barbacena, a única que teve o supremo arrojo de tramar — de tramar e conseguir! — a expulsão do célebre Chalaça do Brasil.

Também conseguiu ela (e isto foi outro serviço grande) arredar do marido, de João Pinto da Rocha, aquele valido detestável, falcatrueiro cínico, que desmoralizava o trono e o Imperador.

João Pinto da Rocha partiu da corte para um emprego na Europa. Lá, após muitas aventuras, meteu uma bala nos ouvidos.

Foi também D. Amélia, com ríspida dignidade e compostura, quem conseguiu lançar fora do Paço definitivamente tudo quanto lembrasse a Marquesa de Santos. Assim, na manhã seguinte à chegada, a duquezinha de Goiás, a bastarda que D. Pedro reconhecera, teve ordem de sair imediatamente de S. Cristóvão. Saiu a meninazinha, a toque de caixa, com as suas açafatas D. Josefa e D. Bárbara, primas da Marquesa de Santos. Instalaram-se todas em Niterói, na casa que foi de D. João VI.

Dizem uns — e Mello Moraes o afirma — que D. Amélia se bateu para que D. Pedro não abdicasse o trono de Portugal na filha D. Maria da Glória. Isto porque sempre afagara a idéia de que D. Pedro viesse a ser um dia Imperador do Brasil e Rei de Portugal. Até onde vai a verdade dessa afirmativa?

Impossível responder. Não há, em documento sério, a comprovação dessa atitude política de D. Amélia. Pouco importa tal atitude. Mesmo que a Imperatriz tivesse se esforçado por unir as duas coroas, o fato é que não o conseguiu. O sete de abril derrubou-a do trono. Obrigou-a a partir, ao lado do marido, para aquela imensa epopéia que D. Pedro, cavaleiro e herói, realizou em Portugal.

FORA DO BRASIL

D. Amélia, enquanto o marido batalhava no Porto, viveu em Paris. Ficou lá, vigilante, ao lado de D. Maria da Glória, a rainha de Portugal.

D. Pedro, num sonho de visionário, arregimentou o seu exercitozinho para atacar o mano Miguel. Correm por aí muitíssimo contadas as façanhas do bragança nessa página formidável da sua vida.

D. Pedro — sabe-o toda gente — teve o supremo gosto de triunfar. E, triunfante, senhor de Lisboa, mandou buscar em Paris a filha Maria da Glória para lhe entregar o trono que conquistara.

Veio para Lisboa, com a rainhazinha, a senhora D. Amélia. Assistiu ela aí as vitórias do marido. Acompanhou-o naqueles gozos embriagantes. Foi ao Porto. Viu, dentro de coches agaloados, os delírios com que a heróica cidade recebera o seu ídolo. Depois...

Depois foram os fracassos. Foram os sucessos políticos. A impopularidade de D. Pedro. A vaia. Os apupos. Os punhados de lama. Toda aquela escumalha de ingratidão popular que fervilhou contra o homem que fora o deus da véspera.

Começa então o martírio do Bragança. É a doença que vem, são as hemoptises, o quebramento das forças, o leito.

D. Amélia, em meio a tudo, doce e boa, a afagar o marido com mãos de veludo! D. Amélia, em meio a tudo, acompanha-o transe a transe, inabalável, única na constância e no carinho!

O PRÍNCIPE AUGUSTO

A rainha D. Maria II, com os seus quinze anos, loiros e frescos, principiou a governar os seus Estados.

Timbrou a menina, desde logo, em tratar com altas deferências a madrasta e ex-imperatriz.

D. Amélia, porém, deixou a companhia da rainha e alojou-se nas Janelas Verdes. As relações entre ambas iam num mar de rosas. Contribuiu para isso, não pouco, o casamento de D. Maria II com o príncipe Augusto.

O príncipe Augusto era irmão de D. Amélia. Acompanhara a irmã ao Brasil. Morou no Rio muito tempo. Levou daí saudades e deixou aí amigos.

Trouxera ele da sua pátria um homem culto, seu mestre e filósofo, que foi o conde de Nejaud. Além deste, o dr. Casanova, médico de nota.

Eram estes três personagens — o príncipe, o conde, o médico — os mais assíduos freqüentadores da casa de José Bonifácio. Com o patriarca, numa daquelas boas cavaqueiras que lá havia, foi que o dr. Casanova se abriu nesta audaciosa confissão, que as crônicas registam.

— "Saiba, meu amigo, que o Imperador do Brasil é um louco!"

O velho Andrada achou aquilo muito forte. Procurou atenuar. Fez ver ao dr. Casanova que muitos dos atos estróinas de D. Pedro eram o fruto de más companhias, de maus conselhos, de visão errada...

— Pode ser, atalhou o grave médico, "mas o estado actual do Imperador, afianço-o, resente-se de alienação mental muito pronunciada".

Isso são detalhes que interessarão decerto os psiquiatras que quiserem um dia estudar a vida do Imperador.

Vamos nós preocuparmo-nos com o príncipe Augusto. Viveu ele no Rio os dois anos que aí vivera a Imperatriz.

D. Pedro estimava-o muito.

Fê-lo alta patente das forças brasileiras e nomeou-o duque: duque de Santa Cruz. O príncipe Augusto foi o único duque do primeiro Reinado. Assim como Caxias foi o único duque do Segundo. Quando os Imperadores partiram, o príncipe Augusto também partiu. Seguiu por toda a parte a irmã. Afinal, em Lisboa, pela mão hábil de D. Amélia, foi tramado o casamento do príncipe com dona Maria da Glória, já rainha de Portugal. Casaram-se. Príncipe consorte, o irmão de D. Amélia teve posição relevantíssima na Corte. Mas essa posição durou pouco: Augusto de Leuchtemberg, algum tempo após, morria de febres bravas.

Tratou a política, sem demora, de casar a soberana com novo príncipe de casa reinante. A escolha foi rápida. Decidiram as cortes por Fernando de Saxe Coburgo Gotha. Foi este o segundo marido de D. Maria II, a rainhazinha brasileira.

DONA AMÉLIA E DONA MARIA II

Depois da morte do irmão, esfriaram as relações entre D. Amélia e D. Maria II. Por que? Rivalidades, ciumezinhos, intrigas, pequenos nadas de mulher a mulher.

Talvez, no coração de D. Amélia, houvesse fundo espinho. É que, do casamento com D. Pedro, nascera

também uma menina. Chamava-se Amélia, tal como a mãe. A ex-imperatriz, no entanto, via essa outra, e não a filha, sentada no trono e refulgindo! Lá diz, com razão, Alberto Pimentel, na **Corte de D. Pedro IV:**

"Não havia, nem era facil haver, uma intimidade sem nuvens entre a madrasta e a enteada. D. Amelia fora, é certo, uma esposa dedicadissima. No Brasil, mostrara-se carinhosa para com os filhos de D. Pedro; despedira-se delles com sincera saudade. Mas, agora, no fundo do seu coração, sentiria a magua de ver-se reduzida, pella morte do marido, a uma figura secundaria, de ver a sua filha numa obscuridade rellativa, ao passo que D. Maria da Gloria, sua enteada, era a rainha, cingia a coroa, cuja conquista ella propria, a Imperatriz, regára com as suas lagrimas de esposa ausente e sobresaltada durante a campanha da liberdade".

Dia a dia, entre as duas mulheres, acentuavam-se diferenças, que mais as separavam. Até no modo de vestir andavam ambas desencontradas. Basta ler o chistoso cronista:

"Phrases soltas revelavam quanto a rainha e a imperatriz divergiam na maneira de pensar. Por exemplo : D. Amelia gostava de usar vestidos pretos com muytos e altos bordados a ouro. Gostava de pôr brilhantes em profusão. D. Maria da Gloria, não; e quando a via assim, costumava dizer:

— Ahi vem a mamã succumbida de enfeites"!

Não é preciso dizer mais. Isto mostra, à evidência, a rivalidade que se abriu, até nas miudezas, entre a imperatriz e a rainha.

O MARQUÊS DE REZENDE

D. Maria II, como se compreende, era o foco. Todo o mundo se voltava para as necessidades. O Paço coalhava-se de áulicos. Os cortesãos, aqueles mesmos que se rastejavam outrora aos pés de D. Amélia, puseram-se a desertar dia a dia dos salões tristes das janelas verdes.

Com a morte do príncipe Augusto, então, a debandada foi única. D. Amélia sentiu o amargo travor da desvalia. Teve apenas a Imperatriz, na desdita, a alta fortuna de encontrar um amigo. Um único, é verdade, mas, ao menos, teve um! E esse foi o velho Marquês de Rezende. Companheiro devotadíssimo de D. Pedro, camarista e confidente, o Marquês não se esqueceu jamais do antigo senhor. Também não ocultou jamais a sua dedicação à causa constitucional. Apregoava-a sem rodeios. Certa vez, em Viena, encontraram-se D. Miguel e o Marquês de Rezende. O velho não se embaraçou. Disse rudemente ao inimigo do seu amo:

— Nada de cortesias, senhor! Nós não temos, certamente, afeição um pelo outro...

Homem franco assim, com um feitio áspero desses, por certo não arrancaria ligeiramente do seu coração as amizades fortes que se enraizassem nele, como se enraízam gravatás em chão bravo.

AS LIMAS E O COCHE

D. Maria II não morria de amores pelo Marquês de Rezende, o cortesão de D. Amélia. Havia dito mesmo, num momento leviano, esta frase que foi ouvida:

— Quando meu pai morrer, o Rezende não sentará mais na minha mesa.

O Marquês soube. Foi ele, desde então, quem timbrou em não aceitar, nunca mais, o menor favor da rainha. Alberto Pimentel nos conta dois episódios, ingênuos em si, mas muito expressivos, do turronismo do velho.

Ouçamos o historiador:

"D. Amelia instou com Rezende para que elle ficasse a seu serviço. O Marquez ficou, porque pertencia á Corte velha, e D. Amelia representava o passado".

"Na presença de dona Maria II, mostrava-se o Marquez respeitoso, mas retrahido. Fazia questão de não acceitar nenhum favor do Paço das Necessidades, e, sobretudo, em não se sentar a mesa da rainha. Altiva como seu pae, D. Maria incommodava-se com aquella obstinação. Certa vez, terminado o jantar nas Necessidades, D. Amelia chegou de visita, acompanhada pelo Marquez.

— É agora, disse a rainha para alguem; o Rezende vae quebrar o seu protesto.

E offereceu-lhe, gentilmente, umas das excellentes limas, que estavam na mesa:

— O Marquez é guloso! Certamente, não recusará estas boas limas que lhe offereço...

— Devem ser excellentes, respondeu o velho, examinando-as; e eu já não as como ha muito tempo. A ultima vez — ainda me recordo — foi na minha Quinta das Lapas. Ha quanto tempo! Mas, minha senhora, a idade vae se oppondo aos caprichos do guloso. Hoje, todas as cautellas são poucas...

— Uma só, Marquez!

— Tenho pena, minha senhora: devem ser deliciosas; a apparencia é optima. Realmente, não podem ter melhor cara!

E pousou as limas na bandeja".

.....

"Doutra vez, estando juntas, D. Maria e D. Amelia, foi preciso mandar alguem a S. Vicente, a toda pressa.

— Se o Marquez me fizesse esse favor... disse a rainha; eu mandava pôr uma carruagem.

— Sim, minha senhora, eu vou! Mas a pé. Faz-me muito bem o andar. Os medicos me recommendam isso — que ande muito. E eu vou, eu vou...

Foi a pé, com sacrificio, para não se aproveitar da carruagem do Paço!"

Foi neste homem, neste leal servidor de cabelos brancos, que se resumiu a corte de D. Amélia. Foi o seu último cortesão. Mas foi um cortesão que valeu por todos os outros.

O FIM

Viveu D. Amélia placidamente o final de sua vida. Morava isolada. Fazia muitas esmolas. Teve, anos passados, necessidade de ir a Alemanha levar a filha

com o fim de consultar médicos. Mandaram eles a pequerrucha para a Madeira, a ares. Aí morreu a princesinha. Apagou-se o único traço de ligação que havia entre Braganças e Beauharnais.

D. Amélia viveu, daí em diante, um crepúsculo sereno. D. Pedro deixou-a rica. Assim, amparada e tranqüila, aquela boneca loura, que foi, por dois anos, a Imperatriz do Brasil, viu chegar certo dia a velha feia, toda ossos, que fecha as pálpebras da gente com mãos múito compridas e muito geladas...

A DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE

Acabo de receber longa e interessantíssima carta. O seu autor, pessoa forçosamente erudita em coisas e particularidades de História Pátria, oculta-se sob o significativo pseudônimo de **Um Monarquista Verdadeiro.**

Nessa carta, vastas laudas datilografadas, o **Monarquista Verdadeiro** esforça-se, com o seu melhor esforço, em demonstrar os heroísmos de D. Pedro I, a sua forte atuação no Brasil, a sua moralidade e, sobretudo, a nenhuma influência que sobre ele exerceram os validos e as mulheres. Sobre este ponto, a **nenhuma interferência dos validos e das mulheres,** o distinto missivista faz a sua tecla preferida, tangendo-a alto, documentando-a com fartura nas mais carrancudas citações. Entre outras muitas coisas, diz-me o **Monarquista Verdadeiro:**

"Grave injustiça V. S. commette nos seus escriptos, exhibindo a Marqueza de Santos com influencia sem diques no espirito de D. Pedro. Ha factos, então, que V. S. lança e que estão fora de qualquer verdade historica, como por exemplo: o facto de haver a Marqueza tramado a dissolução da Assembléa Constituinte"

"Onde V. S. viu isto? Como pode V. S. escrever uma coisa destas? Pobre Domitilla de Castro! Viveu sempre, como politica, em innegavel mediocridade, não interveiu nos incidentes da vida publica; e agora, passado quasi um seculo — vem V. S. fazel-a responsavel

por innumeros favores e empregos, e, sobretudo, como cabeça da dissolução da Constituinte. Que pecado commetteu V. S.! Ora, Alberto Rangel já desfez essa lenda; Alberto Rangel demonstrou... etc."

É verdade. Alberto Rangel, na parte de empregos e favores políticos, tentou eximir a Marquesa de Santos de qualquer interferência. Mas nessa parte, justamente, a Domitila de Castro é franca, é categoricamente indefensável. Vejamos.

* * *

Principiemos pela própria Marquesa. V. S., senhor Monarquista Verdadeiro, decerto sabe que a Domitila de Castro era trivial mulherinha de São Paulo, a quem o marido (o alferes Felício Mendonça) meteu duas facadas na coxa. Duas facadas, meu amigo! E isso ali na fonte de Santa Luzia, perto da rua Conde de Sarzedas, que V. S. conhece perfeitamente. Pois bem. Vem D. Pedro, enamora-se da moça, agarra-a, leva-a para o Rio, bota-a de cama e mesa. Mas não é só: eleva-a, dum dia para outro, à alta honraria de Primeira Dama da Imperatriz. Fica aí? Capaz! Não se contenta com a retumbante mercê: fê-la com escândalo de toda a gente Viscondessa de Santos! E é só? Não! Ainda há mais: concedeu-lhe, num dia memorável, concedeu-lhe a estrondosa graça de Marquesa de Santos! Isto, sr. Monarquista, a Domitila.

E os parentes? Veja um pouco. Comecemos pelos mais próximos:

D. Pedro elevou a filha primogênita da Domitila — a Isabel Maria — a Duquesa. Ouviu bem? A Duquesa! Foi a menina a célebre Duquesa de Goiás. O título mais alto do Império.

Elevou também a segunda filha, que morreu na infância, às mesmas culminâncias. Foi a Duquesa do Ceará.

Mas as mercês não pararam na Domitila e nos filhos. Transbordaram. É só ver os fatos.

Os pais da Domitila, o velho João de Castro e D. Escolástica Bonifácia, foram agraciados com o título de viscondes. Foram os viscondes de Castro. A irmã e o cunhado — a Maria Benedita e o Delfim Pereira — arranjaram-se com a nobreza de barões. Foram os barões de Sorocaba. Ainda não é tudo. Os irmãos da Domitila, num só dia, receberam a graça de "moços fidalgos da casa Imperial"!

E que falar, sr. Monarquista Verdadeiro, daquela fieira de Toledo Ribas que tiveram promoção e acesso em todos os seus empregos? E que falar do Magessi, que veio do Mato Grosso com a reputação em pandarecos e a Domitila, mesmo assim, conseguiu fazê-lo presidente da Província Cisplatina?

Seria longo enumerar aqui, um por um, os parentes e amigos da Marquesa que receberam o bafejo das suas mãos onipotentes. Esta pobre crônica não comporta a lista imensa. Seria enfadonho o rol. Basta o que ficou acima.

Vamos, contudo, ao fato que o missivista diz "NÃO SER VERDADE". É o fato de haver eu dito que a Domitila influenciou decisivamente na dissolução da

Assembléia Constituinte. "Onde V. S. viu isto?", exclama. E eu passo a responder.

* * *

Vasconcelos Drummond deixou as suas "memórias". Não há, para estudo do Primeiro Império, documento tão curioso. Pessoa absolutamente proba, comparsa dos acontecimentos, amigo de D. Pedro, amigo dos Andradas, o conselheiro Drummond tem, nas suas memórias, autoridade incontrastável. Isso é ponto pacífico. Pois é lá, nessas memórias (Annaes da Bib. Nac. Vol. XIII) que se encontra isto:

— "Tudo estava preparado para a dissolução da Constituinte. A famosa Domitilla já estava na amplitude do seu poder, rodeada de vis e baixos cortezãos aduladores, imperando sobre o espirito mal avisado do Principe. **A Domitilla não foi extranha ao projecto da dissolução: ao contrário, era a representante assalariada pelos chamados republicanos desta conjuração"...**

Mais ainda: no dia da dissolução da assembléia transbordou-se a alegria da Domitila. Todo o mundo sabe que D. Pedro, e os que o circundavam, ornaram-se estrondosamente de ramos de café. Era a forma de exteriorizarem os seus júbilos. A Domitila, como eles, enfeitou-se com espavento. Estava radiosa com a dissolução. Eis o tópico, fls. 76:

"O Imperador ornou o seu chapéu de um frondoso ramo de folhas de café. O mesmo fizeram os officiaes e os generaes. Villela Barbosa, posto não fosse militar combatente, tambem ornou o seu chapéu de ramos de

café. O mesmo fez Clemente Ferreira França. Até a Domitilla ornou-se com um ramo exhorbitante no peito"...

Ora, qual a razão desta alegria, Senhor Monarquista Verdadeiro? É fácil responder: é que a Marquesa fora parte magna no ato despótico. Trabalhara por ele. Contribuíra decisivamente, contribuíra com todos os seus feitiços, para que D. Pedro dissolvesse a assembléia. É o velho Drummond quem a acusa, com esta declaração categórica e de pasmar:

"Figurava á testa do partido republicano um moço sem talento, mas activo e rancoroso. Era filho da provincia da Bahia e nascido de paes humildes e pobres. Exercendo um cargo subalterno na magistratura de São Paulo, ahi se casou com uma viuva rica. A riqueza augmentou-lhe a actividade e não sei se a violencia do caracter tambem... (1).

.....

"Tal era o homem, que por parte dos republicanos, mais activamente trabalhou para dissolução da Assembléa Constituinte. A Domitilla foi quem mais lhe serviu nesta empreza. **É para mim caso averiguado que esta mulher, que tantos males causou ao Brasil, delle recebera doze contos de réis em paga do seu trabalho.** É para mim caso averiguado porque VI, LI COM ESTES OLHOS, UMA CARTA escripta por mão augusta em que isto assim se relatava. **Era uma carta escripta pela excelsa e virtuosa Imperatriz D. Leo-**

(1) Parece ser o Costa Carvalho, futuro marquês de Monte Alegre. Leve-se o azedume de Drummond à conta de zanga política.

poldina a José Bonifácio em Novembro ou Dezembro de 1827".

Eis aí, sr. Monarquista Verdadeiro, a fonte onde se abeberaram os meus escritos. Não inventei o ter a Domitila intervindo diretamente na dissolução. Ocultei apenas que ela tivesse ganho, para isso, a soma de doze contos. Fui benigno, isso sim. Mas não fui contra a verdade histórica. Concorda?

UM CASAMENTO RETUMBANTE

"O BANDO"

Nunca se vira coisa igual! O povo abria olhos tontos. De todos os becos, em chusma, corria gente num alvoroço. E toda a gente pasmava-se diante do **bando.** Era, realmente, um **bando** luzidíssimo o que lá ia, com rojão e música, pelas ruazinhas emosquitadas daquele pobre Rio de 1810. Que fausto! Os dois almotacés anunciadores do pregão vinham montados nos cavalos brancos das cavalariças do Rei. Ladeavam-nos, muito garridos, os oficiais da Câmara, com as suas capas **"bandadas de seda branca"** e os seus chapéus de plumas vistosas, rebrilhando de lentejoulas. Duas bandas de música. Atrás, um esquadrão de cavalaria. Vinham afinal, fechando o acompanhamento, **"treze azemolas carregadas de fogo do ar".**

Tudo aquilo, festivo e estrepitoso, ondeava pelo Rio afora. De quando em quando, em frente à Igreja da Lampadosa, ou rente ao chafariz do Largo do Moura, o cortejo estacava. Um criado de galão tomava das azêmolas grande um molho de rojões. Logo, no ar luminoso, estouravam, derramando-se em lágrimas, os **fogos do ar.** Que era aquilo? Os almotacés, alto e a bom som, apregoavam então o edital do Rei:

— Desposórios do Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Espanha,

com a Serenissima Senhora D. Maria Tereza de Bragança, Princesa de Portugal!

E lia o edital em que se anunciava ao povo, para o dia 13 de maio, a realização das bodas. O povo ouvia. Estrondavam palmas. A música rompia. Rojões de novo. E o **bando,** sob aquele zabumba, rumava para a Rua do Piolho.

O INFANTE

D. João VI trouxera de Portugal a família inteira. Vieram os dois filhos varões: o Príncipe D. Pedro, herdeiro do trono; e D. Miguel, filho segundo, apenas infante. Vieram também as filhas: D. Maria Tereza, Princesa da Beira, a primogênita; e as infantas: D. Maria Isabel, D. Maria Francisca, D. Isabel Maria, D. Maria de Assunção, D. Ana de Jesus Maria.

Ora, com os príncipes e as princesas, também aportara aqui um rapaz encantador, muito galhardo, vinte e dois anos, olhos romanticamente verdes: era D. Pedro Carlos de Bourbon, infante de Espanha, sobrinho de D. Carlota Joaquina. O moço irradiava simpatias vencedoras. Chocava pelo desgarre do porte atrevidamente viril. Tipo lindo. Um verdadeiro derrubador de corações!

D. João VI, contam as crônicas, teve para com este sobrinho ternuras comovidas. Amava-o como a um filho. Fê-lo Almirante General da Marinha Real Portuguêsa. Cobriu-o de honras. D. Pedro Carlos, na corte do Rei, foi o mais valido dos infantes.

A PRINCESA

Tinha D. Maria Tereza o renome de princesa fascinante. Todos os que a viram, sem discrepar, traçaram dela um retrato galantíssimo.

Lá diz o cronista:

"D. Maria Thereza, princeza da Beira, era linda. Era mesmo lindissima. Muito elegante. O ar soberano, parecendo à primeira vista — soberba! Seus olhos, quando se fixavam, eram encantadores. Tinha muito espirito. Falava corrente o francez e o hespanhol. Sustentava com graça qualquer conversação. Tinha muitas habilidades; era perfeita em obras de agulha. Chegou ao Rio de Janeiro com quinze annos e já era uma beleza!".

D. Maria Tereza não foi apenas bela. Foi, acima de tudo, a filha amada, a princesa do coração de D. João VI. Foi a confidente mais íntima do pai. Conta Mello Moraes:

"D. João VI amava-a muito; amava-a com destaque. Conversava com ella as coisas mais reservadas. Discutia com ella negocios de Estado. E, muytas vezes, fazia-a sua secretaria, por ser preguiçoso em escrever".

Tal era D. Maria Tereza. Tal era a encantadora princesa que ia se casar com D. Pedro Carlos, rapaz de olhos verdes, o mais belo dos infantes de Espanha.

A PAIXÃO

D. Maria Tereza não fora destinada para o primo. Quando viera de Portugal, toda a gente sabia, a Princesa da Beira já viera noiva. E noiva de quem? Noiva de Fernando VII, rei de Espanha!

O casamento não tivera outra razão a não ser a "razão d'Estado". Mero ajuste de gabinetes. Não entrara nele sombra de afeição.

Mas a Princesa da Beira era, mais do que princesa, profundamente mulher. Criaturazinha deliciosa, muito trêfega, tinha D. Maria Tereza um coração de fogo dentro do peito. E o coração bateu-lhe desabalado por D. Pedro Carlos. O primo fascinara-a. Aqueles olhos verdes, aquele garbo, aquele... D. Maria Tereza não pôde recalcar a sua flama: amou-o com doidice. Amou-o largadamente, perdidamente. D. João notou aquilo. Que fazer? O Rei teve dó da filha. E condescendeu...

É o bisbilhoteiro das intimidades de S. Cristóvão quem nos conta:

"O casamento de D. Maria Thereza estava contractado com o tio Fernando VII. Mas depois que aqui chegou enamorou-se muito do primo, o infante D. Pedro Carlos, que tinha vinte e dois annos de edade. E se quizeram tanto que D. João VI, como era muito amigo da filha e do sobrinho, não se mostrava zangado pelo namoro de ambos".

D. Carlota Joaquina, ao contrário, enfurecera-se com a paixão. Aquilo era desnorteio. Era falta de

juízo. A filha estava talhada para rainha: que loucura essa de casar com infante! Mas não houve razão que abalasse a princesa. O capricho de D. Maria Tereza tomou proporções assustadoras. D. João não teve por onde sair: quebrou o casamento da filha com Fernando VII e ajustou-o com D. Pedro Carlos. Eis o caso:

"D. Carlota desesperava porque não queria o casamento. Dizia que a filha não tinha pressa e esperaria pela restauração da Hespanha, porque o dominio de Bonaparte não duraria muyto. E dizia mais que a sua filha, podendo ser rainha de Hespanha, não era para ser mulher de infante. Mas nada disso foi capaz de destruir a paixão da filha pelo primo. O pae, vendo que ambos se amavam muito, concordou no casamento. E este se realizou no dia 13 de Maio de 1810, tendo a princesa dezesete annos e o infante vinte e cinco por completar".

Assim, como se vê, a princesinha desdenhou um trono. Preferiu casar-se liricamente. Foi um dos mais típicos casamentos por paixão de que há memória na crônica dos príncipes.

13 DE MAIO

A 13 de maio, aniversário de D. João, realizaram-se as bodas. O regente, segundo o protocolo, recebeu, no beija-mão clássico, os cumprimentos da corte. Depois, com pompas desmedidas, começaram as festas dos esponsais. Conta o padre Gonçalves dos Santos na suas **Memórias:**

"Findo o beija-mão, armou-se ás pressas uma riquissima "teia", ligando o Paço á Capella Imperial. Era uma teia de seiscentos e cincoenta palmos de comprido e dezeseis de largura. Nella só se divisavam sedas, galões de ouro, alcatifas da Persia. De espaço a espaço pendiam nella lampeões de vidro, que eram em numero de noventa e oito, com duas vellas de cera cada um. Na Praça, por toda a quadra, as janelas estavam guarnecidas de cortinados de seda, e tambem as portas, o que tudo fazia muito agradavel vista, parecendo o recinto um magnifico Salão. As paredes do interior do Paço estavam forradas de damasco; finos tapetes se estenderam até a porta. A Capella Real tambem estava ricamente alcatifada. Soberbos lustros de crystaes ornavam o pateo do Paço. E tanto aqui, como na Capella, viam-se muitos tocheiros com grandes tochas de cera. Levantaram-se quatro coretos: dois na porta do Paço, dois na porta da Capella. Em frente ao mar erigiu-se uma grande machina de architectura para servir á iluminação e aos fogos. Emfim tudo respirava grandeza e magnificencia, como convinha a uma Festividade Nupcial e Real, a primeira que o novo Mundo viu realizar na corte do Brasil".

O SÉQUITO

Cinco horas da tarde. As fortalezas estrondam. Repicam todos os campanários. Anda por tudo uma alacridade férvida. É a hora dos desposórios. Pela teia, magnífico, ondula o séquito real. Ei-lo, como o fixou o cronista.

"Uma banda de musicos, precedida de soldados da Guarda Real, rompia a marcha. Após ella, seguiam-se os Porteiros da Canna, indo seis delles com as maças de prata ao hombro. Logo depois, mui luzidos, os Reis d'Armas, os Arautos, os Passavantes. Vinham em seguida as Pessoas de Nobreza, que não são convidadas por aviso da Secretaria d'Estado. Depois, os Moços de Camara, os Officiaes da Casa Real, o Corregedor do Crime. Seguiam-se, emfim, os Grandes do Reino, que foram convidados por aviso, e a quem o Principe Regente mandou cobrir, segundo a etiqueta. Vinha, nesse passo, todo o Corpo Diplomatico, em grande gala".

OS NOIVOS

O séquito ondeia luminosamente. Vai pela "teia" um farfalho de sedas. Chispam afogadeiras e borboletas cravejadas. Entrecruzam-se, num burburinho elegante, becas e dragonas, fardões **bordeaux** e casacos de riço verde. É aí, no meio desses fulgores e louçanias, que passam os noivos. Acompanha-os luzidíssima guarda de honra. Fale o padre cronista:

"Finalmente, após tão magnifico cortejo D. João, o Principe Regente, Nosso Senhor, trazia pela mão o Serenissimo Noivo, Senhor Infante D. Pedro Carlos, acompanhado dos Senhores: D. Pedro, Principe da Beira, e D. Miguel, Infante de Portugal.

Logo após, D. Carlota Joaquina, Serenissima Senhora Princeza do Brasil, tambem trazia pela mão a Serenissima Noiva, a Senhora D. Maria Thereza. E a

Noiva, pela sua formosura rara, pela riqueza dos vestidos, preciosidades das joias, belleza do ornato, encantava a todos. E encantava tanto que levava após si olhos e corações, tudo enlevado.

Suas Altezas tinham de um lado o Conde de Caparica, do outro, o Exmo. d. Manuel de Souza.

Sustentava a cauda a Excellentissima Camareira-mór.

Seguiam-se as Infantas; e eram ellas: D. Maria Izabel, D. Maria Francisca, D. Izabel Maria. Vinha, tambem, a Serenissima Princeza D. Maria Francisca Benedicta, irman de D. João, Nosso Senhor, levada pelo braço do Exmo. Marquez do Lavradio. Sustentava-lhe a cauda a Excellentissima Marqueza de Luminares: ia esta senhora seguida de quatro Damas, as Excellentissima D. Maria Eugenia, da casa do Redondo, D. Maria do Resgate, da casa Valladares, D. Maria de Almeida, da casa do Lavradio, D. Barbara da Cunha, da casa do Povolide. Fechava o sequito a Guarda-Real".

Impossível maior pompa, nem mais rigorosa etiqueta, nem grandeza mais pasmosa. Aquele pobre Rio, aquela cidadezinha colonial, suja e triste, viu assombrada os desposórios estonteantes. E o ato, na Capela Real, teve lustre de embasbacar. Assim:

O ATO

II

O cortejo magnífico alcança enfim a Capela Real. D. José Caetano, o bispo capelão, mitrado e solene, espera à porta as Pessoas Reais. D. João VI traz pela mão o infante D. Pedro Carlos; D. Carlota Joaquina traz a Princesa D. Maria Tereza. Entram. Rompe no coro a música de Marcos Portugal.

Os Regentes ajoelham-se. Toda a gente ajoelha-se. Um minuto de oração.

D. João e D. Carlota, com protocolos severíssimos, sentam-se em seguida no trono. O trono é todo de damasco e prata. É nesse instante que o senhor Bispo Capelão desce do seu sólio. O mestre de cerimônias põe-lhe a mitra à cabeça. Entrega-lhe o báculo de ouro. Serve de assistente do grande ato o Monsenhor Decano; servem de acólitos todos os monsenhores.

É o momento.

D. João, erguendo-se, toma o noivo pela mão e vai apresentá-lo ao bispo. D. Carlota Joaquina, ao mesmo tempo, toma a noiva pela mão condu-la até o altar.

O senhor Bispo levanta-se. Levantam-se os monsenhores. Levanta-se a corte.

Lá diz o cronista: "Os Reaes contrahentes puzeram-se as mãos uma sobre a outra em cima da estola

do Excellentissimo Bispo Capellão-Mor e pronunciaram as palavras do seu mutuo consentimento; ao depois, pondo-se os Serenissimos Desposados de joelhos, lhes deu o Excellentissimo Bispo as bençãos nupciaes em canto sollene; findas as quaes, voltaram os regentes para o throno e principiou o **Te Deum...**"

AS FESTAS

O séquito Real tornou para o Paço. D. João e D. Carlota vinham alumiados por grandes tochas, que os Moços da Câmara soerguiam. Eram oito horas da noite. O terreiro do Paço cintilava. "Estava tão esclarecido, diz a chronica, pela profusão de luzes, que não se invejava a claridade do dia".

Foi então, após tão alta cerimônia, que D. João encaminhou os noivos aos aposentos da mãe.

D. Maria I, a Louca, recebeu-os. A rainha tinha o ar estúpido. D. João disse-lhe:

— A Maria Tereza acaba de se casar com o Pedro Carlos...

E a louca:

— Ahn! ahn!

— Eles vieram beijar a mão de Vossa Majestade.

A louca estendeu-lhes a mão idiotamente.

— Ahn!

Os noivos beijaram a mão da rainha. Iam sair. Nisto, muito seria, D. Maria I gritou para D. João:

— Queres as minhas jóias? É para Maria Tereza? É? Pode dá-las... Pode dá-las...

E riu-se com um riso alvar.

Os três personagens, com as suas galas, deixaram os aposentos entristecedores da louca.

Eram nove horas. Suas Altezas seguiram para o teatro. Iam assistir ao estrondoso espetáculo da noite. Prossegue o cronista:

"O theatro estava ornado com magnificencia. Achava-se alli toda a Nobreza, convidada por especial convite; e, acima de tudo, dava na vista o grande numero de Senhoras ricamente adornadas. Logo após a entrada dos Serenissimos Noivos, os comicos passaram a desempenhar um novo Drama intitulado — **"Triumpho da America"**, drama esse expressamente composto para ser representado nessa faustissima noite".

OS DIAS SEGUINTES

"Os dias seguintes (vae expondo o padre Gonçalves) segunda e terça-feira, continuaram a ser de grande gala na corte. As fortalezas e os vasos de guerra embandeiraram-se de novo. Houve salvas ao amanhecer, salvas ao meio-dia, salvas á noite. As luminarias foram geraes; os sinos repicaram sem cessar. No Paço houve, nestas duas noites, grande Serenata na Sala do Cravo, em presença do Principe, Nosso Senhor, e de toda a familia real. Concorreram a ellas toda a Fidalguia, os Ministros Extrangeiros, assim como as Pessoas de maior representação da corte, além das Damas do Paço, e muitas senhoras illustres, que para isso tiveram licença"...

No dia seguinte, quarta-feira, realizou-se um beija-mão em honra dos desposados. Houve então, para o povo, grandíssimas festas no Terreiro do Paço.

NO TERREIRO DO PAÇO

Construiu-se, no Terreiro, imenso bosque. Viam-se nele bizarras arquiteturas "enfeitadas de bambolins de velludo carmezim com forro de arminho", onde se destacavam em cores fortes o retrato de D. João e de D. Carlota. Rebrilhavam por toda parte dísticos em versos. Eram deste teor:

Ouves Príncipe, soando
Do teu povo as aclamações?
Elas irão redobrando
Nas futuras gerações:
Faz-se imortal quem, reinando,
Reina sobre os corações.

Aí, para júbilo do poviléu, armaram-se divertimentos mirabolantes. Todas as noites subiam ao céu fogos de artifício. Acendiam-se luminárias faustosíssimas. Exibiu-se — e isto foi nota de alto destaque — exibiu-se uma **congada** pitoresca.

Os negros dançaram diante dos regentes. A corte achou muitíssima graça "nesses africanos, enfeitados ao uso do seu paiz natal, que, ao som de seus instrumentos estrepitosos e barbaros, applaudiram, como puderam, o feliz consorcio de suas altezas".

Mas os regozijos não ficaram apenas no Paço. Todas as cidades timbraram em solenizar as bodas com

pompas únicas. Mas a que mais brilhou, a que deu festas verdadeiramente memoráveis, foi, como era natural, a cidade do Rio de Janeiro.

A CIDADE DO RIO

Conta-nos o cronista:

"Querendo a cidade do Rio de Janeiro festejar os Reaes Desposorios, o illustrissimo conselheiro, Intendente Geral da Policia, Paulo Fernandes Vianna, tomou a seu cargo a direcção e a execução de todo o festejo; e assim se construiu, debaixo de suas ordens, no campo de Sant'Anna, uma praça que levou a palma a todas quantas já se fizeram nesta cidade. Basta dizer que os camarotes occupavam dois andares e eram em numero de trezentos e quarenta e oito. O Camarim Real, com cincoenta e dois palmos de frente, era, no exterior, pintado a oleo com muito primor, e, no interior, ricamente forrado de damasco, velludo e ouro".

Marcou-se para 12 de outubro a festa da cidade. Chegou o dia.

Que dia! D. João passou no seu coche dourado, ao som das trombetas da guarda real. D. Carlota Joaquina seguia-o. Todos os principais e todas as princesas também seguiam-no com estrondo. A corte inteira correu a festa atordoante.

"As damas, pelo seu ornato e pela sua riqueza, realçavam a magnificencia do amphitheatro; e tudo fazia um espectaculo muytissimo brilhante, superior a tudo quanto se tinha visto até então".

Começaram os divertimentos. Os numeros eram bizarríssimos. Constavam eles de carros alegóricos, os mais fantasiosos, animados de danças extravagantes.

Assim, representava o primeiro carro um repuxo enorme. Este repuxo esguichava água caprichosamente por todo o lado. Vinha à frente um magote de índios, com seu cacique, todos enfeitados de plumas, dançando e pulando ao fragor de inúbias e de maracás.

O segundo carro, confeccionaram-no os **"Ourives do ouro e da prata"**.

"Vinham nelle uns Chinas, vestidos de ricas sedas do seu paiz, uns de azul claro e outros de amarello. Estes Chinas, descendo do carro, executaram no meio da praça dansas muito engraçadas..."

Os negociantes de molhados, por seu turno, ofereceram um carro "muy elegante, conduzindo uns dansarinos, que no traje imitavam os antigos portuguezes, os quaes pelo asseio e riqueza do vestuario, mereceram geraes applausos".

E lá vai o cronista: "Após delle, entrou o quarto carro, representando uma Ilha do Mar Pacifico, com dansa de Indios proprios, que os Caldeireiros, Latoeiros e Ferreiros offertáram. Entrou logo o quinto carro, fingindo um Castello, sobre o qual tremulava a Real Bandeira Portugueza: deu este Castello uma salva Real na Augusta Presença de Suas Altezas; e sahindo de dentro delle um militar executou com muita certeza varias evoluções. Este carro foi offertado por dois Officiaes de Carpinteiro, que fizeram a obra do Curro".

"Rematou esta pomposa entrada dos carros, um grande escaller, cuja maruja vinha cantando; e, havendo

desembarcado, fizeram uma muy divertida dansa. Finalmente entráram pela Praça os Ciganos a cavallo, trazendo as mulheres na garupa; trajavam todos ricos vestidos agaloados de ouro e prata; e, descendo dos cavallos, formaram na frente do Camarim Real, uma dansa ao som de instrumentos, que foi grandemente applaudida pelo acerto e primor de sua execução".

OS MACACOS

Os carros passavam. E por todo o anfiteatro, ruidosamente, espalhafatosamente, corriam mascarados. Mas os mascarados não tiveram grande êxito. O chiste da festa, o chiste de suprema graça, foram os macacos. Nem houve nada igual. Apareceram a fazer trejeitos, a pular, a guinchar, tão cômicos! Arrancavam gargalhadas de toda gente. No final dos seus saracoteios, trepando uns sobre os ombros dos outros, desenrolaram eles ao público, imprevistamente, os retratos dos dois noivos. Eis o caso:

"Entre outras muytas dansas, que se apresentaram no Curro, deu muito prazer a dos macacos, não só pelo ridiculo das suas figuras, saltos e tregeitos pantomimicos, mas tambem pelo desenvolvimento da mesma dansa, que, sendo toda ella de mimica, rematou com formarem um circulo, e sobre os hombros de quatro, se puzeram em pé outros quatro, fazendo um grupo, sobre o qual se firmou um pequeno macaco: e este então desenrolou os Retratos dos Sereníssimos Consortes, e os mostrou aos Espectadores entre repetidos applausos, em que rompeu toda a nobilissima Assembléa".

AINDA FESTAS!

Mas os regozijos não pararam aí. Houve mais festas. Ainda festas! Durante quatro dias o anfiteatro retumbou com as mesmas pompas. Correu-se uma cavalhada famosíssima. Lidaram nela pimpões e galhardos, trinta e dois cavalheiros. Todos riquissimamente vestidos, "uns com bordaduras de ouro, outros com bordaduras de prata sobre as casacas, que era de fino belbutim". Depois, com o maior successo, tourearam-se vários touros — "animaes muy ageis e bravos". Nelas, fez prodigios o Neto, famoso toureiro. Todos os espectadores prorrompiam em delirios quando "apparecia o Neto, muy bem montado, com o sequito dos capinhas"...

Queimaram-se depois os mais fulgurantes fogos de artíficio, **fogos do ar**, como diz o cronista.

Assim, com esses festejos desmedidos, famosos, seria enfadonho, seria não mais acabar, o relembrar aqui as pompas que, além da corte, se organizaram no Brasil inteiro. D. João, como para popularizar-se, timbrou em dar ao povo, com esbanjamento, estrondosos regozijos. **Panem et circenses.**

O EPÍLOGO

D. Pedro Carlos e D. Maria Tereza viveram dois anos em lua-de-mel. Foi-lhes a vida sem arrepios nem brusquezas. Nasceu-lhe um filho: D. Sebastião. D.

João sonhou dar ao netinho um reino. Seria, segundo projetos abortados, o Reino da Província Cisplatina.

Ao fim, porém, de dois anos, o destino subitamente quebrou a felicidade do casal amoroso: D. Pedro Carlos foi atacado de bexigas. Não houve meio de salvá-lo. Morreu a 26 de maio de 1812.

D. Maria Tereza passou quase toda a sua viuvez na corte do Pai. Em 1817, foi pedida em casamento pelo grão-duque da Toscana, Fernando, irmão do Imperador da Áustria.

"D. João VI não aprovou porque o pretendente tinha filhos do primeiro matrimonio e o rei não queria que os de sua filha fossem filhos segundos. Demais, tendo ella de ir para a Europa, podia fazer vantajoso casamento".

Conta Mello Moraes que D. Pedro não tolerava a irmã. Lá está:

"D. Maria Thereza soffreu muito do irmão D. Pedro que lhe fazia as maiores desfeitas".

Por que esse rancor à viúva de Pedro Carlos? Não se sabe. Coisas de família. E lá remata o escritor, na sua **Crônica Geral**, o fim de D. Maria Thereza:

"A casa real sentiu muito essa perda (a morte de D. Pedro Carlos). Mas correu o tempo... E a viuva, para matar saudades, passou-se para a fazenda do Macaco, hoje Villa Izabel, onde achou consolação e conforto à sua viuvez".

MULHERES NA VIDA DO PATRIARCA

Mulheres na vida do Patriarca? Sim, senhor! Inútil arregalar assim os olhos. É isso mesmo: mulheres na vida de José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência. Eu sei que a coisa é de melindre. Muita gente não há de querer acreditar-me E com razão!

José Bonifácio, naqueles soltos desbragamentos do primeiro império, destaca-se nítido pela rija austeridade de costumes. Não houve tempo de moralidades mais fáceis do que os pitorescos nove anos de Pedro I. A corte dava um exemplo alto. D. Pedro, enrolado no seu manto de tucano, enchia o Império com o fragor das suas aventuras picarescas.

No meio daquela estúrdia, nota chocante, surge a personalidade carrancuda do Patriarca. José Bonifácio é a Severidade. É a Intransigência. É a Moralidade. É, numa palavra, a Virtude.

O Imperador e o Patriarca, por isso mesmo, avultam num contraste rudíssimo. A gente sente em D. Pedro o filho de D. Carlota Joaquina, a erótica, a rainha desbragada. A gente sente em José Bonifácio o velho sangue honestíssimo do paulista, o homem pacato, em cuja vida nunca floriu uma pecadora novela de coração.

Mas o velho Andrada, como todos os homens, não teria também a sua hora sentimental? Não teria também o seu caso de amor? Talvez... Talvez tivesse

tido, não o seu caso de amor, mas os seus casos de amor. Pois são dois os nomes de mulheres que perpassam, levemente, na vida seca daquele grave homem d'Estado.

* * *

Desterrado do Brasil, José Bonifácio foi viver em França. Asilou-se, pobre e em plena desgraça, numa casota de campo ao pé de Talance. Aí compunha os seus versos. Aí refundia os seus trabalhos notabilíssimos sobre mineralogia. Aí escrevia, quase diariamente, cartas ao seu melhor, ao seu mais certo amigo. Era ele, como toda a gente sabe, o conselheiro Vasconcelos Drummond.

Fora Drummond o diretor do "Tamoio" o famoso, o violentíssimo defensor da Constituinte. Por esse motivo, nem houve nunca outro, D. Pedro também o desterrara.

Drummond instalou-se em Paris. E é em Paris que recebia aquelas preciosas cartas de Talance. Nelas, nesses documentos vivos de intimidade, o Patriarca despia a alma, punha-a nua em frente ao amigo. Que cartas! Fagulham nessas letras as iras do homem público. Fervem aí ironias farpadíssimas. Borbulham os mais causticantes comentários. E acima de tudo, mais do que tudo, andam por elas saudades desesperadoras do Brasil. O assunto predileto é política. Assim:

"Hoje revesti-me de resolução estoica e ahi vão estas desconcertadas regras. Principiemos por política, já que ella nos deve interessar muito, visto o nosso estado..."

Não há fato público do Brasil que não receba uma flechada de Talance. Não escapa coisa alguma. Lá vem sempre o veneno:

"Porque sahiria do ministerio o **bambo mulato,** pesadão e basbaque? Quem ficará afinal com a pasta?"

Ou, então:

"Que novidades ha no Brasil? Como vão e que fazem as Camaras? Que é feito da nomeação dos novos diplomatas? Só se resolveu confiar o Pedra-Parda em encarregado de negocios e Antonio Telles em levar a Gran-Cruz para o Francisco burro?"

E mais além:

"Ainda não sei da lista dos novos deputados da Provincia. Mas se foram tão bem escolhidos como os do Rio, adeus Imperio! O que valerá é que são poltrões e bestas..."

Quando, a 12 de outubro de 1826, apareceram os célebres decretos de D. Pedro, elevando a altas nobrezas uma chusma de servidores vulgares, veio, entre as mercês, o título de Viscondessa de Santos à senhora D. Domitila de Castro.

José Bonifácio não se conteve. Pulou! Aquilo foi um ferrão de vespa na sua vaidade. E lá desabafou ao amigo:

"Quem julgaria possivel que, nas actuaes circumstancias, haveria a Gran-Pata pôr tantos ovos duma vez, como 19 viscontes e 22 barões? Nunca o João pariu tanto na plenitude do poder autocratico! E quem sonharia, então, qué a **mixella Domitila seria Viscondessa de Santos?** Viscondessa da patria dos Andradas! Que insulto mais desmiolado!"

O nome de Domitila vem sempre à tona. Esvoaça impertinente pelas cartas do velho Andrada. O político não perde vasa.

"Bem feito que o Carneiro fallisse em dois milhões e o orangotango Simplicio extorquisse trinta contos!... Que faz D. Pedro em tudo isto? Creio que está enfeitiçado pela mãe da Domitila que em S. Paulo sempre passou por bruxa".

Ou então:

"A morte da Imperatriz penalizou-o assaz. Pobre criatura! Mas estes successos devem trazer consequencias ponderosas á Domitila..."

Foi nessas cartas, tão íntimas, onde o velho Andrada se transbordava com encantadora simplicidade, onde vinham à luz as suas zangas de homem d'Estado, onde fervilhavam os seus velhos ódios, que perpassaram, num lampejo fugaz, secreto desafogo de alma, os dois nomes de mulher que talvez enfeitassem por um momento aquela existência de homem virtuoso.

Quem são elas? Uma francesa e uma brasileira. Bonitas? Não sei. Feias? Não sei. Sei apenas que uma foi Mademoiselle **Fanchette**; a outra **Elisa**, tutelada de **Madame Delaunay**.

* * *

Mademoiselle Fanchette... É o primeiro nome que extravasa naquelas intimidades. Parece ter sido amizade velha, coisa de mocidade. Vasconcelos Drummond topou a criatura em Paris. Estava infelicíssima. Quase na miséria. E ela, ao que se deduz, falou ainda

com quentura do Andrada. Daí o enternecimento do velho, o desejo violento de querer amparar-lhe a desdita. Lá está o tópico:

"Passemos agora a coisas menos eventuaes e enigmaticas. Agradeço-lhe immenso o ter se avistado com a **"minha antiga Fanchette"**. Está muito velha? Não o mostra a imaginação acalorada. Pobrezinha! Eu sou ainda muito sensivel ao amor que me conserva..."

E logo, em outro trecho, muito penalizado:

"Si Fanchette está na miseria, realmente, queira, meu amigo, dar-lhe cem francos e desculpar-me com as minhas acanhadas circumstancias. Verei com o tempo si poderei fazer mais. Dê-lhe mil saudades e **deite agua fria na fervura, para que não faça alguma doidice que me inquiete.** Seu, muito amigo, Andrada".

Bem se vê, por esses transbordamentos, a afeição que ligava o **ermitão de Talance** à sua Fanchette.

Há nele sincero desespero em não poder ajudá-la na desdita. Este desespero punge-o. E o Andrada exclama na carta seguinte:

"Passemos á tua carta de 18. A sorte da boa Fanchette que tanto interessou á sua sensibilidade tambem me tem melancolizado muytissimo. Pobre mulher! Porque o meu destino cruel não me ha de permitir mostrar-lhe toda a minha amizade? Socegue, meu amigo, a sua imaginação exaltada e diga-lhe que não creia vir a correspondencia della alterar a bôa harmonia domestica. Não sei qual será o meu futuro! Si poderei voltar ao Brasil ou ir para a outra parte da America; em todo caso, farei todos os esforços para a apertar ainda uma vez nos meus braços..."

Quem era essa Fanchette?

Que há de amoroso neste caso? A correspondência não o diz. Nem mesmo elucidam se José Bonifácio foi a Paris "apertá-la ainda uma vez nos seus braços". Apenas, na carta de 27 de agosto, põe ele a Vasconcelos Drummond uma pergunta ansiada:

"E Fanchette? Recebeu os cem francos?"

A história pára aí. O nome da francesinha, naquelas páginas políticas, zune como uma abelha doirada. Zune e passa. E a gente fica imaginando apenas, com surpresa, que houve, na existência do homem carrancudo, uma afeição romanesca. Afeição tão doce, tão macia, que teve o milagroso condão de fazer vibrar, com os seus cabelos brancos, aquele coração de ministro duríssimo.

* * *

Elisa... Quem é? Uma pessoa vaga. Pessoa, no entanto, metida seriamente na vida íntima do Patriarca. Parece, contudo, que há nesta história coisas melindrosas. Uma aventura mais grave, de conseqüências mais comprometedoras. As referências ao caso são poucas.

Mas vêm com tanto mistério, são tão sibilinas, que embasbacam a gente. Assim, numa carta de 1837, lança José Bonifácio um "post-scriptum". Aí, dentro dum largo parêntesis, em letras grande, isto: "**Reservado**". Que será? Logo, com a imaginação esporeada, a gente corre a ver que diabo será esse "reservado". E dá com isto:

"Queira mandar esta a Madame Delaunay e procure ver com attenção a uma senhora que foi com ella visital-o cuja idade é de trinta e quatro annos e se chama Elisa. **Veja se tem as feições que se pareçam com as minhas, ou com as de minha familia.** Mas tudo isto deve ser feito com dissimulação e melindre". Offereça de minha parte a Madame Delaunay cem francos, que tudo será embolsado quando cá chegar".

Eis um reservado beliscante. José Bonifácio manda dar dinheiro a uma senhora e ao mesmo tempo manda analisar, com disfarce e melindre, as feições de uma tal Elisa moça que vive com essa senhora a fim de verificar se esta moça tem "as feições dele, José Bonifácio, ou as de sua família"... Que mistério é esse? Que significa isto? Será que o Patriarca tinha uma filha bastarda? Impossível dizer.

O próprio Vasconcelos Drummond não conseguiu, por carta, uma elucidação do mistério. O Patriarca só pôde responder-lhe:

"O negocio, meu amigo, é delicado; **e o romance muitissimo complicado".**

No entanto, a fim de bem estudar as feições de Elisa, insistia com o amigo:

"Traga-me o retrato de Elisa. Quero vel-o! É um retrato que madame Delaunay prometteu enviar-me".

Eis que, nesse ínterim, chegam a Talance certas cartas, de que o Patriarca logo manda notícia a Vasconcelos Drummond:

"Recebi uma carta da Delaunay. Recebi, tambem, outra de Elisa. A de Elisa é muito bem escripta e

com muita ternura e sizo. Diga-lhes que espero, apenas, pela chegada de V. Mercê para responder-lhes melhor".

As mulheres, porém, não esperaram a resposta. Meteram-se no comboio e tocaram para Talance. Aboletaram-se nos arredores da terreola. Deixaram-se ficar longo tempo ao lado do Patriarca. E ele escrevia a Drummond:

"Diga-me aqui: como vae de amores? E a proposito: cá veio ter madame Delaunay e aqui está ha perto de um mez. Porém eu tenho guardado **silencio absoluto sobre o romance de Elisa"** ...

Eis tudo. Ninguém mais penetrou nas intimidades dessa aventura.

Vasconcelos Drummond não recebeu, por escrito, uma única linha esclarecedora. Talvez o amigo só viesse a saber dos detalhes dessa novela em Talance. E isto naquele dia em que o velho Andrada, muito bem humorado, mandou-lhe um convite para comerem juntos, em amorável **têtе-a-têtе**, o tutu de feijão dos nossos avós. O convite dizia graciosamente:

"Nhonhô Antonio:

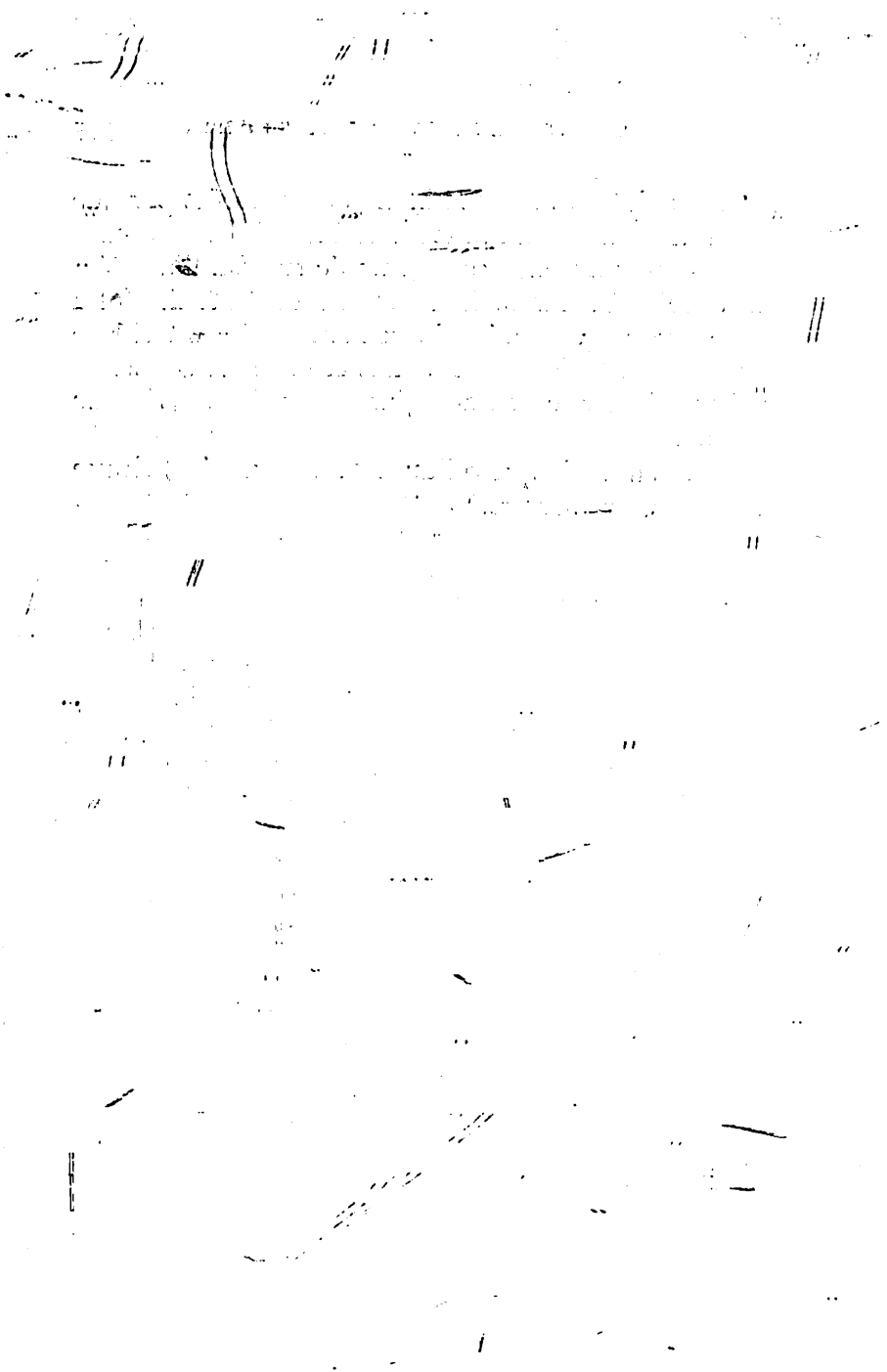
Eu fico hoje sosinho. Si mecê, meu sinhozinho de França, prefere comer pirão e feijão com toicinho, aos quitutes do grandissimo senhor dom Luiz de las Panreas, cá o espero; sinão Deus ajude a Mecê.

Seu moleque, ANDRADA".

Nesse jantar, tão brasileiro, comido no exílio, num cantinho ignorado da França, de certo José Bonifácio narrou ao amigo o **romance complicado** da Delaunay. O Conselheiro Drummond, diante de tutu

de feijão, de certo ter-se-ia inteirado das razões por que o Patriarca tanto ansiava saber se Elisa tinha parecença com ele ou parecença com gente de sua família. Mas Vasconcelos Drummond, se ouviu a confidência, foi a única pessoa que soube do romance. A posteridade não conseguiu desvendar o mistério. Ficou, apenas, conhecendo essa obscura página romântica da vida do Patriarca.

E quem diria que o Patriarca, na sua vida, tivesse tido páginas românticas?



A MAIORIDADE

Período fundamente característico da nossa história, período proceloso, efervescente de bravias lutas parlamentares, foi o daqueles dias ásperos em que se discutiu e se decretou, como medida de salvação publica, a maioridade de D. Pedro II. É curioso e útil relembrá-lo.

A regência não conseguira sopitar de vez o desabalado espírito revolucionário que então sacudia o país. Havia, por toda a parte, forte anseio de fragmentação. O Brasil tentava, por mil formas, quebrar-se em pedaços autônomos, esboroar-se.

Feijó, apesar da sua voluntariedade rija, não arrancara da alma das massas aquele insidioso estopim de rebelião, que a toda hora se mostrava pronto para explodir. Prova-o, com eloqüência, a subida do regente Araújo Lima. Mal assumira o poder, quando ainda os adversários do padre de ferro festejavam a reviravolta política, as províncias, sem razões sérias, já se punham a rebelar-se com armas na mão. Estouraram motins no Rio Grande. Nas Alagoas. Em Goiás. Na Paraíba.

Mais do que simples motins, revoluções de caráter temeroso, revoluções com chacina e fúria, explodem na Bahia e no Maranhão.

Que significava aquilo? Por que tão rubro descontentamento?

É que os regentes tinham um feitio acentuadamente partidário. Eram eles o fruto de correntes políticas triunfantes.

Os vencidos, os que iam para o ostracismo, esses não suportavam de cara alegre a vitória dos que subiam. Daí aquele ininterrupto arrebentar de revoltas. Viu-se claro, no meio da tormenta, que só havia um remédio de apaziguar a fervedura: era pôr nas mãos onipotentes de um só homem, e de homem que estivesse acima dos partidos, um poder centralizador absoluto.

Foi então que surgiu a idéia de se criar uma **ditadura legal.**

DITADURA LEGAL

Naqueles tempos, diante daquela rajada de fatos subversivos, já se pensou (o que hoje muita gente pensa e apregoa!) que a salvação do Brasil estava num ditador forte. Estava numa individualidade masculinizada, absorvente, que piloteasse o país, com mãos de ferro, à Mussolini. Nem se diga que isso ficou em meras palavras. Não! No parlamento, em mais de uma sessão, discutiu-se gravemente a possibilidade do **ditador legal.**

Martim Francisco, o velho e ardoroso Martim, que tornara a entrar na política, é quem combate com mais violência a ditadura:

"É uma idéa disparatada! Tanto mais disparatada quanto se sabe que são os amigos do throno os que a inculcam e defendem!"

Mas o deputado Barreto Pedroso discorda. Vem à tribuna. E defende, desassombrado, a necessidade de um ditador. Vale a pena, neste passo, ler os anais:

— O sr. Barreto Pedroso: "Para provar que existia o pensamento de se querer uma dictadura, foi trazido aqui um artigo, no qual se dizia que as circumstancias do paiz reclamavam medidas fortes, excepcionaes. O autor do artigo, diante disso, não tinha duvida em acceitar a dictadura legal". Que quer isso dizer? Que o autor do artigo reconhecia bem que os nossos males publicos não se podiam curar com as leis que temos, com essas nossas leis fracas e brandas. O epiteto — **legal** — unido á palavra **dictadura**, exclue tudo o que possa haver de odioso nessa materia. Ora, senhor presidente, eu confesso, sem medo, que é isso exactamente o que eu quero... **(Grande sussurro na sala. Cruzam vozes).** Direi aos senhores deputados: eu quero a dictadura legal! Quero a dictadura legal para evitar a dictadura despotica, a dictadura militar! **(Continua o sussurro; muitos apartes. Varios deputados pedem a palavra...)"**

Deduz-se claramente que a opinião, para chegar a esse extremo exagero de pedir um ditador, é porque não via na Regência, com o seu partidarismo e personalismo, o aparelhamento capaz de manietar as erupções que se desencadeavam sanhudas pelas Províncias. Urgia solucionar a situação. Pensou-se em dar à princesa Januária, que completara os dezoito anos, as atribuições de dirigir o Império até que o príncipe herdeiro alcançasse a idade legal. Mas era uma solução fragílima. Não agradara a ninguém. Como poderia uma

menina, sem o menor trato dos negócios públicos, deslindar uma situação que reclamava pulsos de gigante?

— "Nesse caso, exclamavam, em logar da princeza, façamos logo o principe sentar-se no throno! É rapaz ainda, não ha duvida. Tem quasi quinze annos: mas quinze annos solidos e desempenados! É um rapaz varonil! Decretemos, portanto, a maioridade delle; façamol-o imperador desde já!"

O CLUBE DA MAIORIDADE

A idéia alastrou-se. Toda a gente acreditou que, com a maioridade de D. Pedro, o país entraria num período menos arrepiado, sem aquele crivo de motins e rebeliões.

Sem mais delongas, segundo nos conta a interessantíssima memória de Araripe Júnior, "Noticia sobre a maioridade", fundou-se no Rio um clube secreto para impulsionar e realizar o plano. Pertenceram a esse clube os nomes mais fulgurantes do parlamento de então. Basta citar os de Antônio Carlos, Martim Francisco, Montezuma, Clemente Pereira, Hollanda Cavalcanti, José Mariano, Alencar, Limpo de Abreu. Esses homens foram os que, na sombra, tramaram a grande medida política. Era um caso melindroso e dos mais perigosos: ia a maioridade deitar por terra o Regente, isto é, o homem culminante, o todo-poderoso da hora.

Mas os conjurados não se atemorizavam. Alicia-ram quase todos os seus colegas de representação. Trabalharam à socapa, com ardor.

Um dia, enfim, numa sessão memorável da Câmara, o deputado Montezuma lançou e defendeu o ruidoso, o célebre projeto:

— "O Congresso Nacional decreta:

Art. unico: S. M. o Imperador D. Pedro II é reconhecido maior, desde já".

Aquilo foi como fogo em palha. O decreto atiçou labaredas. As sessões tornaram-se agitadíssimas.

Rolou, durante dias, aos escachôos, toda aquela oratória flamante dos parlamentares do tempo. Houve um deputado que fez loucuras a favor da maioridade. Foi o deputado Navarro. Discutiu. Gritou. Disse desaforos. Tornou-se durante um minuto, o nome apoteosado da arraia-miúda carioca.

O DEPUTADO NAVARRO

Navarro era uma rajada. A violência destemerosa, e pouco urbana, dos seus discursos, arrancava aplausos delirantes às galerias.

A paixão que ele pôs em defender a maioridade foi realmente sem peias. É profundamente pitoresca a página dos seus rebuliços. Eis os anais:

— "Sr. Navarro: Commissão? Qual commissão, senhor presidente! Vamos proclamar a maioridade já! Acabemos com isso... **(pedem vozes que o presidente o chame á ordem; o snr. Navarro com desplante).** Não ha força para isso! Continuo... Todos estamos dominados pelo enthusiasmo que se tem apoderado de nós na questão da maioridade do Snr. D. Pedro II. E isso

porque, como todos sabem, é com mãnobras e artificios que uma camarilha perfida quer subjugar-nos. Quem não vê que este resto corrompido e infame de ministerio... **(grandes protestos, vozes, o presidente declara que o orador está fora da ordem).** Estou na ordem; estou falando sobre a urgencia, mas ás vezes escapam expressões fortes. Continuo...

Porventura, senhores, ainda temos governo? Não temos governo. Nem é mais possivel um arranjo ministerial com o actual regente. Os amigos o atrahiçoam. **(E virando-se para Carneiro Leão).** Ouvistes? Vós o atrahiçoaes! Vós já o atrahiçoastes para cumulo da vossa infamia! **(Vozes, protestos, o presidente soa o timpano).** Sim, **(continua Navarro, aos berros)** agora? o que nos resta, senhores? Uma coisa só: a maioridade. Sim, a maioridade do Snr. D. Pedro II **(barulho e vivas na galeria, o presidente pede ordem)**, o sr. Navarro:

Fora a camarilha! Viva a maioridade de D. Pedro II! **(Os espectadores dão vivas, agitam lenços. Navarro avança para Carneiro Leão, os deputados agarram-n'o. Continuam vivas. No meio do tumulto ecoa, muytas vezes, a voz do presidente — ordem! Silencio!").**

Essa página, como se vê, pinta a tempestade que a maioridade desencadeou no Congresso. Durante dois dias a discussão estrondejou, fragorosa. O regente Araújo Lima viu que a ondada era grossa demais. Teve apenas uma saída: lavrou um decreto mandando adiar as sessões do Congresso para daí a seis meses.

O DECRETO

Estavam os congressistas na Câmara quando entrou o oficial do paço com o decreto do adiamento. O secretário leu-o. Os deputados viram bem que aquilo era um golpe de força. Araújo Lima não tinha maioria para evitar a sua queda. Usara então, no caso, de uma violência rasteira. Mas os deputados não se conformaram com ela. E rompem gritos de todas as bocas:

— Governo conspirador! Regência inepta! Taição! Violência!

Álvares Machado, representante paulista, brada da tribuna:

— Protesto contra esse ato praticado por um governo ilegal, intruso, usurpador, ao qual é lícito a todo o brasileiro resistir: vamos para o campo!

As galerias fremem. A indignação sacoleja a todos. Antônio Carlos declara:

— Não reconheço, como legal, este ato do governo. O regente é um usurpador desde o dia 11 de março. É um traidor! É um infame o atual ministério! Quero que estas palavras fiquem gravadas como protesto.

O delírio chega ao auge com as palavras candentes do Andrada. O tumulto engrossa. Nisto, em meio ao alarido, toma-se a deliberação de ir ao senado. Lá, junto com os senadores, os deputados deliberariam.

Antônio Carlos ergue-se. E com tonitruância:

— Quem for patriota e brasileiro, siga comigo para o Senado! Abandonemos esta câmara prostituída!

O povo inteiro, incendiado pela patriotada, tocou a caminho do Senado.

D. PEDRO II

O Senado também se revoltou com o decreto da regência. Novos tumultos e alaridos. Para solucionar a questão, alvitrou-se, enfim, que se mandasse a D. Pedro uma deputação de cinco senadores e três deputados. Antônio Carlos redigiu uma mensagem ao futuro soberano.

A comissão partiu rumo de S. Cristóvão. O herdeiro do trono atendeu-a prontamente. Ouviu a deputação com forte interesse.

Nisto, enquanto os emissários falam, o mordomo-mor, interrompendo-os, vem avisar a D. Pedro que Araújo Lima está no salão contíguo. O regente quer dizer com urgência uma palavra a S. Alteza.

D. Pedro pede licença. Vai ter com o regente. É que Araújo Lima, ao saber da deputação, precipitara-se também à cata do Imperador. E ali, com muita política e jeito:

— Alteza! Mandei adiar as sessões do Congresso, é verdade. Mas não para impedir a maioridade de V. Alteza; nunca! Mandei adiar as sessões somente com este fim: o de preparar, com solenidade, as festas para reconhecimento da maioridade de V. Majestade, a 2 de

dezembro. Quer V. Majestade, por acaso, entrar no exercício das suas funções antes disso?

Dizia a tradição da época que o Príncipe respondera ao regente, com firmeza:

— Quero já!

Negou D. Pedro, mais tarde, que houvesse retorquido a Araújo Lima com essa cortante rudeza. Mas isso importa pouco. O fato é que D. Pedro e o regente concordaram ali, sem mais protelação, na medida proposta pelo congresso: a maioridade imediata!

O Príncipe voltou para o salão. Declarou, aos deputados e senadores, a deliberação que havia já tomado com o regente. Foi um júbilo só: o congresso vencera a cartada!

23 DE JULHO DE 1840

A sessão do parlamento foi brilhantíssima. Todos os senadores presentes. Todos os deputados. As galerias atulhadas de povo. E o presidente, de pé, diante da assembléia também de pé:

— Eu, como órgão da representação nacional, em assembléia geral, declaro desde já maior a S. M. I. o Sr. D. Pedro II, e no pleno exercício dos seus direitos constitucionais.

E ao mesmo tempo, com ênfase:

— Viva o sr. D. Pedro II!

Foi, pela assembléia um viva fragoroso.

IMPERADOR!

Nesse mesmo dia, às três horas da tarde, estrondam à porta do Senado clarins e rufos. Ouve-se o estacar seco de um coche. João Taylor agarra a portinhola. Abre-a. Salta de dentro um moço claro, muito galhardo.

O povo uiva. Há vivas atordoantes. Clarins e tambores não cessam. Um popular, destacando-se, faz, no meio do rebuliço, uma saudação fogosa. O moço entra. Palmas. Músicas. Flores tombando em chuva das galerias.

A comissão condu-lo à mesa da presidência.. Aí, com a mão sobre os evangelhos, D. Pedro, a voz límpida e fresca, presta, diante da assembléia, o juramento protocolar:

— Eu, Pedro II, imperador constitucional do Brasil...

Assim, na sessão memorável, subia ao trono brasileiro aquele adolescente de menos de quinze anos. Era ele, o rapaz desempenado, quem iria, com fulgores únicos, nortear o país por cinqüenta anos a fio.

UMA AUDIÊNCIA DE D. PEDRO I

Não há, em história, gênero mais fascinante do que o gênero "memórias". Esses depoimentos pessoais, lançados por um observador pachorrento, ou fixados com febre, ao calor das paixões, por um protagonista de vida em foco, têm, quando o tempo os esfuma com a sua patina esmaecedora, um sabor mágico, sugestionador, um fortíssimo poder de evocação.

As memórias são uma ressurreição. É delicioso o que há nelas de flagrante, de nota colorida, de documento humano, de fixação de individualidades e de fatos.

Pena que os homens públicos, no Brasil, não tenham a preocupação de escrevê-las. Não há, para a pintura viva dos acontecimentos, como a palavra morta de quem os viu e viveu. As poucas memórias que existem por aí demonstram-no à saciedade.

Como haveríamos de fixar a nobre grandeza dos Andradas se não fossem as memórias de Vasconcelos Drummond?

Como deslindar a meada de muitíssimos fatos do primeiro reinado se não fossem as memórias do Visconde de S. Leopoldo?

Como pintar a corte, as suas pompas, as suas etiquetas, se não fossem as memórias do padre Luiz Gonçalves dos Santos?

É que os homens e as coisas filtrados por elas tomam o seu aspecto real. As divindades humanizam-

se. Os heróis ficam de carne e osso. A verdade exurge nua. Imaginai que manancial soberbo não seria para a história da República as memórias de Floriano! Umas páginas de Deodoro! Recordações de Glicério.

É triste, é desconsolador, ver os três presidentes paulistas, que foram, talvez, os maiores presidentes da República — Prudente, Campos Salles, Rodrigues Alves — não terem deixado uma única linha das suas vidas!

Não tenta aos nossos pró-homens essa boa norma. Só há, que eu saiba, uma única exceção. É o Dr. Altino Arantes. Tracejou o cultíssimo presidente de S. Paulo, dia por dia, o seu quatriênio. Aí fixou ele os homens. Os fatos. As combinações políticas. Os discursos. As festas. Uma presidência inteira! A posteridade, lendo o curioso diário, há de evocar nitidamente uma época e descarnar bem descarnadamente os homens que a viveram. Ainda bem!

* * *

Ora, nesta faina, em que agora vive toda a gente, de ressurgir coisas velhas, fui descobrir, por acaso, de umas memórias interessantes. E descobri-as no nosso velho Mello Moraes.

Há de haver muita gente que se espante de ouvir dizer: "descobri em Mello Moraes". Um autor de ontem! Pois é a pura verdade: descobri em Mello Moraes!

É que não conheço cronista mais desordenado que o chistoso evocador das intimidades de São Cristóvão. A sua obra é imensa. Uma enfiada de grossíssimos

livros. Mas cada livro — meu Deus! — um verdadeiro cipoal. Vai neles barafunda tremenda!

É o processo de Tiradentes misturado com os amores de D. Pedro. É a descoberta do Brasil com a corte de Dona Amélia. É a invasão holandesa com as açafatas de Dona Leopoldina. E tudo isso a monte, desconexo, sem liame. Aqui principia o depoimento de um conjurado. Continua na página cem. Termina na página oitocentos e quarenta e cinco. Um horror! Desanima a gente.

Pois foi aí, nesse labirinto, que dei de chofre com umas memórias inteiramente esquecidas dos homens. Memórias muito palpitantes. Nelas vêm fotografados certos aspectos imprevistos da corte de 1824. Lá estão os ministros. Lá está, flagrantíssima, bem ao vivo, uma audiência de D. Pedro I. Lá está o gênio explosivo do nosso monarca. Tudo com singeleza, sem paixão. Um verdadeiro depoimento. Depoimento que conta as coisas como as coisas são.

* * *

São as memórias de Basílio Quaresma Torreão. Foi este um dos deputados que Manoel Paes de Carvalho mandou à corte parlamentar com o imperador.

Paes de Carvalho — toda a gente sabe — encabeçou a revolução republicana de Pernambuco em 1824. O caudilho apossou-se da presidência da sua província. Era o presidente de fato. O imperador, no entanto, havia nomeado para presidi-la Francisco da Rocha Paes Barreto, chamado o "Morgado do Cabo". Este era o

presidente de direito. Paes de Carvalho, diante da dualidade de poderes, enviou uma embaixada a D. Pedro I. Missão grave e melindrosíssima.

O monarca andava furioso com a rebeldia dos pernambucanos. No auge das cóleras, exatamente, é que surgem na corte os emissários. Um deles, o primeiro deputado, deixou sobre este episódio as tais memórias. Vou transcrevê-las para aqui. Depois de tantos anos de sepultamento, que saíam, enfim, à luz que se espanejem ao sol, que se desembolorem: e que sirvam de gozo aos carunchos de arquivo e maníacos por velharias.

* * *

"A historia da rebellião que teve logar na provincia de Pernambuco, em 1824, está já contada e escripta por varias pessoas coevas. Faltam, porém, alguns episodios curiosos que seriam bom transmittil-os á posteridade. Eis um facto que nós, testemunhas, vamos relatar.

. . . . . .

Foram designados, como membros da deputação, as seguintes pessoas: Basilio Quaresma Torreão, capitão de artilharia; o padre Periquito, vigario de Pasmado; Bastos Junior, official da Fazenda.

Munidos dos competentes titulos, partiram a bordo de um brigue americano "ad hoc" fretado. Levando a bandeira parlamentar, afim de passar o bloqueio que apertava Recife, conseguiu a deputação seguir o seu

destino, chegando á corte depois de dezesseis dias de viagem penivel.

Não se achava o imperador D. Pedro I, no Rio, pois havia partido para Minas para suffocar a sedição que lá rebentara. Então apresentou-se o primeiro deputado ao ministro do Imperio, Marquez de Queluz, que o recebeu com attenção, perguntando-lhe o objecto da sua missão. Respondeu o deputado que, tendo sido mandado directamente ao imperador, seria deslealdade, sinão desrespeito, communicar o proposito a outrem que não o monarcha.

Durante a ausencia do imperador, vivemos como interdictos. Varias pessoas amigas me escreveram. E todas assim:

"Não venhais cá, nem eu vou lá, pois estais excommungado. Cuidado! O homem tem cem olhos..."

Todos me fugiam excepto o bispo, dom José Caetano, a quem visitei no dia do desembarque, o qual se pagou com a minha visita. Mandei-lhe, dois dias depois, uns caixões de doce de goiaba de Pernambuco. Depois veiu me visitar da parte de s. exa., um minorista.

Cinco dias depois, voltou de sua viagem o monarcha. No dia seguinte, convocou o conselho cuja sessão durou dois dias. O objecto della foi Pernambuco, cuja deputação se olhava como insulto á magestade.

O conselho tinha que decidir se se deveria enxotar a deputação ou recebel-a e, neste caso, onde e como: se no Paço da Boa Vista, ou no da cidade; se os tres

deputados juntos, ou cada um de per si; se em audiencia publica ou particular.

O visconde Maricá e o de Cayrú eram de parecer que nos mandassem metter todos na Lage, afim de ensinar a vindouros que rebeldes não mandam deputação ao Imperante.

Outros eram de opinião que se não fizesse caso da deputação, ficando os deputados sem poder sahir da cidade, nem mesmo ser recebidos pelos ministros.

Os Marquezes de Queluz e de Carvalho foram de opinião que nos ouvissem. "São, dizia o Snr. Queluz, uns pobres homens, meros portadores de recado; ouça-os S. Magestade da maneira que quizer e dê-lhes uma resposta adequada á pergunta".

Nisto ficaram. Mas toda esta ogeriza vinha cahir sobre a cabeça do primeiro deputado, cuja conducta fôra denegrida no animo do governo por desaffectos de Pernambuco.

Quiz a fortuna que fossemos morar na rua do Ourives, defronte á igreja de S. Pedro, tendo por vizinho um italiano, homem de merito, muy conspicuo na politica de então. Um dia, chegando ambos á janela, depois de uma simples inclinação de cabeça, disse-me elle:

— Se me der duas palavras na janella do quintal, talvez, não se arrependa.

Não o deixei repetir duas vezes. Em tres segundos estava no quintal cara a cara com o meu vizinho. Este principiou logo:

Meu caro senhor, não vá á casa de nenhum amigo afim de não o comprometter. O senhor está rodeado

de espiões. Não tem notado um sujeito á paisana, com chapéo militar, que sempre o acompanha? É um capitão de fuzileiros. É o homem incumbido pela policia de espial-o.

Com effeito, eu tinha encontrado em varias partes o tal sujeito. Mas nunca imaginei que fosse o meu espião.

Emfim, um dia, quando menos esperava, veiu um official dizer-me da parte do ministro do Império que S. M. Imperial nos ouviria no dia seguinte, antes ou depois da audiencia.

Eram tres para quatro horas. Chamaram-me para jantar. Fui mas ao passar no corredor, vi uma figura de mendigo que me entregou um papel que dizia:

— Se quizer estar com seus amigos, ache-se á noitinha no principio da Rua Nova do Conde.

A principio, cuidei que era uma cilada; mas, melhor reflectindo, perguntei:

— Quem lhe deu este papel?

Respondeu-me:

— Não conheço; deram-me umas moedas para entregar a V. M. este bilhete.

Disse eu, então:

— Pois diga que serei exacto.

Depois do jantar, sahi. Eis que dou de face com o meu espião. Seguiu-me a pista. Parava quando eu parava. Quiz a fortuna que passasse alli uma sége. Segui e disse ao cocheiro que andasse. Vi, por um vidro do fundo, o meu homem assomar na esquina. Olhou para cima; depois para baixo. Falou a um

preto cuja resposta o não satisfez. Emfim, perdi-o de vista.

Tomamos por Matta-porcos e me achei no logar do **rendez-vous**. Não se tinham passado cinco minutos, senti uma mão pousar no meu hombro:

— V. Mecê é um membro da commissão de Pernambuco?

E com a minha affirmativa, accrescentou:

— Siga-me.

Tomamos por uma travessa. Paramos na porta de um sobrado de pouca apparencia. Entramos pelo interior e achei-me numa sala onde se achavam umas vinte pessoas. Entre ellas, o senhor Estevam de Magalhães e Evaristo da Veiga. Foi o general Nobrega quem me falou:

— Veja o que vae dizer amanhan ao imperador! O plano é, no caso de V. Mecê dizer qualquer phrase que fira ao de leve a susceptibilidade do monarcha, fazerem-lhe uma dessas desfeitas que não têm represalia e conduzirem-n'o á fortaleza do Lage. Pese bem o que vae dizer!

Respondi que eu já havia pensado no que ia dizer; que a nossa missão se limitava somente em fazer um parallelo entre os dois presidentes.

Com isto, todos ficaram satisfeitos.

Depois de um chá de **meia cortina**, separamo-nos O meu guia levou-me até a rua do Sabão. Nunca soube o genero de desfeita que me aguardava. Me parece que os executores della eram Francisco Martins e um filho do general Paulino, que, a essa epoca, adulavam

o imperador, que delle se serviam para as patuscadas nocturnas.

Emfim, chegou o dia solenne. Como não achassemos um carro de dois assentos, tomamos uma sege de bolea e partimos. Entramos no Paço debaixo de applausos e de reprovações.

Aqui, viamos um signal de encorajamento; alli, um — diabo os leve! Mais longe, um attencioso que nos facilitava a passagem; logo um outro que dizia com medo: presidir á Provincia de Pernambuco...

Fomos introduzidos na Sala do Docel. Nesta sala, só era permittido entrar os militares acima de major. Estivemos á espera supportando as risadinhas sarcasticas do Francisco Martins, do Chalaça, e mais sucia. O imperador dava audiencia em pé, sobre o primeiro degrau do throno. Reparei que estava vestido de sobrecasaca verde e com uma só condecoração.

Finda a audiencia, entrou para os seus aposentos, tomou a farda de que usava, com a gran cruz e mais condecorações. E em seis minutos mais ou menos nos tornou a apparecer: Mandou-nos chamar. Entramos com as formalidades do estylo. Eu, sem mais preambulos, fui lendo o papel em que estavamos todos assignados. O imperador, tomando o papel, disse muito secco.

— Tenho resolvido que seja presidente, não o Morgado, e nunca o Carvalho. Obrei como bom pae. Cortei a questão, nomeando um terceiro, José Carlos Mayrinck, para presidir á Provincia de Pernambuco.

Até aqui tudo lisongeiro. E, se pudessemos nos retirar naquelle momento, sahiriamos airosos, com

grande desapontamento do Martins, que nos espiava. Mas o Imperador continuou:

— Sinto que os pernambucanos me tenham sido trahidores.

Ao que repliquei:

— Senhor, os pernambucanos...

O imperador atalhou-me rispido:

— Não preciso que me diga nada! Eu sei mais que V. Mecê a historia da sua provincia.

Abalancei-me a replicar (isto é que foi o meu erro):

— Mas, Senhor, permitta V. M. que eu defenda os meus...

Mal tinha eu esboçado a phrase, quando o homem, com os olhos chammejantes, pondo na bocca o dedo indicador:

— Psiu! Psiu! Nem mais uma palavra! ouviu?

E apontou-nos a porta da sahida.

Fizemos então a ultima reverencia e sahimos acompanhados do Martins e caterva".

* * *

As memórias continuam. Contam as aventuras da volta, vários episódios com Cochrane e Taylor, a entrada no Recife. Tudo interessante, tudo pictural. Mas são longas demais para esta crônica. Se alguém quiser corrê-las na íntegra, vá ao nosso emaranhadíssimo Mello Moraes, folheie com paciência o **Brasil-Histórico** e lá topará a coisa tim-tim por tim-tim.

JERÔNIMO BONAPARTE

É na cidadezinha de S. Salvador. Aos dois de abril de 1806. No palácio, dentro da câmara dos despachos, o senhor Conde da Ponte — João de Saldanha da Gama e Mello Torres — governador e capitão general, limpa na baeta vermelha a pena de pato e borrifa de areia as suas grossas laudas de pergaminho. Depois, tomando dum pau-de-lacre, lacra as letras que traçara ao Conde de Anadia, ministro do Reino.

Nisto, pela câmara, entra com brusqueza o oficial de serviço:

— Acaba de chegar o vigia da costa. Diz que há naus à vista.

— Faça entrar o vigia!

O vigia entra. Tem o ar inquieto. E o governador:

— Que há?

— Naus à vista, Excelência. Seis barcos, desde a madrugada, vêm entrando a barra.

— Barcos do Reino?

— Não, Excelência. Parece, ao que pude ver, que vêm no mastro as cores da França.

— Diabo, exclamou o governador surpreso; diabo! Naus francesas por aqui? Naus de Napoleão Bonaparte? Que coisas pretenderá o corso do Brasil?

E virando-se para o oficial:

— Qual o bergantim que está no porto?

— O **Condessa de Rezende**, Excelência!

— Pois mande aprestar o **Condessa de Rezende.** Que vá sondar a esquadra e reconhecer a força. Que vá já!

Não tinha o oficial desaparecido e já o Conde da Ponte recebia a comunicação de que abicara à praia um escaler.

Vinha nele um oficial. O homem saltou em terra e correu ao palácio do Governador. O Conde da Ponte recebeu-o. E soube então que estava ali uma esquadra de Napoleão.

A esquadra saíra à caça duns navios ingleses que haviam tomado Santa Helena e o cabo da Boa-Esperança. Não conseguiu combatê-los. Aconteceu, no entanto, que se alastrara pelas naus uma epidemia de escorbuto. Estavam os franceses há longos dias pelo mar. Precisavam de refrescar e de curar os doentes. Eis porque, na necessidade que os urgia, aportaram eles em terras do Brasil. A esquadra era comandada pelo contra-almirante Willamés, que vinha na corveta **Foudroyant.** O oficial assim rematou o relato:

— E vem na esquadra, senhor Conde, a Sua Alteza Imperial o Príncipe Jerônimo Bonaparte, irmão do Imperador Napoleão.

— O Príncipe Jerônimo Bonaparte?

— O Príncipe em pessoa, Excelência. Vem a bordo do **Veteran.** É ele que envia a vossa Excelência este ofício.

O oficial passou às mãos do governador a mensagem de Jerônimo Bonaparte.

O conde da Ponte tomou ansiadamente daquele vasto pergaminho, onde ressaltavam, num relevo forte, as águias napoleônicas. E leu:

"Au bord du Veteran, dans la baie de S. Salvador, aux 2 Avril 1806.

"Mr. le gouverneur. J'ai l'honneur de vous prévenir que je viens de mouiller dans cette baie avec la seconde division de Sa Majesté Impériale et Royale, aux ordres du contre-amiral Willamés; la premiére ne tardera pas de venir au mouillage.

"Partie de France depuis plusiers mois, toute l'escadre éprouve des besoins en eau, bois et provisions fraiches. J'espére trouver dans un gouvernement ami de l'Empire français toutes les facilités pour procurer ces objets aux vaisseaux. Une longue navigation a occasioné le scorbut pour les equipages. V. Exe. n'obligerait infinement si elle voulait m'indiquer un lieu oú je puisse debarquer les marins atteints de cette maladie. Je prie V. Exe. d'agréer l'assurance de ma haute reconnaissance. **Jerôme Bonaparte.**

"A S. Exa. Mr. le gouverneur á S. Salvador".

Assim, com espanto do governador, aportava em S. Salvador aquele curioso, aventurosíssimo Jerônimo Bonaparte, um dos mais romanescos príncipes que já tem tido a História.

O conde da Ponte pôs-se logo em polvorosa para recebê-lo dignamente.

Enquanto o irmão de Napoleão desembarca no Brasil, indo alojar-se em casa do Brigadeiro Inácio Accioli de Vasconcellos Brandão, rememoremos a vida

lírica dos nossos hóspedes. Falemos um pouco dos Bonapartes.

* * *

Napoleão Bonaparte teve quatro irmãos: José, Luciano, Luiz, Jerônimo. A existência destes homens, guindados imprevistamente a alturas vertiginosas, daria, cada qual, novela pitoresca e saborosa. Todos eles receberam, da grandeza de Napoleão, fortíssimo jato de luz. Todos eles, no entanto, foram uns ingratarrões para com o irmão munificente. Eis porque dizia Stendhal:

"Il eut été beaucoup plus heureux pour Napoléon de n'avoir point de famille". Conceito êsse que o general Rapp assim esclarecia:

"Tous, exepté sa mére, onte abreuvé cessé de leur prodiguer les biens et les honneurs".

José, por exemplo, nunca suportou os sucessos fantásticos do irmão. Mais velho do que Bonaparte, julgando-se gênio, pensou sempre que era ele, e não o mano, quem deveria ascender às posições de glória. Daí, como se compreende, uma rivalidade de morte. Fez-se logo amigo íntimo de Madame de Stael, a tremenda inimiga de Napoleão. E quando Bonaparte, nas fulgurâncias do poder, foi coroado Imperador, José, recusando o título de príncipe, pôs-se, às escâncaras, a ridicularizar desabridamente o novo soberano. Nem sequer admitia que os da sua família dessem a Napoleão o título de **Majestade!**

E Napoleão, indignado:

"Mais que veut donc Joseph? Que prétend il? Il se met en opposition avec moi; il réunit tous mes ennemis. Qui est-ce donc qui lui monte la tête? Il ne veut pas être prince. Ses filles ne savent par qu'on m'appelle **Empereur**; elles m'appellent encor **Consul**"...

Pois apesar disso, indulgentíssimo, Bonaparte galardoa José com o Reino de Nápoles. Foi um desastre. O novo Rei mostrou-se absolutamente incapaz. Napoleão encolerizou-se. José encolerizou-se. Brigaram ambos seriamente. Mas Napoleão tinha para com os irmãos fraquezas imperdoáveis. Logo que pôde, retira José da pequenina Nápoles e coloca-o no trono da Espanha!

Em Espanha, ao invés de seguir a política do irmão, José rebela-se. Afasta de si todos os franceses. Rodeia-se de espanhóis. Traça um programa de governo inteiramente espanhol, e, portanto, inteiramente contrário a Bonaparte.

"Si l'on veut — dizia José à mulher — si l'on veut que je gouverne l'Espagne pour le bien de la France, on ne doit pas esperer cela de moi".

Napoleão enfurecia-se exatamente com isso e dizia:

"C'est un reproche que je lui fais de s'être fait Espagnol! Les français ne peuvent plus s'approcher de lui. Il n'a que des ministres espagnols. Et il faut, cependant, que le Roi soit français, que l'Espagne soit française. C'est pour la France que J'ai conquis l'"Espagne".

A gente imagina logo, por essas intimidades, as mágoas que teve o Imperador com o seu irmão mais velho. A empáfia de José foi-lhe um espinho no co-

ração. Infelizmente, no capítulo desgostos, não figura só José. Figuram todos os outros. Vejamos Luciano.

* * *

Luciano meteu-se desde cedo na política. Quando Napoleão partiu para o Egito, veio Luciano a Paris como deputado eleito pela Córsega. Uma boa estrela sorriu-lhe logo, magnificamente. Bonaparte, ao voltar, assumiu o consulado. O primeiro ato de Napoleão, como cônsul, foi chamar Luciano para ministro do Exterior.

Mas o rapaz desmoralizou-se num pronto: meteu-se em escandalosíssimas negociatas. Napoleão, urgido pelo general Moreau, obrigou o mano ministro a pedir demissão.

Isto seria nada para quem tinha a fortuna de ver o irmão elevado a imperador. Contudo, apesar das vitórias de Bonaparte, Luciano continuou na desgraça. Eis a razão:

Em 1794, com vinte anos, Luciano casara-se com uma burguesinha, Catarina Boyer, irmã do dono da casa de pensão em que morava. O casamento, nessa época, fora de igual para igual. Napoleão aprovou-o. Teve sempre a cunhada em grande estima.

Mas Luciano enviuvou. Como viúvo, num baile, encontrou-se Luciano por acaso com mademoiselle Jouberthon. Era uma criatura lindíssima. Luciano apaixonou-se perdidamente por ela. Napoleão, no entanto, opôs-se com energia ao casamento. E isto por uma séria razão de Estado. Era esta: não tendo José filhos

homens, o herdeiro da coroa seria um filho de Luciano, caso fosse varão. Nada mais natural que o Imperador vigiasse a escolha do irmão. Eis porque Bonaparte se opunha a que Luciano se casasse à toa. Luciano, diante das exigências da sucessão, não podia, realmente, casar-se com qualquer uma.

Bonaparte chegou ao extremo de "dar ordens ao maire da décima circumscrição de Paris para que não realizasse o casamento".

Luciano, na cegueira da paixão, não atendeu a coisa alguma. Bonaparte, numa noite de festa, em Malmaison, soube da notícia terrível. Foi tal a sua cólera, tão violenta, que mandou imediatamente expulsar o irmão do território francês.

Viveram ambos separados longo tempo. Napoleão, porém, quis mais tarde acomodar as coisas. Deu-se, em Mântua, uma entrevista entre o Imperador, todo-poderoso, e Luciano, o desterrado, romântico em plena desgraça. Essa entrevista ficou célebre. Foi um dos casos mais reboantes da época. O desfecho dela impressionou a todos: os dois irmãos separaram-se mais inimigos do que nunca.

* * *

Luiz não foi apenas irmão de Bonaparte: foi o seu filho amado. Veio esta afeição forte desde os escuros tempos de pobreza. Napoleão era um simples segundo-tenente. Ganhava noventa e dois francos e quinze cêntimos. Comia uma só vez. Limpava as suas roupas. Não freqüentava bares nem cafés. Foi assim,

nessa miséria, que Napoleão sustentou Luiz. Educou-o. Ele próprio, já Imperador, exclamava:

"Ce Louis que j'ai fait elever sur ma solde de lieutenant, Dieu sait aux prix de quelles privations! Savez-vous comment j'y parvenais? C'était en ne mettent jamais les pieds dans un café ou dans le monde; c'était en mangeant du pain sec, en brossant mes habits moi-même, afin qu'il durassent plus long-temps propres".

Era evidente que Napoleão, triunfando, arrastaria o irmão no seu carro de glórias. Luiz foi o seu ajudante de ordens nas campanhas da Itália e do Egito. Foi, ao depois, promovido a general. Casou-se com Hortênsia Beauharnais, filha de Josefina. Recebeu afinal, em 1806, o reino da Holanda.

Mas o novo soberano não esteve à altura da sua realeza. Fracassou. No meio dos seus desastres, imitando a José, Luiz chegou a ponto de hostilizar a Napoleão. Não queria saber da França e de francês. Bonaparte, furioso, indagava:

"Etes-vous l'allié de la France ou de l'Angleterre? Je l'ignore..."

Afinal, como supremo desgosto, Napoleão assistiu ao tremendo escândalo de Luiz: um dia, sem que ninguém o suspeitasse, o Rei da Holanda abandona o seu palácio, larga a coroa, foge inexplicavelmente dos seus Estados. Uma bomba! Ah, a fúria de Napoleão...

* * *

Jerônimo, como os irmãos, teve uma existência de romance. Este foi perdulário. Gastou sem contar,

como louco. Entrou na vida quando Bonaparte, exatamente, atingia o pináculo da glória.

Napoleão, diz o historiador, vivia sempre em brigas com Jerônimo. É que o moço se metia nas despesas mais extravagantes. Comprava à vontade, caprichosamente, tudo o que lhe passava pela cabeça. Fazia dívidas absurdas nos fornecedores da corte.

Bonaparte cansou-se das prodigalidades do irmão. Colocou-o na marinha. Jerônimo teve, singelamente, o posto de aspirante de segunda classe. Mas não suportou muito tempo aquela vida. Desaveio-se logo com o almirante. Abandonou o brigue.

Jerônimo passou-se para a América. Em Baltimore, onde mal chegara, apaixonou-se romanticamente por Elisabete Paterson, pessoa encantadora, filha de riquíssimo comerciante da cidade. Apaixonou-se apenas, não. Apaixonou-se e casou-se. Eis Napoleão novamente enfurecido!

Mas Jerônimo era menor. Não podia casar-se sem consentimento legal. Napoleão aproveitou-se da circunstância e anulou o casamento. O processo correu agitado. Houve discussões azedas. Parlamentou-se muito. Afinal, concertou-se a situação por um acordo simples: a moça americana conveio na anulação, recebendo, anualmente, a pensão de sessenta mil francos, soma altíssima para a época.

Jerônimo, livre de novo, tornou à França. Napoleão nomeou-o capitão de fragata. Ele comandou então o navio Veteran, onde deu provas notáveis da sua capacidade de marinheiro, perseguindo terrivelmente os ingleses.

Depois, por um "senatus-consultus", Jerônimo foi declarado príncipe e sucessor eventual do trono.

Casou-se com a princesa Catarina, filha do Rei de Wurtemberg. Enfim, pelo tratado de Tilsitt, em 1807, Jerônimo recebeu o trono de Westfália. O trono fora criado expressamente para ele. Jerônimo, o dissipador, Rei de Westfália!

Eis o que diz o historiador:

"O reinado de Jeronymo outra coisa não foi para Napoleão sinão fonte inexgottavel de contrariedades. Tudo provinha do comportamento insensato deste irmão, da frivolidade com que elle geria as finanças do reino, da sua vida faustosissima, igual á corte de França, que elle timbrava de levar em Cassel, sua capital, sem considerar a penuria do seu orçamento".

Para ter-se uma idéia das grandezas que vivia Jerônimo basta considerar que, para conduzir a sua minúscula corte, ele necessitava somente disto:

"Un grand marechal de palais, deux prefets du palais, un grand chambellan, quinze chambellans ordinaires, un grand maître de céremonies, huit aides-de-céremonies, plus de vingt aides-de-champ, un grand écuyer, six écuyers d'honneur, um premier aumonier, des aumoniers ordinaires..."

A vida da corte era escandalosa. Reboavam em Paris os ecos das maluquices de Jerônimo. Napoleão sabia que "as senhoras de Cassel que têm filhas bonitas não queriam por nada mandar as filhas aos bailes e festas da corte; que, nos convites feitos em Napoleons-

hoe, residencia de verão, raramente os maridos e as mulheres eram convidados ao mesmo tempo".

Ora, foi justamente este Jerônimo Bonaparte, este príncipe gastador e suntuário, aquele que aportou ao Brasil em 1806, ao tempo do governo do conde da Ponte. A sua estada foi curta. Assim mesmo, para comemorá-la houve jantares e festas que fizeram época em São Salvador.



II

Salva de 17 tiros reboou com estrondo. A esquadra francesa ancorou na baía. Era meia-noite. O conde da Ponte, no seu relato ao Ministro do Reino, pormenorizou os sucessos que se desenrolaram em S. Salvador, depois de fundeadas as naus. Lá diz o governador:

"No dia seguinte, 3 de Abril, pelas 11 horas da manhan, vieram ao palacio quatro officiaes da marinha franceza a fazer os seus cumprimentos e entregar-me um officio do almirante. Eu, igualmente, tinha mandado dois dos meus ajudantes fazer ao almirante uma visita. Dirigi tambem a Sua Alteza, o principe Jeronymo Bonaparte, o officio da copia n. 3. Fiz constar ao chefe da esquadra que eu ficava na intelligencia de receber no dia seguinte, ao meio dia, a sua visita e dos seus officiaes, visita essa que me fôra annunciada no officio que acabava de receber".

No dia seguinte, seriam duas horas da tarde, o almirante Willaumés, circundado da alta oficialidade, desembarcava no Arsenal Real da Ribeira. Os ajudantes de ordens do governo lá estavam, uniformizados, em grande gala. Havia várias seges. Tudo aquilo, luzido e pomposo, tocou para o palácio do Conde da Ponte, onde sua Excelência os recebeu com severos protocolos.

Nessa mesma tarde, ao saírem os hóspedes, fez o Conde partir o seu ajudante ao Príncipe Jerônimo. Ia explicar o mensageiro os motivos que haviam impedido

o governador de visitar a Sua Alteza naquele dia. Rogava a Sua Alteza, no entanto, que desse a honra de receber o Conde no dia seguinte pelas 11 horas. O oficial não encontrou mais a bordo o Príncipe Jerônimo. Encontrou-o, com os de sua privança, já desembarcado. Estava alojado em casa do Brigadeiro Inácio Accioli Vasconcellos Brandão.

Mandou o governador, imediatamente, pôr a serviço do Príncipe o corpo da guarda, dirigido por um capitão de guerra, um tenente e um alferes. Agradeceu Sua Alteza a todos esses cativadores obséquios. Marcou, para o dia seguinte, às 11 horas, a visita solicitada. O conde da Ponte deu ciência dela e do que nela se passou ao Ministro do Reino. Assim:

"No dia 5, pelas 11 horas, com os meus ajudantes de ordens, fui cumprimentar o Principe Jeronymo. Sua Alteza Imperial me recebeu à porta da sala de visitas e fez-me sentar no mesmo canapé onde se sentou, dando-me a direita. Durou a nossa conversação tres quartos de hora; foram della unicos objectos: a batalha de Austerlitz, esperanças de paz geral, a morte de Pitt e a sua frustrada expedição. Houve tambem expressões de agradecimento sobre as providencias que eu havia dado para se prover a esquadra do Imperador, onde havia falta de tudo e quatrocentos a quinhentos doentes com scorbuto".

Nesse mesmo dia o governador retribuiu, por sua vez, a visita do almirante Willaumés. Nessa entrevista, que se deu a bordo, entre muitíssimas atenções e honrosas formalidades, Willaumés requereu ao Conde da Ponte, em nome de Napoleão:

"Que lhe emprestasse dos reaes cofres o dinheiro necessario para o supprimento da esquadra..."

Não gostou muito o governador do requerimento. Chegou mesmo a atemorizar-se. A estada no Brasil daquela gente de Napoleão, gente tão polida, é verdade, mas que requeria dinheiro com tanto desembaraço, pôs-lhe na alma apreensões sérias.

Respondeu ao almirante que "nos cofres não havia dinheiro, mas que, talvez o commissario da esquadra achasse negociantes que pudessem apromptar alguma quantia, com interesses proporcionados..."

Willaumés respondeu simplesmente que não tinha trazido crédito junto aos comerciantes daquela praça, pois nunca fora intenção sua o arribar no Brasil. Nestas circunstâncias, bem embaraçosas, aliás, o Conde achou apenas uma saída. É ele quem o diz:

"No dia 8, chamei cinco commerciantes dos bem acreditados desta cidade, e propondo-lhes o quanto era conveniente **"aos interesses desta praça e ao socego da Colonia"**, e igualmente o quanto seria do agrado do Príncipe, Nosso Senhor, o prompto provimento dessa esquadra, **"abreviando logo a sahida della deste porto"**; tive, então, a satisfação de todos me responderem que, em taes circumstancias, concorreriam com a melhor bôa vontade com o que pudessem e eu arbitrasse, sendo todos conformes com o meu arbitrio. Nesta intelligencia mandei-os tratar com o commissario para que, á vista do pedido e dos preços, se calculasse a quantia precisa, que seria emprestada com o premio de **vinte por cento**, passando-se letras sobre o Thesouro do Imperio, etc.".

Enquanto assim se iam provendo as naus, o Príncipe Jerônimo, alma de voluptuoso e de suntuário, afogava os seus sócios em festas e jantares.

Sua Alteza ofereceu ao governador uma comida de gala. É o Conde da Ponte quem o diz ao ministro:

"No dia quatorze, ao meio dia, veiu procurar-me um ajudante de ordens de Sua Alteza Imperial, o Principe Jeronymo, convidando-me para jantar com elle em seu alojamento. Não podia esquivar-me a um tal convite, vindo eu a receber um obsequio que devia ser o primeiro a fazel-o se o Palacio fôra capaz, se pelo menos estivera ornado..."

O Príncipe Jerônimo convidou pouca gente. Mas foi tudo o que a cidadezinha tinha de mais alto e de mais luzido.

O Conde da Ponte e a Condessa da Ponte compareceram de sege. A Condessa muito garrida e custosa, o Conde muito enfeitado de alamares e riços. Lá estava o brigadeiro Accioli de Vasconcellos. Lá estava o Intendente da Marinha. Lá estava Felisberto Caldeira Brant, o nosso futuro Marquês de Barbacena, então morador na Bahia, casado com uma enteada do Brigadeiro Accioli. Todos, a pedido de Sua Alteza, trouxeram as mulheres para fazerem galantemente companhia à senhora Condessa da Ponte. Nem se esqueceu o príncipe dos dois tenente-coronéis, que estavam à frente das forças da Bahia e dos respectivos comandantes dos corpos. O almirante Willaumés também veio. As senhoras admiraram muito a sua casaca azul bordada a ouro.

Sentaram-se. O Príncipe deu a direita à Condessa da Ponte e a esquerda à Brigadeira Accioli de Vasconcellos. Eram, ao todo, dezoito pessoas.

O jantar foi um primor. Magnificamente servido. As iguarias vieram todas de bordo. Houve muito beychevelle antigo e muito vinho branco de Anjou. Os criados, que eram os particulares do príncipe, traziam librés agalatoadas, calções com braguilhas de prata, meias altas de seda negra.

São Salvador, até aquele momento, ainda não assistira a tão mimosa comida de gala. O jantar do Príncipe fez época.

O Conde da Ponte, na qualidade de governador, viu-se forçado a responder a tão fina galantaria. E ofereceu a Jerônimo, por seu turno, um jantar no palácio. Andou o pobre conde numa dobadoura. Correu, durante dias, atrás de petiscos, comezainas, contemplações para o chá, baixela, criadagem, o diabo!

Quis mesmo, por altíssimo requinte, que houvesse canto e música na festança. É assim que narra o governador o acontecido:

"Roguei a sua Alteza Imperial a vir jantar commigo no dia dezesete. Convidei o chefe e mais commandantes das embarcações, convidando, igualmente, para jantar, afim de lhes fazer companhia, além das pessoas que já tinham assistido ao outro jantar do Principe, outras das primeiras e mais distinctas desta cidade, em numero de trinta. Arranjei, como pude o que havia de contemplação para o chá; apresentei a Sua Alteza o que melhor havia na cidade em instrumental e cantoria..."

Jerônimo Bonaparte encantou-se com tudo. Para bem significar ao Conde o seu agrado, mimoseou-o, nesse jantar, com a medalha de ouro, gravada em relevo, comemorativa da coroação de Napoleão como Rei da Itália. Como, entre as futilidades que se disseram, mostrassem as senhoras grande entusiasmo pelo "Veteran", barco em que viajava o Príncipe, convidou-as gentilmente Sua Alteza para um almoço a bordo.

Assim, com vasto escândalo da província, foram as senhoras da Bahia (unicamente as senhoras!) almoçar com Jerônimo Bonaparte. O "Veteran" alindou-se garridamente, O Príncipe, que se ufanava de elegâncias requintadíssimas, tinha o navio alcatifado de tapetes caros, muitos panos colgados às paredes, telas de coloridos fortes, espelhos de Veneza dardejando por tudo. As provincianas de S. Salvador viram, com olhos atônitos, essa pequenina amostra do que foram os deslumbramentos napoleônicos.

* * *

No dia 21, depois dessa estada fulgurante, as naus francesas fizeram-se à vela. Jerônimo, antes de partir, endereçou os seus agradecimentos ao Conde da Ponte:

"A bord du Veteran, en rade de S. Salvador le 20 Avril 1806. Mr. le gouverneur. Au moment de quitter un pays, ou' vous representez votre souverain, il m'est infiniment agreable de vous exprimer le sentiment que m'a inspiré votre conduite à l'egard de l'escadre de S. Majesté l'Empereur. Dans la depêche, que je viens d'avoir l'honneur de lui adresser, je n'ai pint oublié de lui faire connaitre l'empressement et les at-

tentions que Votre Excellente a mis à procurer á ses vaisseaux tout ce dont ils pouvaient avoir besoin.

Aprés vous avoir rendu cette justice auprés de mon souverain, permettez Mr. le gouverneur, que je vous temoigne mon obligation particuliére pour les procedés aimables que j'ai reçu de vous. J'aimarai á en conserver toujours le souvenir et á saisir les occasions de les reconnaitre. Je prie V. Excie. d'agreer l'assurance de ma consideration trés distinguée. JERONYME BONAPARTE".

O Príncipe, bem se vê, era galanteador. Não se contentou em oferecer jantares e festas. Deixou a todos que o serviram, quando partiu, lembranças vencedoras. Foi assim que brindou o brigadeiro Accioli de Vasconcellos, os amáveis hospedeiros dele, com um riquíssimo e profusíssimo faqueiro de prata **"casquinha de ouro"**, que era pura maravilha de arte. Este faqueiro passou em herança à filha de Accioli, então senhora do comendador Antônio Pedroso de Albuquerque.

Não se esqueceu o Príncipe, de Caldeira Brant, o nosso futuro Barbacena. Obsequiou-o com variadas prendas. Ficou famosa, entre elas, a opulenta espada de prata, com armas napoleônicas, que o Príncipe cavalheirescamente lhe ofertou.

Eis aí, através de jantares e de festas, a estada de Jerônimo Bonaparte no Brasil.

O Rei de Westfália, aquele que fez na vida as loucuras mais atordoantes de luxo e de fausto, não podia passar pelo Brasil sem deixar, como deixou, um traço simpático de suas galas e suntuosidades.

O SETE DE SETEMBRO

É no Ipiranga. É à beira da estrada velha, junto ao ribeirão, rente de uma casinhola barreada. Paisagem tipicamente paulistana: descolorida e morta. Pelas lombas do morro, estirões de pastos ensapeados. Eitos de guaxuma. Vastos chãos de barba-de-bode crivados de cupins. Ali, sob o sol cru sesteia um bando de cavaleiros guapíssimos.

Que linda moçada! Põem eles, no feio da paisagem, uma nota galharda, muito viva. Vestem todos fardas que berram, levam espadim e boldrié, trazem capacetes doirados, vistosíssimos, donde um dragão despenca a sua bela cauda de tufos carmesim.

Que é aquele rancho luzido? Toda a gente o sabe: é a famosa **Guarda de Honra**, que segue, de vila em vila, a Sua Alteza, o Príncipe D. Pedro. A **Guarda**, naquele momento, descansa largadamente da jornada.

São quatro horas. De súbito, nos torrões da estrada, reboa áspero pateado de cavalos. Ao longe, sob véus de poeira, apontam dois cavaleiros desabalados. Vêm a toda brida. Voam! Na colina, em frente à Guarda, os homens bruscamente estacam. Os ginetes espumam, brancos de suor. São dois correios da corte. Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, o futuro Barão de Pindamonhangaba, reconhece-os logo:

— Vossa mercê, senhor Paulo Bregaro? E também vossa mercê, senhor Antônio Cordeiro? Que é isto? Que é que os traz por aqui com tanta fúria?

E Paulo Bregaro, sem apear:

— Vimos da corte, seo Maneco Marcondes! Trazemos despachos urgentes de José Bonifácio ao Príncipe. Onde está Sua Alteza?

— Ficou atrás, no caminho, ali pela altura dos Moinhos. Mais um quarto de chão, senhor Paulo Bregaro, e vossa mercê topa logo com Sua Alteza.

Os correios não esperam mais. Espoream rijamente os cavalos.

— Até já, senhores!

E somem numa revoada de poeira.

A VIAGEM DO PRÍNCIPE

A bernarda de Francisco Inácio desencadeara lutas vermelhas em S. Paulo. A província tumultuara. D. Pedro, para apaziguar a fervedura, partiu da corte em pessoa.

Sua Alteza saiu a 14 de agosto de 1822. Trazia um séquito insignificante. Vinha apenas, como ministro itinerante, Luiz Saldanha da Gama. Vinham mais: o Chalaça, como secretário particular: o tenente Francisco de Castro Canto e Mello, como ajudante de ordens. Criados, apenas dois: o João Carlota e o Carvalho. Essa comitiva, assim tão simples, tão sem retumbância, foi engrossando pela caminho afora.

Na Venda Grande, logo no primeiro pouso, surgiu o Padre Belchior Pinheiro, tio de José Bonifácio, confidente e amigo íntimo do Príncipe. O padre incorporou-se definitivamente aos viageiros.

D. Pedro lá foi, entre festas, de vila em vila, numa viagem reboante, que fez eco. Por toda a parte, para receber o moço regente, estrugiam festividades estrepitosas. Eram missas solenes em Guaratinguetá. "Te-Deums" em Lorena. Charangas embandeiradas em Taubaté. Jantares em Pindamonhangaba. Procissão, com o pálio, em Jacareí. Um bandão de triunfos.

Foi nessa jornada que se formou, com os moços das famílias mais altamente ilustres do norte, a célebre **Guarda de Honra.** Nada havia tão envaidecedor, nada de tão alto destaque, como entrar para o rol desses rapazes brilhantes.

E D. Pedro, à frente deles, D. Pedro, o maior e o melhor cavaleiro do seu tempo, tocou-se luzidamente para S. Paulo. No dia 24, à tarde, o Príncipe alcançou o bairro da Penha. Não quis, contudo, entrar na cidade: o moço bragança timbrou em dar à sua entrada, naquela terra politiqueira, quase revolucionária, um fulgor único. Queria impressionar pelo grandioso. Determinou, por isso, que não se esquecesse detalhe. Expediu ordens marcando a hora da chegada, o itinerário do séquito, a etiqueta a seguir, beija-mão, tudo!

Correram cavaleiros a cumprir tais ordens. E Sua Alteza, na povoaçãozinha da Penha, fez enfim o seu derradeiro pouso.

O POUSO DA PENHA

Conta o tenente Canto e Mello, irmão da Marquesa de Santos, ajudante-de-ordens de D. Pedro, nas suas "Memórias", publicadas na "Revista Comercial" de Santos, em 1864:

"A 24, decimo dia da viagem, pousou o Principe na Penha. Á noite, por ordem do mesmo, eu e o Francisco Gomes (o Chalaça) viemos á cidade, afim de observarmos o estado em que ella se achava..."

Isso é o que está no depoimento, quase oficial, e, portanto, reservado e cauteloso, do irmão da favorita. No entanto, é tradição viva, tradição muito verossímil, que vem passando de boca em boca, constante e uniforme, que essa noite não foi, para D. Pedro, assim de tão insípida quieteza.

Conta-se que o Príncipe, com aquele gênio fundamente irrequieto e aventureiro, não ficou a aborrecer-se no pouso: veio, em pessoa, metido na sua capa negra, em companhia dos dois homens, ver de perto a cidadezinha. Teria então D. Pedro furtivamente, percorrido algumas ruas. Até por cavalheiresca gentileza, teria entrado no sobradão do coronel João de Castro, pai do tenente Canto e Mello.

Dizem que foi aí, no imprevisto dessa noite, na casa do seu ajudante-de-ordens, que D. Pedro vira, pela primeira vez, certa criatura perturbadora. Era raparigazinha magnífica, flor dos trópicos, ardente e trigueira, dona de olhos negríssimos, que queimavam. Chamava-se Domitila. Tratavam-na, graciosamente, por Titilia. Era a caçula do coronel João de Castro. Aquela moça — quem haveria de sonhar? — é a que iria ser, dentro em breve, a mulher suprema do Brasil. Iria ser a Marquesa de Santos. Isto é: iria ser a única mulher que, na História das Américas, encheu um império com o ruído do seu nome e o escândalo do seu amor.

EM S. PAULO

Não cabe aqui o relato do lustre fragoroso com que S. Paulo acolheu o seu Príncipe. As pompas foram desnorteantes. Ultrapassaram tudo. Arcos de triunfo, dísticos em prosa e verso, chão recoberto de flores, o bispo D. Mateus com a mitra, o ouvidor metido na sobrecasaca, o comandante das armas cintilando nas suas dragonas. Enfim, hirto e protocolar, D. Pedro, debaixo do pálio de seda, subindo em procissão a ladeira do Carmo, ao som de músicas, por entre o estrépito de rojões, sob furioso badalar de sinos.

Houve, no dia seguinte, beija-mão no Paço. Que sucesso! Foi o primeiro beija-mão que viram os piratininganos.

D. Pedro, durante alguns dias, concertou os negócios políticos da província. Depois, cumprida a missão, serenadas as coisas, rumou para Santos a visitar a família do seu velho amigo, do seu amigo do peito, José Bonifácio.

A NOTA PITORESCA

De volta de Santos, quase à altura do Ipiranga, Sua Alteza foi acometido burguesmente por tremendíssimas cólicas intestinais.

Uma disenteria!

Foi a nota pitoresca da viagem. Nem julguem que seja invenção essa doença do Príncipe. Não! Lá está ela nas "Memórias" das testemunhas.

Paulo A. do Valle, que era enfático, teve, para contar o incidente, esta linguagem de palaciano, muito preciosa:

— "D. Pedro, naquella hora, resentiu-se intimamente da fraqueza humana: a sua physionomia soberana descae: D. Pedro descora..."

Mas Manoel Marcondes de Oliveira e Mello, o Barão de Pindamonhangaba, conta a história mais singelamente, com saborosa ingenuidade. Assim:

— "O Principe vinha affectado de uma dysenteria que o obrigava a todo momento a apear-se para prover-se."

Assim também o padre Belchior Pinheiro, nuamente:

— "D. Pedro, abotoando-se, compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo á margem do riacho Ipyranga, agoniado por uma dysenteria...)".

Ora, foi exatamente num desses instantes em que o Príncipe apeara, para prover-se, que os dois correios da corte, vindo num galope solto, alcançaram a Sua Alteza. Era no lugar denominado **Moinhos.** Os cavaleiros entregaram os papéis ao Príncipe.

Que é que aconteceu? Nada de épico. Nada de grandioso. Fale o Padre Belchior, o tio de José Bonifácio, testemunha presencial, que narra a cena com a maior naturalidade. Tal como ela deveria ter sucedido. A narrativa do padre está numa carta a Manoel Joaquim da Rocha, publicada em 1826. Ei-la:

A CARTA DO PADRE

"O Príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro e Antonio Cordeiro. Eram ellas: uma instrucção das Cortes, uma carta de D. João, outra da Princeza, outra de José Bonifacio e ainda outra de Chamberlain. .....

.....

D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, abotoando-se e compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo á margem do riacho do Ipyranga, agoniado por uma dysenteria) virou-se para mim e disse:

— E agora, Padre Belchior?!

E eu respondi, promptamente:

— Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez desherdado por ellas. Não ha outro caminho sinão a independencia e a separação.

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Carlota e outros, em direção aos nossos animaes que se achavam á beira da estrada. De repente, estacou já no meio da estrada, dizendo-me:

— Padre Belchior, elles o querem, elles terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de "rapazinho" e de "brasileiro". Pois verão agora quanto vale o "rapazinho". De hoje em diante, estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do

Governo portuguez e proclamo o Brasil, para sempre, separado de Portugal.

Respondemos immediatamente, com enthusiasmo:

— Viva a liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro.

O Principe virou-se para seu ajudante-de-ordens e disse:

— Diga á minha Guarda, que eu acabo de fazer a independencia completa do Brasil. Estamos separados de Portugal".

O Tenente Canto e Mello cavalgou em direção a uma venda, onde se achavam quase todos os dragões da guarda.

Eis, pois, dentro do rigor histórico, como D. Pedro recebeu os despachos urgentes de José Bonifácio.

Agora, com a palavra das testemunhas que assistiam à cena do Ipiranga, reconstituamos o famoso "Independência ou Morte". Fale o velho Barão de Pindamonhangaba, não no seu depoimento feito a Mello Moraes, mas no relato feito ao Dr. João Romeiro, que vem estampado no interessantíssimo livro de "D. João VI à Independência":

INDEPENDÊNCIA OU MORTE

"Chegando ao Ipiranga, sem que ninguem apparecesse, fiz parar a guarda junto a uma casinhola que ficava á beira da estrada, á margem daquelle riacho.

Para prevenir qualquer surpreza, mandei o guarda Miguel de Godoy, que era dos mais moços, collo-

car-se de atalaia em um logar de onde pudesse descobrir a approximação do Principe.

Tomando esta providencia, apeámos e nos puzemos a descansar, conforme era natural.

. . . . . .

Poucos minutos poderiam ter se passado depois da retirada dos referidos viajantes (Bregaro e Cordeiro) eis que percebemos que o guarda, que estava de vigia, vinha apressadamente em direcção ao ponto em que nos achavamos. Comprehendi o que aquillo queria dizer e, immediatamente, mandei formar a Guarda para receber Dom Pedro, que devia entrar na cidade entre duas allas. Mas tão apressado vinha o Principe, que chegou antes que alguns soldados tivessem tido tempo de alcançar as sellas.

Havia de ser quatro horas da tarde, mais ou menos.

Vinha o Principe na frente.

Vendo-o voltar-se para o nosso lado, sahimos a seu encontro. Diante da Guarda, que descrevia um semi-circulo, estacou o seu animal e de espada desembainhada, bradou:

— Amigos! Estão, para sempre quebrados os laços que nos ligavam ao governo portuguez! E nos topes que nos indicam como subditos daquella nação, convido-vos a fazerdes assim:

E, arrancando do chapeu que alli trazia, a fita azul e branca, a arrojou no chão, sendo nisto acompanhado por toda a Guarda, que, tirando dos braços o mesmo distinctivo, lhe deu igual destino.

— E viva o Brasil livre e independente! — gritou Dom Pedro.

Ao que, desembainhando tambem nossas espadas, respondemos:

— Viva o Brasil livre e independente!

— Viva D. Pedro, seu defensor perpetuo!

E bradou ainda o Principe:

— Será nossa divisa de ora em diante — "Independencia ou Morte"!

Por nossa parte, e com o mais vivo enthusiasmo, repetimos:

— "Independencia ou Morte"!

PEDRO AMÉRICO

Vê se bem, diante da singeleza do ato, que a soberba tela de Pedro Américo, que enche e ilumina o nosso Museu, deveria ter recebido dos críticos históricos as mais rijas bordoadas. O grito do Ipiranga não teve aquela flama. Nem aquela eletrizante imponência. Nem aquele épico rebrilhar de espadas. Nada disso. Foi muito mais comezinho. Mas o artista andou com genialidade em fixar no quadro, com tamanha vida, o momento culminante da nossa história e o gesto mais alto do Príncipe. A cena do Ipiranga, na nossa imaginativa, desenvolveu-se tal como a concebeu o exímio pintor. Teve toda aquela fulguração. A realidade foi outra, sem dúvida. Mas a realidade in-

teressa pouquíssimo no caso: o principal era dar ao povo a impressão quente da grandeza do fato. Essa, deu-a Pedro Américo como ninguém.

BESTA OU CAVALO?

Os Historiadores, com H maiúsculo esgravataram todas as minúcias do Sete de Setembro. Não houve pormenor que não se discutisse à farta. Nesse trabalho, que tem facetas altamente ridículas, surgiu uma controvérsia carrancuda, coisa séria. Nasceu o caso a propósito da cavalgadura que montava o Príncipe. Disse Antônio do Valle no seu relato:

"Na paragem dos **Moinhos**, D. Pedro refreando o **seu zaino**, que arfava orgulhoso, etc."...

Disse o Padre Belchior:

"D. Pedro firmou-se nos arreios, esporeou a sua **bella besta baia** e galopou, etc."...

Como?, bradaram os homens que sabem a ciência da história, como? Foi um cavalo zaino? Foi uma besta gateada? E isto atormentou, como bem se compreende, a sagacidade dos sábios de óculos pretos.

Afinal, para dirimir dúvidas e esclarecer ponto de tamanho melindre, Mello Moraes formulou ao Barão de Pindamonhangaba, já octogenário, um questionário elucidativo. O Barão respondeu. Lá está:

— "9.º quesito: Como ia vestido o Principe e em que cavalgava?

— Respondemos: que o Príncipe ia vestido com a fardeta de policia e, se a memoria não nos é infiel, **cremos** que cavalgava uma besta baia gateada".

A controvérsia não ficou perfunctoriamente esclarecida. Aquele **cremos** deixa ainda no ar, boiando, uns resquícios de dúvida. Em todo o caso já foi dado, mesmo assim, grande passo para a descoberta da verdade. Não tardará, acreditamos, que apareça erudito de fôlego que deslinde de vez a questão. Assim fixar-se-á, sem divergências, o nosso Sete de Setembro, que foi o supremo acontecimento político do Brasil...

O ENIGMA DA ABDICAÇÃO

Por que D. Pedro abdicou? Voluntariamente? Forçado pelo motim do campo de Sant'Ana?

Não se sabe.

Os historiadores graves, homens que lêem sutilmente nos textos, discutem a curiosa tese. Mas não chegaram ainda a conclusões limpas. Ninguém, até hoje, pôde dizer com segurança a causa daquele brusco gesto de D. Pedro. Só há, em tudo aquilo, uma coisa certa. É isto: o Imperador, depois que D. Miguel usurpou a coroa da filha, não pensou noutra coisa senão em desforrar-se do irmão pérfido. Esta foi, nos últimos tempos, a idéia fixa de D. Pedro. Todos os que conviveram então com S. Majestade, relatam essa preocupação constante, obsidente. D. Pedro sonhava exclusivamente, nesses dias amargos, partir, voar pelos mares afora, repor no trono de Portugal a rainhazinha destronada.

Ora, quando explodiu o motim do campo de Sant'Ana, bem podia ser que D. Pedro encontrasse nêle belo pretexto para deixar o Brasil. Bem podia ser que D. Pedro naquela sua fome de vingança aproveitasse a efervescência popular para deixar voluntariamente o império e pôr-se à frente do movimento constitucional contra D. Miguel. Não há nada de positivamente assentado sobre isso. Tudo ainda são con-

jeturas. Há fatos, no entanto, que parecem corroborar francamente "a abdicação voluntária" do monarca. Vejamo-los.

* * *

Na nau "Warspite", serenadas as emoções da despedida, emoções que por certo lancetaram aquele temperamento de afetuoso, D. Pedro, ao que rezam depoimentos graves, mostrou-se de incompreensível alegria ruidosa. É quase incrível. Mas é o que lá está. Pontois relata com minúcias.

D. Pedro ria-se. Conversava. Discutia brejeiramente. Argumentava com impressionante serenidade. Estava satisfeito, o ar iluminado. A jovialidade do duque de Bragança chocava.

Mas não foi só Pontois quem constatou. O barão Daiser Sylbach, ministro da Áustria, também narra a estranha alegria do Imperador.

Numa carta a Neumann, embaixador em Londres, conta Sylbach coisas espantosas de D. Pedro. Assim:

"Desde a sua chegada a bordo da "Warspite" perdeu elle todo o prestigio que até então o rodeara".

"Asseguram-me que deixou muytos papeis em São Cristovam que podiam compromettter bastantes pessoas. Rio Pardo, antigo ministro da Guerra, seu ajudante de Campo, que se mantivera fiel até ao ultimo momento, teve de fugir porque a sua vida corria perigo".

"Quando chegou a bordo, D. Pedro SOLTOU GRANDES GARGALHADAS E CAÇOOU do fugitivo..."

A gente, pelo depoimento de Sylbach, vê com pasmo essas GRANDES GARGALHADAS. Isto, exatamente, na hora de partir para o desterro. Na hora mais fúnebre da sua vida. Quase nem se acredita! Só há um meio de se explicar isso: a abdicação voluntária. Não fosse a abdicação voluntária, não aspirasse D. Pedro ardentemente, quixotescamente sair do Brasil para vingar a filha, certo não mostraria, com tanto acinte, essa jovialidade inoportuna.

* * *

Não foram apenas Pontois e Sylbach. Há outros que afirmam essa esquisita alegria de D. Pedro. Carlos Seidler, por exemplo. Este Carlos Seidler, oficial alemão, por esse tempo servindo no Brasil, deixou, como todos sabem, um livro dos mais interessantes e preciosos. Lá diz ele:

"Naquelle tempo (sete a treze de Abril de 1831) contavam-se no Rio de Janeiro diversas anecdotas, por cuja veracidade certamente não posso responder, pois que não fui testemunha dos factos, mas ás quaes, entretanto, se pode dar credito porque correspondem verdadeiramente ao caracter do ex-imperador. Asseveram que D. Pedro, mal tinha chegado a bordo da fragata ingleza quando, informado de se acharem os seus ca-

bedaes em logar seguro, PEGOU NUMA RABECA E COM ELLA TOCOU A MAIS TRIVIAL DAS ARIAS POPULARES DO BRASIL".

É possível. Todo o mundo sabe que D. Pedro tinha paixão por música. Sua Majestade tocava flauta e tocava rabeca. É possível, pois, que tocasse a bordo. Neste caso D. Pedro para o fazer devia estar profundamente alegre. Meter-se a repinicar uma ária na rabeca, em momento daqueles, é pormenor vistosamente ilustrativo.

Diante disso: onde a abdicação forçada?

* * *

D. Pedro, de bordo, enviou várias cartas ao marquês de Caravelas, regularizando os seus negócios financeiros com o governo. Impossível cartas mais minuciosas, algarismos mais exatos. O balanço é perfeito. As cifras alinham-se com espantosa precisão. Um guarda-livros não levantaria conta-corrente mais promenorizada. Tudo feito pelo próprio imperador com a sua própria letra. Isso denota, evidentemente grande serenidade de espírito. Isso denota, evidentemente, que não havia, em aperturas tão trágicas, inquietude que o conturbasse. D. Pedro estava tranqüilo.

* * *

Tenho um livro velho e raro. Edição de 1831. É a "Historia da revolução do Brasil, por um membro da Camara dos Deputados". Dizem todos, tradição

assente e aceita, que o autor, esse misterioso membro da Câmara dos Deputados, foi Evaristo da Veiga. Decorre para o livro, com isso, forte autenticidade. Tem ele grandíssimo valor probante. Aí vem isto, textualmente:

"D. Pedro, a bordo da nau ingleza, occupava-se em fazer a resenha dos seus objectos, que fazia vir de terra, afim de que nenhum lhe escapasse. As suas conversações versavam sempre sobre dinheiros. Longas e frequentes conversas tinha com os procuradores sobre meios de haver em moeda o valor das suas propriedades que, com grande magua sua, ainda ficavam apegadas ao solo brasileiro. Algumas vezes, entretinha-se a bordo com as suas proprias prendas: e maravilhava então a officialidade com as suas pericias na arte de torneiro. Aquella alegria "e indifferença politica que mostrava, contrastava com o estado de abatimento da sua infeliz esposa, etc...."

Ora, à vista desses documentos, a gente não sabe se de fato D. Pedro abdicou forçado ou se abdicou porque quis, feliz e contente.

* * *

Conta Mello Moraes, não se sabe com que fundamento, que a baixela do Paço estava, dias antes do sete de abril, já encaixotada e pronta para seguir viagem. Havendo um sarau na quinta, foi preciso desencaixotá-la para a festa.

Será exato?

Verdadeiro esse pormenor, a gente inclina-se a pensar que a abdicação foi ato premeditado. Ato para o qual já estava tudo prestes, inclusive os preparativos da partida.

* * *

É de se notar que D. Pedro não fizera o menor esforço para conter o motim de sete de abril. Sua Majestade deixou que a desordem se avolumasse à vontade. Não quis contê-la. Mas dir-se-á: conter como? D. Pedro não tinha um único soldado para sufocar o movimento. Não é verdade. Cruz Lima, cujo testemunho é relevantíssimo, afirma isto:

"Não ha quem ponha duvida que se o imperador quizesse, a seis de Abril de 1831, resistir à revolução e combatel-a, teria de seu lado, pelo menos, uma parte dos fortes militares. Ninguem havia então, nem houve depois, que não desse testemunho da coragem e da bravura de D. Pedro. Elle, porém, não quiz apellar nem consentiu que se appellasse para o emprego da força armada. É verdade que não honra pouco a sua memoria o ter poupado o sangue que se derramaria na capital do imperio e nas provincias. Mas não é exacto que a Guarda de Honra desertasse do Paço de S. Cristovam. Se o seu major que interinamente, commandava o esquadrão, e "poucos guardas", acompanharam o batalhão do imperador, seu commandante, o conde de S. José da Villa Nova e a "maior parte" da sua guarda conservaram-se no seu posto até a abdicação. Tambem não é exacto que a artilharia montada, que igualmente estava de guarda no Paço, pedisse para retirar-se".

Cruz Lima tem, inegavelmente, razão. Quisesse D. Pedro, e a revolução estaria sufocada. Quisesse D. Pedro, e o motim, com meia dúzia de bocas-de-fogo, estaria fatalmente dispersado. Mas D. Pedro não fez um gesto. Não deu uma ordem. Não chamou um único batalhão. Esses fatos, bem pensados, hão de pôr, certamente, os historiadores em dúvida: — D. Pedro abdicou forçado? D. Pedro abdicou voluntariamente?

* * *

Esta dúvida há de se avolumar ainda mais, a indecisão crescerá de ponto, quando a gente correr os olhos naquelas magníficas "memórias" de Vasconcelos Drummond. Lá estão elas no volume XIII dos Anais da Bib. Nac.. Drumond deixou esta página que merece ser meditada.

Ei-la:

"Se o Imperador, D. Pedro I, foi constrangido a abdicar, ou se foi elle mesmo quem voluntariamente e muyto de proposito provocou essa abdicação, é isso o que não está bem esclarecido. Não duvido, porém, que possa contribuir para esse esclarecimento a revelação do seguinte facto:

Pelo Natal de 1830, achando-me eu em Londres fui convidado por José da Silva Carvalho para uma reunião em sua casa. Silva Carvalho achava-se então emigrado naquella capital. Alli compareci às oito

horas da noite. A sociedade compunha-se de portuguezes e hespanhóis. Não posso lembrar-me hoje dos nomes daquelles que me foram apresentados, dois dos quais eram tratados com o titulo de generais. Supponho que um delles era o general Mina. Ao chá, José da Silva Carvalho, prevalecendo-se da amizade que nos ligava desde 1824, quando ambos nos achavamos emigrados em Londres e Paris, disse-me que elle e seus amigos passavam a fazer-me uma ponderação importante que interessava tanto a Portugal como ao Brasil para o triumpho da qual precisava do meu apoio e do apoio de todos os brasileiros liberaes. Entrando em materia, discorreu mostrando que a causa da liberdade em Portugal estava perdida. Somente o Imperador do Brasil a podia salvar: que, para isso, era necessario que elle deixasse o Brasil, indo por-se á testa dos negocios de Portugal. Que o Brasil ganhava em se ver livre delle; que a causa da liberdade em Portugal ganhava tambem tendo um principe á sua frente, optimo para a revolução e pessimo para governar um estado e, finalmente, que os liberaes de Portugal, depois do triumpho, tambem o mandariam embora.

Disse que elles estavam em correspondencia com o Imperador D. Pedro por intermedio de Francisco Gomes da Silva (O Chalaça) e João da Rocha Pinto. E nessa occasião apresentou uma carta do mesmo augusto senhor dirigida ao Chalaça. Que tinham mostrado ao Imperador a facilidade com que Sua Magestade podia, servido pelos liberaes se abandonasse o Brasil, unir Portugal á Hespanha e ser proclamado o imperador da Peninsula. Que Francisco Gomes da Silva

e João da Rocha pinto apoiavam muito esse projecto que lhes parecia muyto bom. Mas que o Imperador mostrava, de sua parte, uma grande indecisão. Ora queria, ora duvidava e ora fazia observações. Que para sahir quanto antes desse estado de perplexidade, convinha que os brasileiros fizessem alguma demonstração que o determinasse a tomar uma resolução repentina. A carta do imperador acima referida, que eu li, e cuja letra e assignatura reconheci, mostrava, com effeito, que o imperador estava preoccupado e indeciso sobre o que devia fazer. Não era explicito, mas uma idéa o dominava: e era o de ser taxado de ingrato ao Brasil. Semelhante inesperada revelação desconcertou-me completamente. Apenas pude dizer a José da Silva Carvalho que elle escolhia muyto mal os seus amigos se me julgava capaz de trahir ao meu paiz e ao meu soberano. Silva Carvalho, como sabem todos, era um homem de um aspecto muito agradavel e de uma facilidade tal que tudo para elle era possivel. Adquiriu, por isso, entre os seus o titulo de "monsieur facilité". Nada o zangava, nada o affligia. Replicou como se eu nada lhe houvesse dito seriamente. A conversação sobre este assumpto tornou-se geral e eu procurei retirar-me. No dia seguinte, veiu o Silva Carvalho á minha casa. Nós nos tratávamos tu e vos. Veio com a maior sem cerimonia possivel, pois é preciso ter conhecimento daquelle caracter singular para o saber avaliar. Veiu a dizer-me que participasse a seus amigos do Rio de Janeiro que o Imperador estava "abalado"; que lhe "desse um empurrão" que elle se ia embora; ou, por outra, que fossem colhendo a corda (estas são as pro-

prias palavras) que elle estendesse. Em pouco tempo, se veriam livres delle. Poucos dias depois, parti para Paris, sem saber o que era melhor fazer em semelhante conjunctura. Todos os calculos me sahiam errados. Se pensava em dar parte do occorrido ao ministro dos Negocios Extrangeiros, Francisco Carneiro de Campos vinha-me logo á idéa. Que este homem sendo, por natureza, fraco e pusilanime, occultaria a minha carta e ficaria contra mim por lhe haver feito semelhante revelação. Se me lembrava de me dirigir directamente ao imperador, via logo que o faria sem resultado; porque, estando elle no conluio, não prestaria ouvido ás minhas razões e ficaria contra mim por eu me achar de posse do seu segredo. De excitação em excitação me demorei até os primeiros dias de Fevereiro, em que parti para Hamburgo, onde assentei de escrever a José Bonifacio (a quem a mais estreita amizade me ligava) referindo-lhe todo occorido. A minha carta chegou ás mãos daquelle illustre ancião de saudosa memoria, depois do funesto dia sete de Abril de mil oitocentos e trinta e um. José Bonifacio, eleito deputado por S. Paulo, nas eleições que se seguiram ao acto da abdicação, referiu na Camara, occultando o nome do autor, todo o conteudo da minha citada carta, levando em vista mostrar que o imperador, enganado e illudido por falsos amigos, precipitara elle mesmo um acontecimento que não podia deixar de ser deploravel para elle e para o Brasil. Os que assistiram á abdicação de sete de Abril e conhecem todo o enredo daquella fatal peripecia ajuntem ao que ja sabem estes pormenores que acabo de contar. Ficarão então nas circumstancias de

poder julgar com acerto se o Imperador foi constrangido a abdicar ou se foi elle, que voluntariamente e muito de proposito provocou essa abdicação".

* * *

É quase certo, é muitíssimo provável que D. Pedro abdicou porque quis. Abdicou porque estava fascinado pela idéia de repor a filha no trono. Abdicou porque já havia tramado com os liberais portuguêses a sua volta para Portugal. Não parece isso? Digam os historiadores de verdade. Os Capistranos e os Taunays.

O ROMANCE DO PADRE VILHENA

O Brasil, como toda gente sabe, foi, durante sessenta anos, colônia espanhola. É que os Felipes, de 1580 a 1640, reinaram na América inteira. Como? Muito simplesmente:

Findara-se em Portugal a dinastia de Aviz. D. João I, o Mestre, criara em Aljubarrota a sua casa reinante. Desde aí, numa larga sucessão em linha varonil, desdobrara-se aquela **ínclita geração de altos infantes**, que governou Portugal durante séculos. Dessa fieira de reis, desabrochou, romântico e fascinado, um adolescente frágil, todo pluma, última flor de galhardia mística. Foi D. Sebastião.

O pequenino Rei, alma candente de visionário, meteu-se na empresa fanática de desbaratar o maometano. Reuniu os mais nobres ricos-homens do Reino. Equipou mesnadas luzidíssimas de infantes e peões. Mandou talhar para si tendas de custosa seda. Chamou bailadores e músicos. Um dia enfim, sonhador e louco, fez-se com espavento rumo da África.

Quem não conhece o desastre de Alcácer Quibir?

Foi o desbarato do mais opulento e do mais fidalgo exército que já pisara a terra negra. D. Sebastião desaparecera no desastre.

Morreu?

Ninguém soube ao certo. Mas o trono português foi declarado vago. Herdou-o, por sucessão, o velho

cardeal Henrique, tio de D. Sebastião. Era o cardeal homem já caduco, sessenta e seis anos, inútil.

O monarca-prelado morreu logo. Por morte dele, dentro e fora de Portugal, chovem os pretendentes ao trono. Há sete sangues que o disputam. Há, entre eles, poderoso e perigoso, Felipe II de Espanha. Tinha o Rei-demônio, além de direitos apresentáveis, uma coroa temida e exércitos à farta. Despachou o astuto espanhol para Lisboa, antes de mais nada, aquele maneiroso, habilíssimo Cristóvão de Moura, com a bolsa cheia de cruzados. Levava o emissário ordens de comprar toda a gente. E Cristóvão de Moura comprou.

Por certo, já nesse tempo, sabia o Rei castelhano que, para vencer obstáculos, nada mais seguro do que o famoso conselho que Shakespeare põe na boca do mercador de Veneza:

— **Keep your purse full of cruzadoes...**

Houve, no Reino, vaga resistência ao poder e ao ouro de Castela. D. Antônio, prior do Grato, tentou uma caricatura de levante, para assenhorear-se da coroa. Mas o duque de Alba invadiu fragorosamente o Alentejo. A esquadra espanhola zarpou minascíssima para Lisboa. O prior Crato, ante essas medonhas belicosidades, fugiu às correrias para a França.

Assim, em agosto de 1580, Felipe II era aclamado Rei de Portugal. O Brasil, por isso mesmo, passou a ser, desde então, colônia de Espanha.

* * *

Daí em diante, na Europa, defrontam-se, como inimigas, as duas mais altas potências do século: Espa-

nha e Holanda. A luta entre os dois colossos, feroz e interessantíssima, ecoou na América. Holanda, para ferir a rival, atacou o Brasil. Atacou e conquistou parte vastíssima da possessão espanhola. Governou-a, durante anos, o gênio de Maurício de Nassau. Outra parte, com sede na Bahia, continuou fiel à metrópole. Agredido na Europa, agredido nas colônias, o imenso império de Carlos V não sabia como acudir a tantos golpes. Espanha andava às tontas.

Felipe IV, no Escurial, tratava apenas de retratar-se por Velasquez e de lançar por esse mundo afora os seus trinta e dois filhos bastardos. O Conde-Duque de Olivares, muito trapalhão, dirigia o Reino como entendia. Eis que Portugal, jeitoso e fino, compreendeu o momento. Viu claro aquela premente, aquela desnorteante situação de lutas em que andava a Espanha.

E Portugal inteiro ergue-se, pega em armas, rebela-se contra a metrópole. D. João, duque de Bragança, encabeça o movimento. O revolucionário é feliz: vence a Espanha aturdida. Assim, restaurado o velho Reino dos borgonhas, coroa-se D. João como Rei de Portugal, sob o título de D. João IV.

É em 1640. Vem daí a dinastia dos braganças.

* * *

Ora, aclamado Rei em Portugal, tinha D. João IV uma questão básica: era o ser aclamado Rei nas colônias. Não se tratava apenas de se apossar do Reino. Carecia que todas as terras de além-mar abandonassem a Espanha e voltassem à antiga metrópole. E de todas

as terras de além-mar, a mais importante, evidentemente, era o Brasil.

O Brasil, pois, tornara-se questão vital. Ambos os reis compreendiam-no bem. Felipe IV mandou, sem hesitar, astutas cartas ao governador da Bahia com promessas doiradas. E D. João IV, por seu turno, fez partir para a América, a todo o pano, a caravela portadora da grande nova.

A caravela partiu.

O vice-Rei da Bahia, nesse momento, era D. Jorge de Mascarenhas, o muito alto e poderoso senhor Marquês de Montalvão.

Enquanto, para conquistar o vice-Rei, correm mensageiros através das águas atlânticas, desenrolam-se em Portugal acontecimentos de mau agouro. Coisas de amedrontar a D. João IV. É que dois filhos do Marquês de Montalvão — D. Jerônimo de Mascarenhas e D. Pedro de Mascarenhas — bandearam-se ambos, abertamente, para o Rei de Espanha.

A marquesa de Montalvão não acreditava na independência de Portugal. Aquilo era sonho, era absurdo. Impossível a nova dinastia. A Marquesa, com tais idéias açulou os filhos a rebelarem-se. E, com astúcia e manha, fê-los fugir para a corte de Madri. Os filhos, além fronteiras, em Niebla, escreveram a Montalvão longuíssimas cartas, muito revolucionárias, incitando o pai a não crer na casa reinante que nascia, casa essa que acoimavam de vários apodos. A Marquesa, por essa mesma nau, e com a mesma flama, suplicava ao marido que não fosse por D. João IV. E invectivava os braganças.

D. João soltou aguazis à cata dos rebeldes. Mas era tarde. Os moços já se haviam metido por Castela adentro. O Rei, mesmo assim, não esmoreceu: mandou encarcerar a Marquesa de Montalvão, que patrocinara a fuga dos filhos.

Agora, já temeroso de que Montalvão não lhe fosse fiel, D. João fez vir ao Paço, confidencialmente, o Padre Francisco Vilhena. Era este padre um jesuíta labioso. Jesuíta todo ronha e ardil. Muito falante e fino.

O Rei fechou-se com o padre numa câmara. Aí, entre fundos segredos, ordenou, ao ignaciano que embarcasse para o Brasil no primeiro galeão que se fizesse à vela. Como prova de alta confiança pôs-lhe em mãos uma carta régia, assinada do seu próprio punho, vistosamente selada com os seus selos.

— Eis aqui, padre, uma carta minha. Guardai-a bem. Ireis com ela ao Brasil. Eu tenho, por mim, que Montalvão há de reconhecer sem vacilar a minha aclamação. Montalvão é bom vassalo. Sempre o foi...

— Mas os filhos, interrompeu o padre, os filhos? Vós bem o sabeis que já se meteram eles com os de Castela. E a mulher? Não há, no Reino, dama tão espanhola!

— São maus portugueses, concordou el-Rei. Mas Montalvão não o é. Foi sempre homem liso. Foi sempre homem probo e leal. No entanto, para cortar dúvidas, levai à Bahia esta minha carta régia. Nomeio por ela, como governadores do Brasil: o Bispo D. Pedro da Silva; o mestre-de-campo Luiz Barbalho; e Lourenço

de Brito Correia. Isto é mera precaução, padre! Uma vez que Montalvão, como espero, esteja do meu lado, não usareis dela; mas se Montalvão estiver do lado de Espanha, o que será surpresa para mim, só então, meu padre, é que apresentareis a carta régia. Dou-vos o papel em confiança. Não pode haver prova mais provada do quanto eu me fio em vós. Vede lá, padre Vilhena, vede lá!

— Ficai sossegado, Majestade! El-Rei não terá que se arrepender da confiança que põe no padre Vilhena.

— Mas não é só, padre. Quero incumbir-vos de outra missão. Missão também secreta e melindrosa. Tomai este punhado de cartas. Vede! São cartas, todas elas, assinadas por mim. Vão aí nesses pergaminhos, louvores aos meus vassalos fiéis. Impossível, aqui do Reino, saber eu ao certo quais são eles. Mas vós, padre, no Brasil, haveis de conhecer os portugueses que são por mim. Principalmente, no Arrecife, os que são por Portugal contra os de Holanda. Botai nas capas os nomes desses homens. Entregai-lhes as cartas de minha parte. Estas cartas, um dia, hão de servir a eles para mercês e ajudas. Tende tato, padre! Distribuí-as com justiça.

— Ficai sossegado, Majestade! Repito-vos ainda uma vez: el-Rei não se arrependerá da confiança que põe no padre Vilhena.

* * *

Padre Vilhena viu, como num sonho, os cimos a que se alçara. Ser o homem de confiança de el-Rei!

Ser o emissário secreto de D. João IV! Ah, que orgulho! A vaidade estufava-se-lhe. O coração batia-lhe forte. Bem sabia o padre — não havia dúvida! — que Montalvão era por Espanha. Bem sabia o padre que iria encontrá-lo em S. Salvador, porejando empáfia, circundado de espanhóis, fiel a Felipe IV. E o jesuíta chegava, via a traição, corria aos novos governadores, mostrava-lhes a carta-régia, armava os terços portugueses, punha-se à frente deles, derrubava a poder de pelouros a proa de Montalvão...

Assim, triunfante, tornava-se ele, num relâmpago, a personalidade mais poderosa da colônia! Seria ele, o padre Vilhena, o homem mais alto do Brasil! E a ambição, a enlouquecedora dos homens, a ambição que é a mais venenosa das áspides, cravou-lhe fundo os dentes no coração.

Padre Vilhena partiu para o Brasil.

* * *

A caravela portuguesa, que, antes do padre, zarpara com a notícia da aclamação, fundeou na Bahia. O capitão saltou em terra e correu ao Marquês de Montalvão. Fecharam-se ambos, com estranhos mistérios, na câmara dos despachos. O capitão, arregalando os olhos, num quente alvoroço, transmitiu ao Marquês a grande nova. E o governador:

— Que dizeis? D. João IV, Rei de Portugal?

— É o que vos digo! Lede os despachos que vos trago.

O capitão passou às mãos do governador as letras régias. Montalvão leu-as. Leu-as e pasmou-se!

Como decidir-se? Por Portugal? Por Espanha? As idéias entrechocaram-se dentro dele. Mas foi um minuto só. O Marquês de Montalvão era português e português guapo. Não vacilou: tomou logo o partido da pátria. Ordenou que a caravela ficasse incomunicável no porto. Ordenou mais que fosse desarmado, por seu filho D. Fernando, o terço espanhol aquartelado na Bahia. E ali mesmo, sem tardança, determinou que um oficial trouxesse à sua presença todos os homens principais da terra.

O Paço do governo dentro em pouco fervilhou de gente. Veio tudo às pressas, alarmado. Era o Bispo. Era o Ouvidor. Era o Superior dos jesuítas. Era o provedor. Eram os mestres de campo.

Montalvão, na sua câmara, recebeu-os em sigilo. Recebeu-os um a um. E dizia-lhes baixo, confidencial:

— Sabei, senhor Ouvidor, dos despachos que ora me trouxe a nau. Há, no Reino, sucessos altos: imaginai que o Duque de Bragança foi aclamado Rei de Portugal!

— O Duque de Bragança?

— Rei de Portugal, sob o título de D. João IV. Ora, senhor Ouvidor, dizei-me aqui: que é o que pensais de acontecimento tamanho?

O Ouvidor abria os olhos, erguia-se, coçava a cabeça:

— Diabo! Coisa grave e melindrosa! É preciso não fiar muito em vitórias fáceis, Marquês. Melhor é aguardar notícias mais seguras. Quem sabe se D. João, a estas horas, já não está escorraçado do trono? Melhor é aguardar...

O vice-Rei escutava, não retorquia palavra, punha o homem numa câmara a parte. E depois chamava o Bispo. O Bispo vinha. Sabia da nova, abria os olhos, coçava a cabeça:

— Diabo! Negócio grave! Melhor é aguardar, Marquês! Melhor é aguardar...

Montalvão ouviu os pareceres. Era tudo a mesma coisa: "melhor é aguardar, Marquês"! Enfim, o vice-Rei ajuntou-os a todos no salão. Tomou parte na audiência João Mendes de Vasconcelos, mestre-de-campo, a única pessoa de prol que ainda não fora ouvida. E Montalvão, seco e ríspido:

— Senhores! Não havemos de nos separar sem tomar partido. Vós bem sabeis que ora temos Rei em Portugal. É nosso senhor, el-Rei D. João IV. Dizei, pois, o que faremos: por Portugal ou por Espanha?

Caiu um silêncio espesso. Ninguém tugiu. Foi então que João Mendes de Vasconcelos, com assombro de todos, pediu a palavra. E alto, com uma singeleza forte:

— Senhores, não há que discutir! Há um Rei português. E nós, como portugueses, só temos uma coisa a fazer: desembainhar a espada e aclamar o nosso Rei!

Ali, diante da assembléia desembainhou a espada e gritou com alma, impavidamente:

— Senhores! Por Portugal e por D. João IV!

Montalvão não esperava outra coisa. E bradou:

— Bravos, João Mendes! Tendes razão! Reconheçamos a D. João IV, el-Rei nosso senhor!

E, com João Mendes de Vasconcelos, arrancando a espada:

— Real, Real, Real, por D. João IV, Rei de Portugal!

Aquilo foi a faísca. Todos ergueram-se, sacudidos. E todos, com o mesmo assomo:

— Real, Real, Real, por D. João IV, Rei de Portugal!

Foi um rebuliço. Logo os sinos puseram-se a repicar. Houve estrondos de morteiros. Grossa surriada de pelouros. O Paço embandeirou-se. E Montalvão, à frente dos principais da terra, seguido da tropa e do povo, enfiou-se pelas ruas de São Salvador, em procissão solene, até a Sé catedral. Aí, hirto, já mitrado, o báculo na mão, o Bispo recebeu o vice-Rei. Montalvão, na igreja fez anunciar ao povo, sob pregão, o acontecimento altíssimo. E o arauto, do púlpito, desdobrando o pendão com as cores portuguesas:

— Real, Real, Real, por D. João IV, Rei de Portugal!

O povo, ante o pendão desdobrado com delírio:

— Real, Real, Real, por D. João IV, Rei de Portugal!

Estava, no Brasil, D. João IV aclamado Rei.

Principiou o Te-Deum...

* * *

O padre Francisco Vilhena desembarcou. Voou ao colégio dos jesuítas. Todo ele irradiava desassossego e ânsia. Que teria acontecido? Mas o emissário se-

creto do Rei não teve muito que esperar. O irmão porteiro, conduzindo-o pelo corredor, foi-lhe esclarecendo:

— Tudo em paz, meu irmão! Tudo em paz! Montalvão aclamou a D. João IV...

— Que dizeis?

— Aclamou a D. João IV. Fez a tropa também aclamá-lo. E o povo também. Ainda agora, na caravela que está no porto, vai partir para Lisboa, a contar a el-Rei os sucessos, o filho de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas. Vão também nessa embaixada o padre Antônio Vieira e o padre Simão de Vasconcelos...

O jesuíta ouviu aquilo, arrasado. Que desapontamento! Todos os seus castelos — záz, lá se foram água abaixo!

Que fazer?

Padre Vilhena era uma alma satânica. Não se deixou esmorecer. Aquela ambição de mando, aquela ambição de ser o homem culminante da terra, ferreteou-o com fúria, a noite inteira. Padre Vilhena re olveu agitadíssimo. Não conseguiu repousar. Pensou. Maquinou. Engendrou mil coisas. Afinal, ainda nessa noite, fixou-se o jesuíta numa resolução infernal. Fixou-se nela e executou-a. Assim:

* * *

Vilhena, pela manhã, procurou o Bispo D. Pedro da Silva. Procurou o mestre de campo Luiz Barbalho. Procurou Lourenço de Brito Correa. Reuniu-os to-

dos em segredo. Depois, com pausa, impressionadoramente, lançou-lhes esta coisa enorme:

— Senhores: sois vós, de hoje em diante, os governadores do Brasil!

Os três homens ergueram-se, esporeados:

— Governadores? Nós?

— Sim senhores: sois vós os governadores do Brasil. Trouxe ordens de el-Rei para vigiar a Montalvão. Caso, no meu entender, seja ele infiel, trago instruções para vos entregar esta carta régia.

E mostrou-lhes o pergaminho real. Ah, aquelas letras, aqueles selos, a assinatura de el-Rei, tudo aquilo, assim vistoso, beliscou-lhes fortemente a vaidade. Os três homens foram fracos e indignos. Vilhena disse-lhes:

— Não confio em Montalvão, senhores! Tudo quanto ele há feito, crede-me, não passa de embuste para vos embaçar. Os filhos que deixou no Reino já se bandearam para Castela. A mulher também. Ele, que é a má árvore, há de se bandear também!

E eles, os ambiciosos:

— Falais com boca de ouro, padre Vilhena! É homem ruim. É homem de maus bofes. Há de se bandear, vereis!

— Nesse caso, atalhou Vilhena, não discutamos mais. É coisa decidida. Sois vós, de agora em diante, os governadores da terra. Vinde daí comigo. Vamos todos ao Paço escorraçar o castelhano...

E saíram.

* * *

Montalvão, no Paço, estava a ouvir o capitão da nau espanhola que fundeara na baía.

Padre Vilhena, mal entrou, ordenou ao oficial de serviço que o avisasse. Montalvão mandou pedir aos visitantes que o esperassem um momento na antecâmara. Mas Francisco Vilhena, com orgulho e proa:

— Nada temos que esperar, senhor oficial! Somos nós os que mandamos hoje na terra. Vinde daí, meus amigos!

E deu um passo. Os três homens seguiram-no. O oficial recuou, bestificado! Que era aquilo? Vilhena embarafustou-se arrogante pela câmara adentro.

Montalvão, ao ver a ousadia, ergueu-se trêmulo. E com autoridade:

— Que é isto, senhores? Não vos mandei esperar?

Vilhena, porém, com um sorriso sarcástico:

— Não griteis assim, Marquês! Lede primeiro este decreto de el-Rei, nosso senhor. Depois, certamente, haveis de abaixar o tom.

E passou a Montalvão a carta régia. O vice-Rei leu. Leu e empalideceu. Era estuporante! Mas o Marquês fora sempre vassalo às direitas. Não discutia as ordens de el-Rei. Virou-se sobranceiro para os homens:

— É estranho, senhores! Mas eu não comento. Vossas-Mercês tomem conta do governo. Entrego-o já. São Vossas-Mercês, desde já, os governadores do Brasil.

Vilhena abancou-se logo à mesa do vice-Rei. Agarrou no maço de cartas que o capitão espanhol trouxera na sua nau. Leu-as e sorriu. Sorriu triunfante:

— Senhores! Eis aí cartas de Felipe IV. Eis aí cartas dos filhos rebeldes. Eis aí cartas da mulher. Todos são pela Espanha! Todos são contra D. João, nosso senhor! Para que mais provas? Bastam as que aí vedes. Portanto, senhores, nada de meias medidas: mandai encarcerar a Montalvão e remetei-o a ferros para o Reino!

O Marquês de Montalvão foi imediatamente preso. E no primeiro galeão (parece incrível!) foi remetido como rebelde para o Reino.

II

A notícia da aclamação de D. João IV retumbara longe. O Príncipe de Nassau, em Pernambuco, recebera-a com júbilos fragorosos. Solenizou-a rasgadamente. Preparou festanças régias, grandes faustos públicos, banquetes de estrondo no Palácio de Friburgo.

Nassau, ao saber dos acontecimentos da Bahia, enviou a São Salvador, como lhe competia, embaixadores que felicitassem, por parte de Holanda, os novos governadores. Partiram da **Cidade Maurícia**, para tal fim, Manuel Kodd, um dos três do Supremo Conselho, e Abraão Taper, secretário do Conselho Político.

Traziam os dois emissários de Maurício, além daquela galante incumbência de cortesia, a discreta missão de assentar, com os governadores, tréguas às guerras do Brasil. Holanda e Portugal eram agora aliados naturais. Aliados contra a Espanha, o inimigo comum. Nada mais ilógico do que as metrópoles em paz e as colônias em briga. Eis porque, ao virem à Bahia os dois embaixadores, lá dizia o cronista:

"Pois que Hollanda tinha estabelecido pazes com Portugal, ou tregoas por dez annos, que tambem Suas Senhorias fossem servidos que houvessem tregoas entre a Bahia e Pernambuco".

Os governadores ouviram os emissários com muyto bom semblante. Agasalharam-nos honradamente. E, ao tratarem dessas avenças de paz, assentaram que, por sua parte, haviam de mandar a Maurício de Nassau,

na mesma nau que viera de Pernambuco, embaixadores que lavrassem com Sua Alteza escrituras estáveis.

Francisco Vilhena, mal soube que partiam enviados à **Cidade Maurícia**, correu à cata dos governadores. Estavam eles reunidos em Conselho. O Bispo, D. Pedro da Silva, discutia com Luiz Barbalho, o mestre de campo, quem se despacharia como o embaixador a parlamentar com o Príncipe. Vilhena foi admitido a entrar no Conselho. E com alvoroço:

— Ides mandar embaixada aos de Holanda?

— Hemos concertado essa matéria. Por qual razão o inqueris, padre?

— É que trago do Reino ordens de ir a Pernambuco. Hei, portanto, mister da vossa ajuda: meteime na embaixada.

— E que coisas ides vós, padre, tratar com o belga?

— Negócios secretos, senhores. Negócios muito secretos! Mas eu vos relato aqui, muito em sigilo, que sois governadores e amigos...

E confidenciou-lhe o padre Vilhena que o Superior dos Jesuítas o havia encarregado de ir ao Recife desenterrar toda a prata do colégio, prata muita e de fino metal, que ficara enterrada em lugar acautelado, a bom recato dos herejes. Duarte de Albuquerque, donatário da Capitania, também o incumbira de empresa igual: pois toda a baixela do fidalgo, assim como jóias e ouros, metera-os ele em lugar precatado, a salvo dos batavos.

— Missão pesada a vossa, padre, ponderou o Bispo. careceis de tino e de sabedoria. E, sobretudo, careceis

de vos haver como homem de manhas. Cuidado com os hereges!

— Mas isso ainda não é tudo, senhor Bispo, tornou Vilhena; deu-me el-Rei, nosso Senhor, uma incumbência honrosa, mas muito de melindre.

— El-Rei?

— El-Rei, sim, senhor Bispo! El-Rei D. João IV, nosso Senhor. Imaginai que trago cartas secretas de S. Majestade, cartas assinadas pelo punho do próprio Rei, a fim de as distribuir entre os vassalos mais leais de Pernambuco. Vós compreendeis a gravidade disso! Tenho de ir a Pernambuco, ver os homens, pesá-los, considerar o quanto amam a el-Rei, para depois, a meu critério, galardoá-los com a carta real. Vós bem sabeis o quanto vale, para alguém ter os seus despachos referidos, uma carta do soberano!

— Não vos entendo, padre Vilhena; como poderia el-Rei mandar cartas a vassalos que não conhece, cuja lealdade ainda não foi provada?

— El-Rei, tornou o jesuíta, confiou-me cartas com o nome dos destinatários em branco. Sou eu, pelo meu aviso, com o conhecimento que tiver dos homens, quem vai pôr o nome no subscrito da capa. Vede.

E mostrou vários pergaminhos assinados pelo Rei. Os governadores viram os papéis. Examinaram-nos. E puseram-se, de olhos arregalados, a pensar no alto prestígio daquele padre que tinha tanta privança com el-Rei! Privança tamanha, tão completa, que el-Rei lhe confiava cartas suas, assinadas, com o nome do destinatário em branco! O Bispo, depois duma pausa, volveu com respeito para o íntimo de D. João:

— Nesse caso, padre, ide para Pernambuco na embaixada que ora mandamos a Maurício. Levareis cartas de abono, as melhores, que vos recomendarão de nossa parte ao Príncipe. Elas vos serão prestantes. Ainda hoje falaremos sobre a matéria a Pedro Correia da Gama.

— Pedro Correia da Gama?

— Sim, padre; é o nosso embaixador ao Príncipe. Vós o conheceis de certo. É cavaleiro do hábito de Cristo e comendador de S. Pedro. Um soldado antigo no serviço de el-Rei. E, mais do que tudo, varão mui prudente em traças políticas.

— Homem de siso e boa prática é Pedro Correia da Gama, eu bem o sei, retorquiu Vilhena; é homem que sabe falar de boca e obrar de mãos. Mas não é varão para leis e cânones.

— Não é, bem o sabemos. E foi considerando esse estorvo que deliberamos enviar com Pedro Correia o licenciado Simão Alures de la Penha, que é homem astuto, muito ladino em coisas do foro.

— Tendes razão, senhores. Simão Alures é licenciado fino, tramador de ronhas. Ele saberá pôr direito os assentos que se fizerem Tendes razão!

— Pois vós, padre, se isso vos apraz, parti com a embaixada. A nau largará esta noite, se o vento ajudar.

— Pois partirei! Mandai lavrar as cartas de abono ao Príncipe.

* * *

Amanhecia quando a nau holandeza, de retorno da Bahia, entrou barra adentro. Na ponte, encostado

ao traquete, o padre Vilhena cravava os seus compridos olhos de cana no horizonte. Lá, ao longe, destacava-se confusamente a **Cidade Maurícia.** Abraão Taper, que era adestrada língua, explicava ao jesuíta, apontando com o dedo:

— Vêde lá, padre, aquelas duas torres altíssimas. Lá, à direita... São as torres do Palácio de Friburgo.

— ?!

— Sim, o palácio mais belo da América! É a moradia do Príncipe. Vede acolá, embaixo, aquela casa enorme, apalaçada, encoberta de árvores. Vede? É o Palácio da Boa Vista, a casa de verão, onde Maurício dá beberetes e comezainas às donas, como em Holanda. E lá esta também — reparai! — a Sinagoga... E lá, ao pé da ponte, a rua dos Jûdeus... E a Praça dos Coqueiros... E as casas de Gilberto Van Ules, o rico mercante de pau-de-tinta... E a Igreja dos Franceses... E a fortaleza Brum... E a aula do Supremo Conselho... Vede! Vede!

Francisco Vilhena, com os óculos de cana, ia contemplando os prédios, as igrejas, as ruas, as fortalezas, os palácios, a vasta ponte de tabuado, os famosos setecentos coqueiros de Nassau. Surgia ali, diante dos seus olhos, a formosa realização do Príncipe. Era belo!

Nisto, da popa, estronda subitamente festiva surriada de mosquetaria. Da terra, a fortaleza Ernesto responde. E a nau de Holanda, a flâmula vermelha panejando no mastaréu, ancora na água crespa da baía.

* * *

Maurício de Nassau acolheu os embaixadores com a sua melhor galantaria. Lá conta o nosso saboroso frei Calado, no "Valeroso Lucideno":

"... ao tenente-general Pedro Correia da Gama agasalhou o Principe aquelle dia á sua mesa, e o mandou aposentar com o licenciado Simão Alures de la Penha, em outra caza muy grave, aonde lhe mandou para dormir a cama, e leito aparamentado, onde elle mesmo dormia. Ali o visitou algumas vezes e outras o convidava para comer; e ali lhe mandava o provimento das viandas com o seu mestre-sala e com todo o apparato de sua caza. E gostava muito de falar com elle, Pedro Correia; porquanto, além de ser prudente, era destro no falar a lingua flamenga".

O padre Vilhena também foi recebido pelo Príncipe com deferências particulares. Mas o padre era raposão e finório. Mal se viu a sós com Maurício, mostrou-lhe os documentos da sua privança com el-Rei. Contou-lhe, argumentando, o seu valimento na corte. Inteirou Nassau da missão especial porque D. João o comissionara na Bahia.

E em meio das suas parlapatanices e bravatas, exclamou mui cônscio:

— Sabei, Príncipe, que el-Rei, meu senhor, me mandou a vós com muitos recados secretos. Não pode el-Rei dizer por letras tudo o que deseja e sente. A política! Vós sabeis o que é a política... El-Rei, no entanto, vos manda dizer...

E o padre Francisco Vilhena disse coisas altas, lisonjas imensas, recados sonoramente envaidecedores. Mas o Príncipe, ouvindo palavras assim tão derramadas

— "ficou muytissimo confuso e disse a alguns amigos seus particulares que as palavras daquelle padre eram lisonjas e mentiras, porquanto el-Rei, quando o mandasse saudar, havia de ser por carta sua para que elle, Principe, a estimasse, e a guardasse como prenda de grande estima e mercê particular".

O Príncipe de Nassau, contudo, hospedou a Vilhena com destacantes mostras de amizade.

E o jesuíta, o privado de el-Rei, bafejado pelas honrarias de Nassau, principiou, na **Cidade Maurícia**, as suas famosas falcatruas.

Abriu a sotaina. Esquadrinhou lá por dentro um bolso excuso. Agarrou no maço das cartas. Apalpou-as. Considerou-as amorosamente, amorosamente. Eram as cartas de el-Rei! O padre Vilhena sorriu. Com o seu sorriso, iluminado por uma idéia velhaca, exclamou diabolicamente, com forte punhada na mesa:

— Raios te partam, Francisco Vilhena, se desta vez não entupires a gorja de oiro!

No outro dia, logo cedo, meteu mãos à obra.

III

Trancados na câmara, a sós os dois, Francisco Vilhena dizia, sinuoso e velhaco, a João Fernandes Vieira, poderoso senhor de engenho, **escabino** no Recife, homem principal da terra:

— Mais dias, menos dias — vereis! — Portugal há de arrancar do belga a terra de Pernambuco. Então, meu nobre senhor, haveis de carecer de boa ajudas em letras e feitos, para terdes os vossos requerimentos despachados. Feitos, sei eu, feitos em prol de el-Rei, vindes obrando muitos, e ilustres. Mas não tendes letras, João Fernandes! Letras assinadas por el-Rei, nosso senhor! E é isso o de que careceis.

João Fernandes ouvia. E concordava logo.

— Razão tendes padre! Ainda agora, pelo galeão de Ordonho Teves, mandei a Portugal tratar de negócios meus secretos. Mas como poderei ter eu dos desembargos bons despachos, se não o provi de documentos que provem firme a minha lealdade na Corte?

E o padre, com fina raposia, piscando os olhinhos argutos:

— Não vos amofineis, amigo! Digo-vos, aqui entre nós, muito em sigilo: eu tenho letras, e boas, com que vos hei de prover para que tenhais o desembargo do vosso lado.

— Vós, padre? Tendes vós letras capazes?

— Eu mesmo, João Fernandes! Tenho aqui, e vô-las mostrarei já, letras de el-Rei.

— De el-Rei?

— De el-Rei em pessoa, amigo! Letras aos bons vassalos; letras que prometem graças e mercês.

E dizendo, o ar matreiro, desdobrou ante o português um rolo de pergaminhos de Estado, todos selados com as armas reais, onde se via, desajeitada e grossa, a assinatura do Rei. João Fernandes encarou naquilo. Abriu os olhos, tonto.

— Uma carta dessas que aí vedes, tornou o jesuíta, com jeitosa ronha, eu a destinei para vós. Sei bem o quanto sois dedicado à causa de Portugal. Sei bem o quanto já haveis urdido, na sombra, contra o hereje, a favor de D. João, nosso senhor. Hei de meter aqui, numa dessas letras, o vosso nome. Mas vós...

E aqui o padre baixou estranhamente a voz. E com o olhar fulgurante, onde chispava a sua inteligência trapaceira:

— Mas vós sabeis, João Fernandes, o velho dito: **a mão direita lava a mão esquerda.** Eu vos dou a carta de el-Rei, de que careceis; vós me dareis, por vossa vez, o de que eu careço...

— E de que é que careceis, padre? Dizei-o com desafogo: sendo coisa que eu possa, vô-la darei sem vacilar!

E o padre, com afoiteza:

— Hei mister de cem dobrões de oiro.

— Cem dobrões de oiro?

— Sim, João Fernandes. Cem dobrões! É para eu desempecer os teres da família, que pagam ríjos prêmios a judeus heréticos. Cem dobrões, para vós, o possuidor dos engenhos que mais lavram em Pernam-

buco, é coisa de somenos; para mim, pobrezinho, é o livramento de um cativeiro duro.

João Fernandes era mercante, e hábil. Não trepidou:

— Botai o subscrito na capa, meu padre. Hoje havereis os cem dobrões.

Nesse mesmo dia, a sós os dois, João Fernandes meteu nas mãos do padre as cem peças do ajuste. E levou, por esse preço, a carta de el-Rei.

Mas não foi João Fernandes só. Padre Vilhena procurou, em segredo, todos os principais da terra, senhores de fazenda vasta, lavradores de pau-de-tinta. E era sempre a mesma cantiga:

— Haveis mister duma boa carta, amigo! Uma carta que vá desatar os vossos negócios no Reino. E eu, se quiserdes, posso vos petrechar com letras de alta valia. Mas, vós bem sabeis, amigo: a mão direita lava a mão esquerda... Eu vos darei as letras; vós, por vossa vez, me dareis...

E pedia rijo e firme.

Não houve, no Recife, quem recusasse o negócio. Todo o mundo sabia o quanto era perigoso aquela vida em paz com os da Holanda. E todo o mundo, para se livrar de futuras complicações, queria cautelosamente precatar-se com documentos de boa prova. Foi, por isso mesmo, um negociar sem tréguas com o jesuíta.

Senhores de engenho, mercantes de pimenta, carregadores de brasil, compradores de papagaios, oficiais da tropa, clérigos, tudo apressou-se em ter em mãos a carta de el-Rei. Havia quem não tivesse oiro em casa. Mas o padre não se embaraçava: barganhava as cartas

por açúcares, ou por toras de pau-de-tinta, ou por tabacos. E logo, com habilidade e jeito, passava os seus efeitos às mãos daqueles ricos judeus que mercavam ao pé da Sinagoga. Padre Vilhena não descansou. Tratou do seu negócio com febre. Recebeu, de toda aquela gente, somas grandíssimas. Atulhou-se de dinheiro. É assim que diz o velho frei Calado:

"Quando o Padre Francisco de Vilhena veiu do reino com a nova da acclamação de Rei D. João, o Quarto, nosso Senhor, trouxe muitas cartas del-Rei para dar às pessoas graves: e como estas cartas vinham sem capa, nem subscrito, e remettidas á disposição do Padre Francisco Vilhena, como a quem conhecia os homens nobres e de consideração, para que lh'as puzesse capa, e lh'as entregasse. E o padre Francisco Vilhena fez destas cartas materia de mercancia e de ganancia, e as deu a pessoas que não mereciam, por o suborno de terem uma carta del-Rei para o tempo dos seus requerimentos. Destas cartas trouxe algumas a este Pernambuco, as quaes deu a quem mais lhe deu! E chegou a Pernambuco apregoando tanta privança com el-Rei, e promettendo tantas bulas falsas e tantas mercês fantasticas, que muytas pessoas, assim ecclesiasticas como seculares, lhe deram grande somma de dinheiro para que, em Portugal, onde se partia, lhes alcançasse de Sua Magestade officios e dignidades".

Foi assim, com tais embustes e gabolices, que o ardiloso jesuíta colheu oiro à farta no país dos açúcares e do brasil. Rico, abarrotando de muito dobrão os seus baús encoirados, o diabólico padre deixou enfim a terra dos hereges. Levava a prata dos jesuítas

e a de Duarte Coelho, que desenterrara. Enfiou-se numa caravela que abicara casualmente à Cidade Maurícia. E feliz, inundado de peças, partira para o Reino a desfrutar os seus teres...

* * *

A caravela em que ia o jesuíta era pequenina. Um barco de apenas dois mastros, desguarnecido de baterias, com velas latinas de pano pobre. Vilhena teve medo da nau. Aquilo era frágil demais para carregar as suas bruacas. Bruacas entupidas de placas amarelas, e de fino metal.

A travessia foi-lhe doida angústia. Toda a noite, horas mortas, enquanto o mestre fazia o quarto, o padre, sob o pano breado, devagarinho, destramelava as suas arcas. Relanceava um olhar de fogo aos oiros, que as abarrotavam. Era aquilo um instante só. Um relâmpago de contemplação! Logo, apavorado, o gesto brusco, fechava com tremendas cautelas os baús. Encordoava-os bem. E sorria, feliz!

Na passagem da linha, segundo velho costume dos mareantes, houve o batismo dos que a cortavam pela primeira vez. Folgou-se muito. À noite, na ponte, bailaram os marujos. Houve a bordo comezainas grandes e vinhaça gorda. Padre Vilhena, porém, não apareceu às comedeiras e aos bailados. Foi o único arredio. Ficou-se lá em cima, rente dos seus baús, ciumentíssimo, vigiando tudo com ferocidade. Atormentava-o, durante a noite foliona, o pavor de que algum gaiato, tocado pelo rega-bote, viesse burlescamente esquadrinhar os seus guardados.

Até que enfim, certa manhã, a caravela avistou a ilha da Madeira. Uff, que alívio! E júbilo ainda mais quente sacudiu a alma do jesuíta, ao ver, no porto, belo galeão mercante, muito garboso e mastreado, as flâmulas panejando ao vento. O galeão estava de rota para Lisboa. Francisco Vilhena não pestanejou: passou-se para o galeão com os seus amados baús. Estava nele muitíssimo mais seguro do que naquela nausita de dois mastros.

* * *

O galeão meteu a proa no mar. Fez-se de vela para o Reino. Francisco Vilhena tinha o coração desafogado. Os baús encoirados lá estavam na sua câmara, sob o pano breado. Vários dias, pelo mar afora, varou o barco aquelas águas solitárias. O padre Vilhena fremia de ânsia. Ah, chegar ao Reino! Meter o seu oiro em lugar precatado! E o coração estrugia-lhe forte, pálpite de gozo.

Certa noite, era tarde, os passageiros estavam todos recolhidos. Apenas o vento, um vento grosso e áspero, zunia pela cordoalha. As velas entumeciam-se bojudas. Tudo o mais quieto. De golpe, no silêncio, estruge um berro:

— Corsário!

Foi o vigia da popa quem soltara o grito trágico. E logo, pelo galeão, estrondam trompas. Ordens. Corre-corre. Fervilhosa barafunda de mareantes. Os passageiros precipitam-se fora das câmaras. Vêm atônitos, olhos arregalados:

— Que há? Que há?

Pelo galeão, de boca em boca, vai a palavra aterrorizante:

— Corsário! Corsário!

Era, de fato, um corsário. Era um corsário argelino, armadíssimo. Um desses que pirateavam aladroadamente por todas as águas, desassombrados, ferozes no assalto. E lá vinha, as baterias assestadas, os marinheiros com arcabuzes de Biscaia, morrões acesos, a machadinha da abordagem enfiada no cintão de couro. Grande pânico a bordo. Há passageiros que aperreiam as pistolas de cavalgar. Outros que se preparam já para atirar-se ao mar. Balbúrdia. Correrias. Desespero em todos. Padre Vilhena, o trabuco em punho, ronda com furor, os olhos duros, os seus baús de coiro. Ah, o seu dinheiro!

E o corsário vem. A sua velocidade espanta. Não há mais dúvida: é o assalto. Já estronda, em desafio, um tiro de colubrina. Já, sacudindo os ares, estraleja furiosa surriada de pelouros. Todas as baterias rompem. E o corsário voa. Chega-se bem rente. Lança o arpão. Ali, entre uivos selvagens, sob a fumarada, os argelinos, a machadinha em punho, despenham-se às chusmas no galeão. Não há como resistir. Os assaltantes são muitíssimos. Têm a volúpia da chacina. E o galeão é simplesmente mercante. Possui cavername sólido, pregadura bem atacada, enxárcia rija. Mas é despojado de baterias; não traz bocas-de-fogo. Por isso, no mar, em apenas dez minutos de abordagem, de matança desenfreiada, já os corsários são donos do barco! O galeão entrega-se. Principia então a pilhagem...

Padre Vilhena lá está, com o trabuco em punho, os olhos duros, a rondar os seus baús. Defende-os com desespero, alucinadamente. Qual! É impossível a defesa. Os argelinos lançam-se rugindo sobre o louco. Esmurram-no. O padre vocifera. Os argelinos amordaçam-no. O padre debate-se. Os argelinos põem-no a ferros.

Logo, com fúria, os piratas arrombam-lhe os baús. Que assombro! Os baús transbordavam de peças. Tudo dobrão de oiro! Oiro amarelo, novinho, de fino metal!

Maravilhados, entre festas e berros, os bandidos agrilhoam o padre. Metem-no dentro do porão.

Assim, com ferros nos pulsos, carregam o miserável para a Argélia. Lá, na terra negra, os corsários vendem o padre Vilhena como escravo.

O jesuíta, o homem da confiança do Rei, aquele que depunha e nomeava governadores, o que se abarrotara de oiro nas terras do Brasil, passou a viver, sob a chibata, miseravelmente, tangendo pelos desertos os dromedários do seu senhor, rico mercante de sedas e de marfins.

Eis o que diz o cronista, o nosso pitoresco frei Calado:

"E padre Vilhena se tornou para o Reino em uma caravella, e chegando á Ilha da Madeira a salvamento, para assegurar a muyta riqueza que levava, largou a caravella e se metteu em um galeão do Levante que estava de partida para Lisboa. E permittiu Deus que a nau fosse tomada por turcos, e levada a Argel aõnde o Padre acabou a vida em miseravel captiveiro..."

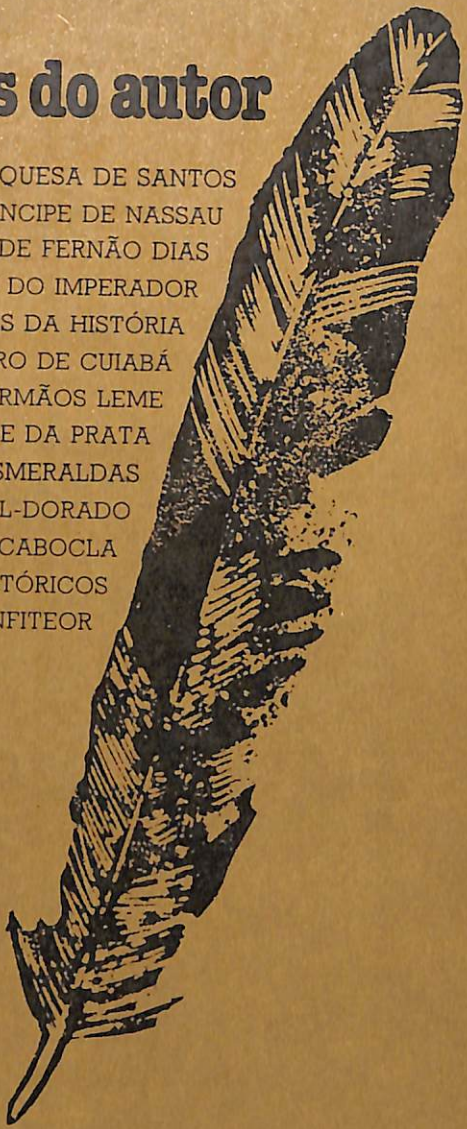
ÍNDICE

NA REVOLUÇÃO DE 1842 9
D. CARLOTA JOAQUINA 25
D. MARIA I, A LOUCA 37
UMA AVENTURA DO IMPERADOR 47
D. AMÉLIA 55
D. AMÉLIA E A POLÍTICA 67
A DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE 79
UM CASAMENTO RETUMBANTE 87
O ATO 97
MULHERES NA VIDA DO PATRIARCA 109
A MAIORIDADE 121
UMA AUDIÊNCIA DE D. PEDRO I 133
JERÔNIMO BONAPARTE 145
O 7 DE SETEMBRO 169
O ENIGMA DA ABDICAÇÃO 183
O ROMANCE DO PADRE VILHENA 197

Impressão e acabamento
SÃO PAULO IND. GRÁFICA E EDITORA SA
com filmes fornecidos pela editora

obras do autor

A MARQUESA DE SANTOS
O PRÍNCIPE DE NASSAU
A BANDEIRA DE FERNÃO DIAS
AS MALUQUICES DO IMPERADOR
NOS BASTIDORES DA HISTÓRIA
O OURO DE CUIABÁ
OS IRMÃOS LEME
O ROMANCE DA PRATA
O SONHO DAS ESMERALDAS
EL-DORADO
ALMA CABOCLA
ENSAIOS HISTÓRICOS
CONFITEOR



"Que o meu pensamento
brote espontâneo do coração e tombe sincero da pena."